

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO
PROCEDIMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO DE
USO Nº 001/2014

CBHSF

VOLUME I

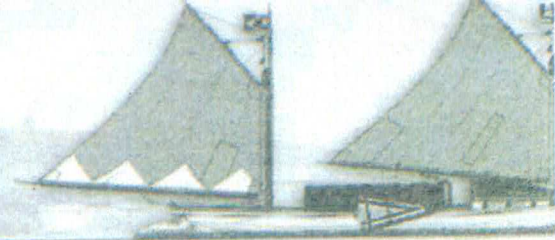
Aos 20 dias do mês de outubro, por ordem da Diretora Geral da AGB Peixe Vivo, lavrei o presente termo de abertura do procedimento em epígrafe nesta **fl. 02**, o qual abre o **Volume I**

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2014



Assinatura

Nome: Ohany Vasconcelos Ferreira
Assistente Administrativo



Ao

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

DIREC – Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

a/c do Ilmo. Sr. Presidente Anivaldo Miranda

Rua da Aurora, 227 – Santa Luzia

57200-000 Penedo AL

RECEBIDO

04/04/14

Luciana Deoffi Rodrigues

Analista Ambiental
AGB Peixe Vivo

CT016/2014 – 03 de abril de 2014

Objeto: Requer a instauração de Conflito de Uso referente à impossibilidade de navegação longitudinal de longo curso no Baixo São Francisco agravada pelas reduções de vazões na operação das barragens de Sobradinho, Itaparica, Complexo Paulo Afonso e Xingó.

1. SÍNTESE FÁTICA:

O Rio São Francisco tem sofrido nos últimos anos efeitos adversos decorrentes em parte e principalmente da regularização de sua vazão. Tais impactos vêm sendo asseverados na última década com as recorrentes solicitações de redução de vazão mínima das barragens, como forma de garantir a geração de energia.

A redução de vazão é sempre solicitada em caráter emergencial e temporário. No entanto, vem se tornando cada vez mais recorrente e foi solicitada diversas vezes na última década.

A redução de vazão autorizada no início de 2013 já vigora há mais de um ano. Tais circunstâncias levantam questionamentos quanto ao real caráter emergencial da redução da vazão.

Um dos impactos diretos da redução da vazão é a piora na navegabilidade do rio, já grandemente afetada por ações antrópicas ao longo da bacia e agravada pela operação dos barramentos, inviabilizando-a por diversos períodos e trechos.

É este tipo de impacto que motiva a provocação do CBHSF para que instaure Processo Administrativo de Conflito de Uso das águas do rio São Francisco, com o objetivo de tentar encontrar soluções para os problemas enfrentados pelos usuários da bacia.

Devemos lembrar que em 2008, por ocasião das práticas de redução de vazão solicitadas pelo setor elétrico, a Sociedade Canoa de Tolda realizou navegação de avaliação com a canoa de tolda Luzitânia entre a foz do rio São Francisco e o povoado do Mato da Onça, no alto sertão,

encontrando, naquela época, grande dificuldade para navegar. O relatório produzido foi apresentado na Plenária de Paracatu.

O que fundamenta a presente provocação é a descrição de viagem de avaliação realizada pela Sociedade Canoa de Tolda ao longo do baixo São Francisco, no mês de dezembro de 2013, apresentada no relatório de viagem em anexo. A referida viagem permitiu a verificação direta das péssimas condições para a navegação segura no Baixo São Francisco. Os problemas vivenciados estão descritos detalhadamente no relatório em anexo.

A gravidade da atual situação é tamanha que demanda a intervenção direta do CBHSF para que os problemas sejam devidamente equacionados, garantindo o respeito aos diversos usos do rio.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

As restrições de vazões (máximas e mínimas) da barragem fazem parte de suas principais condições de operação. Sua fixação envolve a competência da ANA, prevista no art. 4, §3 da Lei 9984/2000 como abaixo temos:

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

XII – definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas;

§ 3º Para os fins do disposto no inciso XII deste artigo, a definição das condições de operação de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS;

Além disso, a fixação das vazões é analisada também no licenciamento ambiental das barragens, por ter a potencialidade de causar impactos ambientais significativos a jusante da barragem.

A Resolução 442 de 8/04/2013 editada pela ANA autorizou a redução da vazão mínima de operação para as barragens de Sobradinho e Xingó para 1100 Mt³/s. ao invés dos 1.300M³/s previstos na licença ambiental anteriormente concedida pelo IBAMA e estabelecidos pelo Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em vigor.

CANCELADO

No mesmo sentido, Autorização Especial 01/2013 emitida pelo IBAMA reduziu a vazão fixada nas condicionantes da licença de operação.

A previsão inicial era de redução até novembro/2013. Ocorre que a autorização de redução foi prorrogada até 31 de janeiro de 2014, através da Resolução 1589/2013/ANA e, posteriormente, até 31 de março, através da Resolução 333/2014.

A redução da vazão é uma modificação nas condições da outorga de uso para aproveitamento hidroelétrico. Por tal razão, deve respeitar, dentre outros requisitos, o contido nos art. 13 da Lei 9433/97.

Ou seja, deve garantir a preservação dos usos múltiplos do corpo hídrico afetado, bem como os usos prioritários estabelecidos nos planos de bacia. De acordo com o referido dispositivo:

Art. 13. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

A referida lei prevê, inclusive, a possibilidade de suspensão da outorga em determinadas hipóteses, nos termos de seu art. 15 onde:

Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

IV - necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;

VI - necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

2.1 – INEXISTÊNCIA DE OUTORGA PARA AS BARRAGENS NO RIO SÃO FRANCISCO

A ANA autorizou a redução da através da Resolução de n. 442, no dia 8/04/20013, tomando como base legal o art. 4, VII e §3 da Lei 9984/00 e, de acordo com o

Páginas
CANCELADO

Canoa de Tolda - CT016/2014 - Pág. 4

Páginas
nº 06
AGB Peixe Vivo

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

XII - definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas;

§ 3º Para os fins do disposto no inciso XII deste artigo, a definição das condições de operação de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

A autorização pela ANA seria, na realidade, uma modificação nas condições da outorga das barragens.

Nos termos da Lei 9433/97 estariam também sujeitas a necessidade de outorga como diz o

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

Ocorre que as barragens citadas não possuem outorga para sua operação.

Ora, como poderia a ANA autorizar uma redução de vazão de barragens que sequer possuem outorga emitida para sua operação.

A ANA sustenta que não seria necessário o requerimento de outorga para usos anteriores a exigência realizada pela Lei, com fundamento no art. 7 da Resolução 131/2003 da ANA, nos seguintes termos:

Art. 7º Os detentores de concessão e de autorização de uso de potencial de energia hidráulica, expedidas até a data desta Resolução, ficam dispensados da solicitação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

Páginas
CANCELADO

Área de Tolda - CT016/2014 - Pág. 5

Páginas
nº 07
ZOB Peixe

Ora, uma Resolução da ANA não poderia dispensar em caráter permanente empreendimentos de obter a outorga prevista em lei, especialmente, por se tratar de ato administrativo sujeito a renovação.

É ato que visa controlar uso contínuo e permanente do rio São Francisco. Os efeitos dos barramentos continuam sendo produzidos por todo o tempo de sua operação. Se existe o uso, deve haver a outorga, ainda que o empreendimento tenha sido iniciado antes mesmo da exigência inicial de outorga.

A lei não faz qualquer menção à dispensa da outorga.

Observe-se que as barragens são os principais elementos reguladores de toda a dinâmica hidrológica do São Francisco e afetam todos os outros usos, bem como o ecossistema.

Observe-se ainda que é no requerimento de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga que a ANA exige os estudos necessários para delimitar a dinâmica de funcionamento das barragens, nos termos do art. 1º da mesma Resolução 131/2003:

§2º Ao solicitar a declaração de reserva de disponibilidade hídrica de que trata o caput deste artigo a ANEEL deverá encaminhar cópia dos seguintes documentos:

I – ficha técnica do empreendimento, conforme modelo anexo a esta Resolução;

II – estudos hidrológicos referentes à determinação:

- a) da série de vazões utilizadas no dimensionamento energético de cada um dos cenários de usos múltiplos dos recursos hídricos, inclusive para o transporte aquaviário;*
- b) das vazões máximas consideradas no dimensionamento dos órgãos extravasores;*
- c) das vazões mínimas; e*
- d) do transporte de sedimentos;*

Ora, se realiza a dispensa da outorga para as barragens citadas, como poderia autorizar a redução de vazão mínima? Em momento algum a ANA exigiu estudos que fundamentassem sua atuação, justamente por entender ser dispensável a outorga aqui discutida.

Páginas
nº 58
CANCELADO
IBAMA

Canoa de Tolda - CT016/2014 - Pág. 6

Páginas
nº 08
AGB Peixe Vivo

Observe-se que entre as hipóteses de suspensão da outorga está expressamente a necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo hídrico.

A previsão de impactos na navegação está presente nas condicionantes tanto da resolução que autorizou a redução da vazão, bem como na autorização do IBAMA.

Os impactos na navegação estão de fato acontecendo, como se observa nos relatórios em anexo, produzidos pelas Universidades Federais de Minas Gerais, Bahia, Federal Rural de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e pela Sociedade Canoa de Tolda, onde se verifica que é praticamente impossível navegar de forma adequada - navegações longitudinais de longo curso e navegações transversais de travessias - no baixo São Francisco com grande parte das embarcações.

Tais impactos merecem a atenção do CBHSF para que sejam dimensionados e sejam equacionadas suas soluções.

3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO COMITÊ:

É atribuição legal do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Franciscolidar com os conflitos de uso existentes na bacia, nos termos do art38 da Lei 9.433:

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

Como se observa da descrição dos fatos no presente ofício, é evidente a existência de conflito de uso das águas do rio São Francisco entre o aproveitamento hidroelétrico realizado pela CHESF e a navegação no baixo São Francisco.

Não há na legislação brasileira outra entidade com a atribuição de resolver administrativamente os conflitos sobre os usos múltiplos da água.

Portanto, cabe ao CBHSF equacionar as soluções para o conflito.

Na efetivação desta sua atribuição legal cabe ao CBHSF adotar as medidas que entender necessárias para equacionar os conflitos garantindo que sejam respeitados os princípios e os termos da gestão das águas na bacia hidrográfica do rio São Francisco.



No caso específico, o princípio violado é justamente a garantia dos usos múltiplos. Com o quase total comprometimento da navegação, está sendo garantido o uso prioritário para aproveitamento energético.

O conflito é patente e merece ser acolhido e devidamente equacionado pelo CBHSF de forma atender aos interesses coletivos difusos, implícitos no atendimento aos usos múltiplos das águas da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

4. CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, a Sociedade Canoa de Tolda, entidade reconhecidamente atuante no escopo das questões socioambientais e culturais de interesse coletivo difuso na região e na qualidade de usuária das águas do rio São Francisco com suas atividades centradas a partir das amplamente conhecidas navegações com a tradicional canoa de tolda Luzitânia (embarcação registrada na Agencia Fluvial da Capitania dos Portos de Alagoas em Penedo, e tombada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em todo o baixo São Francisco, requer seja instaurado **Processo Administrativo de Conflito de Uso**, apontando como parte contrária a **CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco**, para:

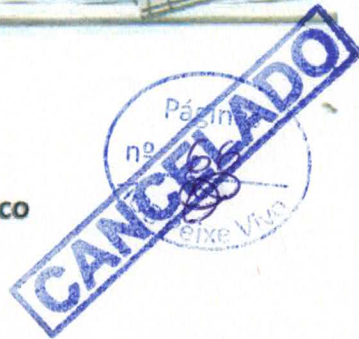
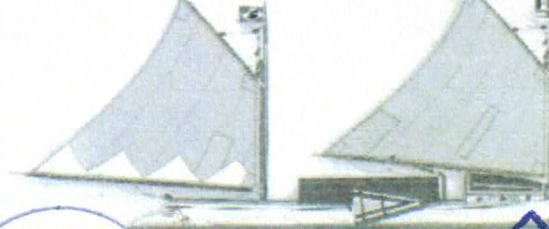
1. Requerer que a CHESF comprove o atendimento da condicionante 2.5 da licença emitida pelo IBAMA relativo à instituição de mecanismo permanente de solução de conflitos de uso;
2. Requerer que a ANA – Agencia Nacional de Águas – submeta, finalmente, todos os barramentos do rio São Francisco ao sistema de outorga, nos termos da lei 9433/97, inserindo restrições, condicionantes, regras e diretrizes de operação que possibilitem a efetiva navegação no trecho Baixo do rio São Francisco;
3. Apresentar solução para o conflito de uso instaurado entre a forma de operação de barramentos, inclusive a redução da vazão para garantia da operação dos mesmos e a viabilidade da navegação regular e segura de longo curso no trecho baixo do rio São Francisco.


Carlos Eduardo Ribeiro Junior
Sociedade Canoa de Tolda

Em anexo:

- 1- Relatório Campanha Avaliação julho 2013
- 2- Resolução ANA – nº 131, de 11 de março de 2003 - Outorgas barragens
- 3- Autorização IBAMA – PAR004041/2013 de 28 de março de 2013
- 4- Resposta IBAMA – 53/2014 onde declara ausência EIA/RIMA para operações a 1.100 m³/s
- 5- Resolução ANA – no. 442 de 08 de abril de 2013 autorizando a redução de vazão
- 6- Deliberação CBHSF – no. 039 de maio de 2008
- 7- Relatório Canoa de Tolda – Navegação 2008
- 8- Relatório Canoa de Tolda – Navegação 2013/14





Ao
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
DIREC – Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
a/c do Ilmo. Sr. Presidente Anivaldo Miranda
Rua da Aurora, 227 – Santa Luzia
57200-000 Penedo AL

CT017/2014 – 03 de abril de 2014

Ref: Encaminhamento do Ofício CT016/2014 Tendo Como Objeto Formalização de Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco

Prezado Senhor Presidente e Senhores Membros do CBHSF,

Por meio desta encaminhamos o Ofício CT016/2014 (e o conjunto de seus anexos) que formaliza o conflito de uso das águas do rio São Francisco em seu trecho baixo, onde se verifica a impossibilidade da navegação adequada, segura e regular entre a foz e a cidade de Piranhas Velha.

Neste momento solicitamos a gentileza de que nos sejam transmitidas de forma precisa as informações constantes nos itens abaixo:

- 1- Quais os procedimentos que o CBHSF irá adotar para o trâmite do processo de conflito de uso objeto do ofício CT016/2014;
- 2- Quais os prazos legais para o curso dos procedimentos supracitados no item no. 1;
- 3- Como se darão o acompanhamento e acesso às informações deste processo por parte dos reclamantes.

Sem mais para o momento e atentamente,


Carlos Eduardo Ribeiro Junior
Sociedade Canoa de Tolda

RECEBIDO

04/04/14



Luciana Deotti Rodrigues
Analista Ambiental
AGB Peixe Vivo

Ao CBHFS – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
a/c DIREC – Diretoria Colegiada do CBHSF
Rua da Aurora, n. 227 – Santa Luzia
CEP 57200-000 Penedo/AL



Objeto: requer a adesão ao Conflito de Uso relativo a navegação no baixo São Francisco, provocado pela Canoa de Tolda, através dos ofícios CT 16 e 17/2014.

Os cidadãos, empresas e entidades signatárias do presente ofício, na qualidade de usuários da Bacia do Rio São Francisco e conscientes da crise hídrica vivenciada no seu baixo curso, expõe e requerem o que segue.

Tomou-se conhecimento de que a Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco, Canoa de Tolda, provocou junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF – a instauração de conflito de uso em razão da impossibilidade de navegação no baixo São Francisco em decorrência da recente alteração no regime de operação das barragens de Xingó e Sobradinho.

Todos os signatários são usuários que dependem constantemente da navegação no baixo São Francisco e vêm sendo prejudicados diariamente pela situação em que se encontra o Rio.

São barqueiros que transportam passageiros diariamente entre as cidades de Penedo/AL e Neópolis/SE; Pescadores que tem enfrentado dificuldades maiores para o exercício de suas atividades;

Todos estes usuários vêm enfrentando maiores dificuldades e, por vezes, impossibilitados de exercer suas atividades adequadamente.

Além de todas circunstâncias já narrados pela Canoa de Tolda, acrescenta-se o fato de já terem ocorrido dois encalhes das balsas que realizam a travessia entre Neópolis/SE e Penedo/AL.

Por concordarem com todos os termos dos Ofícios CT 16 e 17/2014 encaminhados pela Canoa de Tolda, requerem a adesão ao conflito de uso a ser instalado nos termos da Lei 9433/97.

Portanto, requer sejam adotadas as providências necessárias, no âmbito da competência administrativa do CBHSF para arbitrar conflito de uso, para equacionar o conflito instalado entre a redução

RECEBIDO

22/07/14
m



da vazão para garantia da operação ads barragens e a viabilidade da navegação no baixo São Francisco.

Penedo, 22 de Julho de 2014.

José Aderaldo Santos

José Aderaldo Santos

Associação de Transporte Aquaviario Penedo Neopolis e Santana do São Francisco

Travessa Fernando Peixoto n, 120, Penedo/AL

Wilson Bispo

Wilson Bispo

Colônia de Pesca Z-12 - Penedo

Av. Beira Rio, s/n (ao lado da marinha), Penedo/AL

ESTRELA GUIA
NAVEGAÇÃO FLUVIAL



CANCELADO

Ao

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
DIREC – Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
a/c do Ilmo. Sr. Presidente Anivaldo Miranda

Rua da Aurora, 227 – Santa Luzia
57200-000 Penedo AL

RECEBIDO

04/04/14

LR

Luciana Deotti Rodrigues
Analista Ambiental
AGB Peixe Vivo

Ofício no. 02 – 03 de abril de 2014

Objeto: Requer a instauração de Conflito de Uso referente à impossibilidade de navegação adequada no Baixo São Francisco agravada pelas reduções de vazões na operação das barragens de Sobradinho, Itaparica, Complexo Paulo Afonso e Xingó.

I. SÍNTESE FÁTICA:

O Rio São Francisco tem sofrido nos últimos anos efeitos adversos decorrentes em parte e principalmente da regularização de sua vazão. Tais impactos vêm sendo asseverados na última década com as recorrentes solicitações de redução de vazão mínima das barragens, como forma de garantir a geração de energia.

A redução de vazão é sempre solicitada em caráter emergencial e temporário. No entanto, vem se tornando cada vez mais recorrente e foi solicitada diversas vezes na última década.

A redução de vazão autorizada no início de 2013 já vigora há mais de um ano. Tais circunstâncias levantam questionamentos quanto ao real caráter emergencial da redução da vazão.

Um dos impactos diretos da redução da vazão é a piora na navegabilidade do rio, já grandemente afetada por ações antrópicas ao longo da bacia e agravada pela operação dos barramentos, inviabilizando-a por diversos períodos e trechos.

É este tipo de impacto que motiva a provocação do CBHSF para que instaure Processo Administrativo de Conflito de Uso das águas do rio São Francisco, com o objetivo de tentar encontrar soluções para os problemas enfrentados pelos usuários da bacia.

Devemos lembrar que no início de 2013 a Empresa Estrela Guia solicitou à Sociedade Canoa de Tolda o encaminhamento de relato da situação da navegação transversal na linha Piaçabuçu a Brejo Grande ao Comitê do São Francisco. Até o momento não tivemos qualquer comunicado da parte do Comitê do São Francisco sobre o documento que encaminhamos.

O que fundamenta a presente provocação é a documentação apresentada pela entidade Sociedade Canoa de Tolda, documentação esta que está de acordo com a nossa realidade vivida no dia a dia.

A gravidade da atual situação é tamanha que demanda a intervenção direta do CBHSF para que os problemas sejam devidamente equacionados, garantindo o respeito aos diversos usos do rio.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

As restrições de vazões (máximas e mínimas) da barragem fazem parte de suas principais condições de operação. Sua fixação envolve a competência da ANA, prevista no art. 4, §3 da Lei 9984/2000 como abaixo temos:

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

XII – definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas;

§ 3º Para os fins do disposto no inciso XII deste artigo, a definição das condições de operação de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS;

Além disso, a fixação das vazões é analisada também no licenciamento ambiental das barragens, por ter a potencialidade de causar impactos ambientais significativos a jusante da barragem.

A Resolução 442 de 8/04/2013 editada pela ANA autorizou a redução da vazão mínima de operação para as barragens de Sobradinho e Xingó para 1100 M³/s. ao invés dos 1.300M³/s previstos na licença ambiental anteriormente concedida pelo IBAMA e estabelecidos pelo Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em vigor.

No mesmo sentido, Autorização Especial 01/2013 emitida pelo IBAMA reduziu a vazão fixada nas condicionantes da licença de operação.



A previsão inicial era de redução até novembro/2013. Ocorre que a autorização de redução foi prorrogada até 31 de janeiro de 2014, através da Resolução 1589/2013/ANA e, posteriormente, até 31 de março, através da Resolução 333/2014.

A redução da vazão é uma modificação nas condições da outorga de uso para aproveitamento hidroelétrico. Por tal razão, deve respeitar, dentre outros requisitos, o contido nos art. 13 da Lei 9433/97.

Ou seja, deve garantir a preservação dos usos múltiplos do corpo hídrico afetado, bem como os usos prioritários estabelecidos nos planos de bacia. De acordo com o referido dispositivo:

Art. 13. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

A referida lei prevê, inclusive, a possibilidade de suspensão da outorga em determinadas hipóteses, nos termos de seu art. 15 onde:

Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

IV - necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;

VI - necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

2.1 – INEXISTÊNCIA DE OUTORGA PARA AS BARRAGENS NO RIO SÃO FRANCISCO

A ANA autorizou a redução da através da Resolução de n. 442, no dia 8/04/20013, tomando como base legal o art. 4, VII e §3 da Lei 9984/00 e, de acordo com o

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:



XII – definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas:

§ 3º Para os fins do disposto no inciso XII deste artigo, a definição das condições de operação de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

A autorização pela ANA seria, na realidade, uma modificação nas condições da outorga das barragens.

Nos termos da Lei 9433/97 estariam também sujeitas a necessidade de outorga como diz o

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

Ocorre que as barragens citadas não possuem outorga para sua operação.

Ora, como poderia a ANA autorizar uma redução de vazão de barragens que sequer possuem outorga emitida para sua operação.

A ANA sustenta que não seria necessário o requerimento de outorga para usos anteriores a exigência realizada pela Lei, com fundamento no art. 7 da Resolução 131/2003 da ANA, nos seguintes termos:

Art. 7º Os detentores de concessão e de autorização de uso de potencial de energia hidráulica, expedidas até a data desta Resolução, ficam dispensados da solicitação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

Ora, uma Resolução da ANA não poderia dispensar em caráter permanente empreendimentos de obter a outorga prevista em lei, especialmente, por se tratar de ato administrativo sujeito a renovação.

É ato que visa controlar uso contínuo e permanente do rio São Francisco. Os efeitos dos barramentos continuam sendo produzidos por todo o tempo de sua operação. Se existe o uso, deve haver a outorga, ainda que o empreendimento tenha sido iniciado antes mesmo da exigência inicial de outorga.



A lei não faz qualquer menção à dispensa da outorga.

Observe-se que as barragens são os principais elementos reguladores de toda a dinâmica hidrológica do São Francisco e afetam todos os outros usos, bem como o ecossistema.

Observe-se ainda que é no requerimento de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga que a ANA exige os estudos necessários para delimitar a dinâmica de funcionamento das barragens, nos termos do art. 1º da mesma Resolução 131/2003:

§2º Ao solicitar a declaração de reserva de disponibilidade hídrica de que trata o caput deste artigo a ANEEL deverá encaminhar cópia dos seguintes documentos:

I – ficha técnica do empreendimento, conforme modelo anexo a esta Resolução;

II – estudos hidrológicos referentes à determinação:

- a) da série de vazões utilizadas no dimensionamento energético de cada um dos cenários de usos múltiplos dos recursos hídricos, inclusive para o transporte aquaviário;*
- b) das vazões máximas consideradas no dimensionamento dos órgãos extravasores;*
- c) das vazões mínimas; e*
- d) do transporte de sedimentos;*

Ora, se realiza a dispensa da outorga para as barragens citadas, como poderia autorizar a redução de vazão mínima? Em momento algum a ANA exigiu estudos que fundamentassem sua atuação, justamente por entender ser dispensável a outorga aqui discutida.

Observe-se que entre as hipóteses de suspensão da outorga está expressamente a necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo hídrico.

A previsão de impactos na navegação está presente nas condicionantes tanto da resolução que autorizou a redução da vazão, bem como na autorização do IBAMA.

Os impactos na navegação estão de fato acontecendo, como se observa nos relatórios em anexo, produzidos pelas Universidades Federais de Minas Gerais, Bahia, Federal Rural de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e também pela Sociedade Canoa de Tolda, onde se verifica que é praticamente impossível navegar – navegações longitudinais de longo curso e



navegações transversais de travessias - no baixo São Francisco com grande parte das embarcações.

Tais impactos merecem a atenção do CBHSF para que sejam dimensionados e sejam equacionadas suas soluções.

3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO COMITÊ:

É atribuição legal do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Franciscolidar com os conflitos de uso existentes na bacia, nos termos do art38 da Lei 9.433:

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

Como se observa da descrição dos fatos no presente ofício, é evidente a existência de conflito de uso das águas do rio São Francisco entre o aproveitamento hidroelétrico realizado pela CHESF e a navegação no baixo São Francisco.

Não há na legislação brasileira outra entidade com a atribuição de resolver administrativamente os conflitos sobre os usos múltiplos da água.

Portanto, cabe ao CBHSF equacionar as soluções para o conflito.

Na efetivação desta sua atribuição legal cabe ao CBHSF adotar as medidas que entender necessárias para equacionar os conflitos garantindo que sejam respeitados os princípios e os termos da gestão das águas na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

No caso específico, o princípio violado é justamente a garantia dos usos múltiplos. Com o quase total comprometimento da navegação, está sendo garantido o uso prioritário para aproveitamento energético.

O conflito é patente e merece ser acolhido e devidamente equacionado pelo CBHSF de forma atender aos interesses coletivos difusos, implícitos no atendimento aos usos múltiplos das águas da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

4. CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, a Empresa Fluvial Estrela Guia, com suas atividades de navegação transversal utilizando a balsa Estrela Guia registrada na Agencia da Capitania dos Portos de Alagoas em

Penedo e na ANTAQ – Agencia Nacional de Transportes Aquaviários na linha Piaçabuçu a Brejo Grande (e vice-versa), requer seja instaurado **Processo Administrativo de Conflito de Uso**, apontando como parte contrária a **CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco**, para:

1. Requerer que a CHESF comprove o atendimento da condicionante 2.5 da licença emitida pelo IBAMA relativo à instituição de mecanismo permanente de solução de conflitos de uso;
2. Requerer que a ANA – Agencia Nacional de Águas – submeta, finalmente, todos os barramentos do rio São Francisco ao sistema de outorga, nos termos da lei 9433/97, inserindo restrições, condicionantes, regras e diretrizes de operação que possibilitem a efetiva navegação no trecho Baixo do rio São Francisco;
3. Apresentar solução para o conflito de uso instaurado entre a forma de operação de barramentos, inclusive a redução da vazão para garantia da operação dos mesmos e a viabilidade da navegação regular e segura no trecho baixo do rio São Francisco.

José Antônio Meneses de Lisboa
José Antônio Meneses de Lisboa
Empresa Fluvial Estrela Guia

Em anexo:

- 1- Relatório Campanha Avaliação julho 2013 realizada pelas UFMG; UFBA; UFRPE; UFAL; UFS e Canoa de Tolda;
- 2- Resolução ANA – nº 131, de 11 de março de 2003 - Outorgas barragens;
- 3- Autorização IBAMA – PAR004041/2013 de 28 de março de 2013;
- 4- Resposta IBAMA – 53/2014 onde declara ausência EIA/RIMA para operações a 1.100 m³/s;
- 5- Resolução ANA – no. 442 de 08 de abril de 2013 autorizando a redução de vazão;
- 6- Deliberação CBHSF – no. 039 de maio de 2008;
- 7- Relatório Canoa de Tolda – Navegação 2008;
- 8- Relatório Canoa de Tolda – Navegação 2013/14.

RESOLUÇÃO Nº 131, DE 11 DE MARÇO DE 2003

Dispõe sobre procedimentos referentes à emissão de declaração de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para uso de potencial de energia hidráulica superior a 1 MW em corpo de água de domínio da União e dá outras providências.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos III e XVII do art. 16 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 9, de 17 de abril de 2001, torna público que a **DIRETORIA COLEGIADA**, em sua 84ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de março de 2003, considerando o disposto no art. 7º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu:

Art. 1º Para licitar a concessão ou autorizar o uso do potencial de energia hidráulica em corpo de água de domínio da União, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, junto à ANA, a prévia obtenção de declaração de reserva de disponibilidade hídrica.

§1º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica e a outorga de direito de uso de potencial de energia hidráulica em corpo hídrico de domínio dos estados e do Distrito Federal serão objeto de regulamentação específica.

§2º Ao solicitar a declaração de reserva de disponibilidade hídrica de que trata o *caput* deste artigo a ANEEL deverá encaminhar cópia dos seguintes documentos:

- I – ficha técnica do empreendimento, conforme modelo anexo a esta Resolução;
- II – estudos hidrológicos referentes à determinação:
 - a) da série de vazões utilizadas no dimensionamento energético de cada um dos cenários de usos múltiplos dos recursos hídricos, inclusive para o transporte aquaviário;
 - b) das vazões máximas consideradas no dimensionamento dos órgãos extravasores;
 - c) das vazões mínimas; e
 - d) do transporte de sedimentos;
- III – estudos referentes ao reservatório quanto à definição:
 - a) das condições de enchimento;
 - b) do tempo de residência da água;
 - c) das condições de assoreamento;
 - d) do remanso; e
 - e) das curvas “cota x área x volume”;

IV – mapa de localização e de arranjo do empreendimento, georreferenciado e em escala adequada;

V – descrição das características do empreendimento, no que se refere:

- a) à capacidade dos órgãos extravasores;
- b) à vazão remanescente, quando couber;
- c) às restrições à montante e à jusante; e
- d) ao cronograma de implantação;

VI – estudos energéticos utilizados no dimensionamento do aproveitamento hidrelétrico, inclusive quanto a evolução da energia assegurada ao longo do período da concessão ou da autorização; e

VII – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos técnicos responsáveis pelos estudos.

§3º A ANA poderá solicitar à ANEEL dados complementares para análise do pedido.

Art. 2º A ANA dará publicidade aos pedidos de declaração de reserva de disponibilidade hídrica bem como aos atos administrativos que deles resultarem.

Art. 3º Na análise do pedido de declaração de reserva de disponibilidade hídrica de que trata o artigo 1º, a ANA se articulará com os respectivos órgãos ou entidades gestores de recursos hídricos dos Estados e do Distrito Federal, visando a garantia dos usos múltiplos na bacia hidrográfica.

Parágrafo único. A articulação compreenderá consulta aos órgãos ou às entidades gestoras, sobre os usos de recursos hídricos nos rios de domínio estadual ou do Distrito Federal que poderão afetar o empreendimento ou por este serem afetados.

Art. 4º A ANA considerará em sua avaliação:

I - os usos atual e planejado dos recursos hídricos na bacia hidrográfica, cujo impacto se dá predominantemente na escala da bacia; e

II - o potencial benefício do empreendimento hidrelétrico, cujo impacto se dá preponderantemente na escala nacional.

Art. 5º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica não confere direito de uso de recursos hídricos e se destina, unicamente, a reservar a quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico.

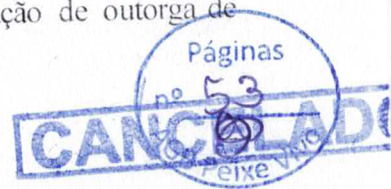
Parágrafo único. A declaração de reserva de disponibilidade hídrica será concedida pelo prazo de até três anos, podendo ser renovada por igual período, a critério da ANA, mediante solicitação da ANEEL.

Art. 6º A ANA transformará automaticamente a declaração de reserva de disponibilidade hídrica em outorga de direito de uso de recurso hídrico tão logo receba da ANEEL a cópia do contrato de concessão ou do ato administrativo de autorização para exploração de potencial de energia hidráulica localizado em rios de domínio da União.



Art. 7º Os detentores de concessão e de autorização de uso de potencial de energia hidráulica, expedidas até a data desta Resolução, ficam dispensados da solicitação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



JERSON KELMAN



**ANEXO
FICHA TÉCNICA**

página: 24
de 24

CANCELADO
AGB Peixe Vivo

USINA HIDRELÉTRICA:		DATA:	
EMPRESA:		TEL.:	
ETAPA:			
CONTATO:			
1. LOCALIZAÇÃO			
RIO:		SUB-BACIA:	BACIA:
LAT.:	DIST. DA FOZ:	MUNICÍPIO M. DIR.:	UF.:
LONG.:	km	MUNICÍPIO M. ESQ.:	UF.:
2. DADOS HIDROMETEOROLÓGICOS			
POSTOS FLUVIOMÉTRICOS DE REFERÊNCIA			
CÓD.:	NOME:	RIO:	AD: km ²
ÁREA DE DRENAGEM DO BARRAM.:	km ²	VAZÃO FIRME: (95%)	m ³ /s
PREC. MÉDIA ANUAL:	mm	VAZÃO MÁX. REGISTRADA: ()	m ³ /s
EVAP. MÉDIA ANUAL:	mm	VAZÃO MÍN. REGISTRADA: ()	m ³ /s
EVAP. MÉDIA MENSAL: mm	mm	VAZÃO MÍN. MÉDIA MENSAL:	m ³ /s
VAZÃO MLT (PER.:):	m ³ /s	VAZÃO DE PROJETO (TR: ANOS)	m ³ /s
		VAZÃO OBRAS DESVIO (TR: ANOS)	m ³ /s
VAZÕES MÉDIAS MENSAIS (m³/s) – PERÍODO:			
JAN	FEV	MAR	ABR
MAI	JUN	JUL	AGO
SET	OUT	NOV	DEZ
EVAPORAÇÃO MÉDIA MENSAL (mm) – PERÍODO:			
JAN	FEV	MAR	ABR
MAI	JUN	JUL	AGO
SET	OUT	NOV	DEZ
3. RESERVATÓRIO:			
N.A. DE MONTANTE		VOLUMES	
MÍN. NORMAL:	m	NO N.A. MÁXIMO NORMAL:	x10 ⁹ m ³
MÁX. NORMAL:	m	ÚTIL:	x10 ⁹ m ³
MÁX. MAXIMORUM:	m	ABAIXO DA SOL. VERTEDOIRO:	x10 ⁹ m ³
N.A. DE JUSANTE:		OUTRAS INFORMAÇÕES	
NORMAL:		VIDA ÚTIL DO RESERVATÓRIO	anos
MÍNIMO:	m	VAZÃO REGULARIZ. (PER. CRÍT. /)	m ³ /s
MÁX. NORMAL:	m	PERÍMETRO DO RESERVATÓRIO:	km
ÁREAS INUNDADAS		PROFUNDIDADE MÉDIA:	
NO N.A. MÁX. MAXIMORUM:	km ²	PROFUNDIDADE MÁXIMA:	m
NO N.A. MÁX. NORMAL:	km ²	TEMPO DE FORMAÇÃO DO RESERV.:	dias
NO N.A. MÍN. NORMAL:	km ²	TEMPO DE RESIDÊNCIA:	dias
ÁREAS INUNDADAS POR MUNICÍPIO (ha)			
		ÁREAS (ha)	
MUNICÍPIO	ESTADO	SEM A CALHA DO RIO	LEITO DO RIO
			TOTAL
4. TURBINAS			
TIPO:		VAZÃO UNITÁRIA NOMINAL:	m ³ /s
POTÊNCIA UNITÁRIA NOMINAL:	MW	RENDIMENTO OP. MÁXIMO:	%
NÚMERO DE UNIDADES:		RENDIMENTO OP. MÍNIMO:	%
QUEDA DE PROJETO (BRUTA MÁX.):	m		

5. CRONOGRAMA – PRINCIPAIS FASES			
INICIO DAS OBRAS ATÉ O DESVIO:	meses	TOTAL:	meses
DESVIO ATÉ O FECHAMENTO:	meses	MONT. ELETROMECAÂNICA (1ª UNID.):	meses
FECHAM. ATÉ GERAÇÃO (1ª UNID.):	meses	OPERAÇÃO (cada unidade):	meses
6. ESTUDOS ENERGÉTICOS			
QUEDA BRUTA MÁXIMA:	m	ENERGIA FIRME:	MW médios
QUEDA DE REFERÊNCIA:	m	ENERGIA ASSEGURADA:	MW médios
POTÊNCIA DA USINA:	mw	POTÊNCIA MÉDIA:	MW médios
7. IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS			
<u>POPULAÇÃO ATINGIDA (Nº DE HABITANTES)</u>		<u>FAMÍLIAS ATINGIDAS</u>	
URBANA:		URBANA:	
RURAL:		RURAL:	
TOTAL:		TOTAL:	
QUANTIDADE DE NÚCLEOS URBANOS ATINGIDOS:			
INTERFERÊNCIAS COM ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS:		SIM	NÃO
INTERFERÊNCIAS COM ÁREAS INDÍGENAS:		SIM	NÃO
RELOCAÇÃO DE ESTRADAS:			EXTENSÃO: km
RELOCAÇÃO DE PONTES:			EXTENSÃO:
EMPREGOS GERADOS DURANTE A CONSTRUÇÃO:			DIRETOS:
			INDIRETOS:
8. ASPECTOS AMBIENTAIS CRÍTICOS:- (POR EXEMPLO: RESERVAS INDÍGENAS, CAVERNAS NO LOCAL DO RESERVATÓRIO, ETC)			
9. DESCRIÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTROS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS:- (POR EXEMPLO, NAVEGAÇÃO, ABASTECIMENTO PÚBLICO, TURISMO, LAZER, ETC)			
10. OBSERVAÇÕES: -			



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 004041/2013

Assunto: Análise do pedido de redução da vazão defluente das hidrelétricas da Chesf no rio São Francisco

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do pedido de redução da vazão defluente das hidrelétricas da Chesf no rio São Francisco

1. INTRODUÇÃO

No dia 08 de março de 2013 foi realizado uma reunião que contou com representantes do ONS, ANA, Ibama, Chesf e MME (Ata de Reunião 3177/2013-Anexo 1). Nesse evento foi apresentada uma previa da Nota Técnica ONS-30/2013 que informa da situação crítica do armazenamento de água em que se encontram os reservatórios das hidrelétricas Sobradinho e Três Marias. De acordo com o cenário mais pessimista calculado nesta Nota Técnica, há o risco de que o nível de armazenamento do reservatório da UHE Sobradinho chegue a valores próximos a 20% podendo atingir até 4,8% na previsão mais pessimista para mês de novembro de 2013.

Frente a este cenário, a Chesf encaminhou ao Ibama no dia 14 de março de 2013 a versão definitiva da Nota Técnica ONS-30/2013 (Anexo 2) e a correspondência CE-PR-82/2013 solicitando uma autorização especial para que possa reduzir a vazão defluente da UHE Xingó para 1100 m³/s, com o intuito de aumentar o volume de água armazenada no reservatório da UHE Sobradinho.

O pedido de redução da vazão defluente da UHE Xingó também foi encaminhado à Agência Nacional de Águas-ANA, que convocou no dia 21 de março de 2013 uma reunião com os principais usuários das águas do Baixo e do Submédio São Francisco. Nesta reunião foram discutidos os principais impactos a serem gerados por esta redução de vazão e contou com a participação de representantes do Ibama, ANA, Marinha, ANTAQ, Ministério dos Transportes, Comitê de Bacia do Rio São Francisco, CODEVASF, Órgãos Ambientais da Bahia e de Alagoas, ANEEL, ONS e Chesf.

Este parecer tem o objetivo de analisar o pleito de redução da vazão defluente da UHE Xingó para 1300 m³/s feito pela Chesf ao Ibama na correspondência CE-PR-82/2013. Será considerado nesta avaliação as discussões feitas nas reuniões supracitadas e uma análise dos registros documentais das três ocasiões anteriores em que a vazão defluente da UHE Xingó foi reduzida.

2. ANÁLISE

2.1 O pedido da Chesf



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



A condicionante 2.8 da Licença de Operação nº 147/2001 para a UHE Xingó determina:

"Manter ininterruptamente uma vazão a jusante de no mínimo 1300m³/s."



Na reunião realizada no dia 08 de março de 2013 e através da correspondência CE-PR-82/2013 a Chesf solicitou ao Ibama que vazão a jusante de Xingó seja reduzida para 1100 m³/s. Esta redução de vazão num primeiro momento será feita apenas nos períodos de "carga leve" (entre 00:00 e 08:00) e nos finais de semana. Na reunião, a Chesf e o ONS não descartaram a possibilidade de ampliar o horário diário desta redução de vazão caso seja necessário.

Analisando o histórico da operação e do processo de licenciamento ambiental da UHE Xingó, relata-se que em 3 ocasiões anteriores a Chesf já foi autorizada a operar o seu conjunto de Hidrelétricas no São Francisco com a vazão defluente mínima da UHE Xingó abaixo de 1300 m³/s. Essas ocasiões foram:

- 1ª - Durante o racionamento de energia elétrica 2001/2002, onde foi permitido que a vazão defluente da UHE Xingó fosse de 1000 m³/s, autorizado pela Resolução nº 39, de 21 de agosto de 2001 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.
- 2ª - Devido a violação da Curva de Aversão a Risco em 2003, foi autorizado pela Licença Especial do Ibama nº 01/2003 que autorizou a operação com a vazão defluente da UHE Xingó a 1100 m³/s.
- 3ª - Entre os meses de outubro de 2007 e fevereiro de 2008, devido a situação hidrometeorológica crítica foi autorizado a vazão defluente da UHE Xingó em 1100 m³/s pela Licença Especial do Ibama nº 01/2007.

Em todas as ocasiões de redução da vazão supracitadas, foi condicionado à Chesf que realizasse ações para garantir o uso múltiplo da água, principalmente nos trechos do rio entre os reservatórios de Sobradinho e Itaparica, e a jusante de Xingó. Também foi condicionado à concessionária energética que realizasse o monitoramento da qualidade de água, monitoramento do avanço da cunha salina e monitoramento dos impactos gerados na pesca.

2.2 Justificativa do pedido de redução de vazão

A Nota Técnica ONS-30/2013 apresenta uma análise do volume de água a ser armazenado no reservatório das UHE Sobradinho e Três Marias para o período de março a novembro de 2013 considerando diferentes cenários.

Foi informado nesta Nota Técnica que até o momento, o período chuvoso de 2012/2013 está com a precipitação abaixo da média da série histórica, e que a Energia Armazenada Máxima - $E_{ar(max)}$ neste sistema é a mais baixa dos últimos 12 anos, sendo maior apenas que o ano de 2001 quando houve o racionamento de energia elétrica. O



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

período crítico para o armazenamento de água tanto na UHE Sobradinho quanto na UHE Três Marias é o mês de novembro, que corresponde ao final do período seco na Bacia do São Francisco.

Nas análises apresentadas pela Nota Técnica em questão, foram elaborados três cenários para o nível de água armazenada nos reservatórios. A tabela do Anexo 1 mostra a porcentagem de armazenamento do reservatório da UHE Sobradinho para o mês de novembro nos cenários hidrológicos simulados.

O cenário 1, o mais crítico, considera os índices de precipitação e vazão incremental ocorridos em 2001 (o pior histórico de chuvas ocorrido na região). O cenário esperado prevê que em novembro de 2013 os níveis do reservatório atinjam 22,6% de armazenamento, considerando que a operação da cascata de hidrelétricas seja controlada com a UHE Xingó operando sob uma vazão defluente de 1350 m³/s.

Pela Tabela do anexo 1, observa-se que com a redução da vazão defluente da UHE Xingó de 1350 m³/s para 1100 m³/s nos períodos de carga leve e em todo o final de semana, estima-se um ganho de 8,7% no volume de armazenamento de água no reservatório da UHE Sobradinho, elevando a expectativa do armazenamento de água de 22,6% para 31,3%.

Ainda de acordo com a Nota Técnica, a redução de vazão proposta visa manter estoque de água suficiente para atender à geração de energia elétrica e também estoque para os usos múltiplos de jusante e montante da UHE Sobradinho.

2.3 Impactos a serem gerados pela redução de vazão:

2.3.1 Usos Múltiplos

Na cascata de hidrelétricas da Chesf no rio São Francisco, as usinas que controlam as vazões são Sobradinho e Itaparica. Para que a Chesf opere a UHE Xingó com vazão defluente de 1100 m³/s, será necessário uma redução da vazão já na defluência em Sobradinho.

Pelo que foi discutido nas reuniões do 08 e do dia 21 de março de 2013, os principais impactos ambientais que poderão ser gerados por essa redução de vazão estão relacionados com o uso múltiplo da água em 2 trechos do Rio São Francisco que ainda apresentam características lóticicas.

O primeiro destes trechos corresponde a 280 km do rio localizado entre os reservatórios de Sobradinho e Itaparica. Em material apresentado pela Chesf nas reuniões (Anexo 3), foram citadas as principais captações de água que necessitarão passar por ajustes para que mantenham o funcionamento após uma eventual redução de vazão.

Neste trecho foi identificado pela Chesf as captações de água para abastecimento público do SAAE em Juazeiro, da COMPESA, captações dos projetos de irrigação da CODEVASF em Bebedouro-PE, Tourão-BA, Maniçoba-BA, Curaçá-BA, Pedra Branca-BA, Brígida-PE e Caraibas-PE e irrigação da Agrovale. Além destas captações também foi



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

informado da possibilidade de problemas com a navegação na região conhecida como Ilha do Fogo.

O segundo trecho compreende 179 km entre a foz do São Francisco e o reservatório de Xingó. Nesta porção do rio as captações que a Chesf destaca no material apresentado são: adutora da companhia DESO em Propriá-SE que abastece Aracaju, captação para projeto de agricultura irrigada COHIDRO, irrigações da CODEVASF (em Itiúba-AL, Betume-SE, Boacica-SE, Cotinguiba e Propriá-SE). Também deverão ser necessários ajustes em relação à operação de Balsas no trecho Neópolis/Penedo.

Foi exposto na reunião do dia 21 de março, os impactos que podem ser gerados na navegação de cabotagem. O representante da marinha informou das dificuldades de navegação em alguns trechos do São Francisco mesmo com a vazão defluente de Xingó a 1300 m³/s. Foram mostradas diversas fotografias de embarcações encalhadas e com o sistema de propulsão danificados devido a acidentes causados pelo baixo calado (menos de 1,5 m). A tendência é que esta situação se agrave com a redução da vazão para 1100 m³/s.

Como medida de mitigação aos impactos causados à navegação, foi proposto que seja acordado com os operadores dos comboios de navegação, determinados momentos em que a Chesf liberará pulsos com vazão e duração de tempo suficientes para que as embarcações possam completar seu deslocamento pela hidrovía.

O representante do Comitê de Bacias alertou para os impactos a serem causados nos pequenos usuários e na navegação de pequenas embarcações.

Caso existam pisciculturas nos trechos de rio, deve-se verificar se as variações de vazão e nível d'água interferem ou não na produção da atividade.

A melhor maneira de minimizar os conflitos de uso da água, é que se estabeleçam canais efetivos para a comunicação os demais usuários e os responsáveis pelas decisões da vazão defluente da UHE Sobradinho.

Também deverão ser realizadas antes de se iniciar a operação com a vazão reduzida, todas as adequações necessárias nas tomadas d'água dos demais usuários do rio São Francisco.

2.3.2 Cunha Salina

Um aspecto ambiental importante a ser considerado para a avaliação dessa redução de vazão é o avanço da cunha salina. Pelos resultados do Programa de Monitoramento Limnológico desenvolvidos entre 2008 e 2011 pela Chesf, foi constatado que em condições de vazões consideradas normais (maiores que 1300 m³/s) a cunha salina avançou no máximo 7 km sobre o leito do rio São Francisco. A 12 km da foz está localizada a cidade de Piaçabuçu. É importante que se monitore o avanço da cunha salina para evitar a salinização da água que chega aos sistemas de captação de água deste município. O maior avanço registrado da cunha salina foi de 9 km, e ocorreu em fevereiro de 2008 conforme aponta o 2º relatório de Avaliação Mensal da Cunha Salina, documento exigido como condicionante da Licença Especial 01/2007 que autorizou a terceira redução da vazão defluente de Xingó para 1100 m³/s.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

De acordo com Schmiegelow, 2004, as maiores amplitudes das marés, chamadas de maré sizígia, ocorre nos fenômenos de Lua Cheia e Lua Nova. É esperado que os maiores avanços da cunha salina ocorram nesses períodos. Em função do risco de salinização das captações de água no município de Piaçabuçu, recomenda-se o monitoramento da cunha salinas nos eventos de maré sizígia, e caso constatado que a cunha salina avance com proximidade menores que 2,5 km das primeiras captações de água, a Chesf deverá programar pulsos de vazão para conter o avanço da cunha salina nos períodos críticos de maré sizígia.

2.3.3 Impactos na qualidade de água

Analisando os resultados do Programa de Monitoramento Limnológico desenvolvido pela Chesf no período de 2008 a 2011, observa-se elevadas concentrações de fosforo em diversos pontos ao longo dos 4 reservatórios da Chesf e do trecho de rio à jusante de Xingó. Por outro lado, os níveis de nitrogênio encontrados no geral são baixos. Em função deste fato o nitrogênio de certa forma é um fator limitante da eutrofização em muitos pontos das águas do rio São Francisco. Os maiores problemas em relação a qualidade de água foram detectados, principalmente, nos pontos próximos aos lançamentos de efluentes domésticos e das pisciculturas em tanque redes devido justamente ao aporte de nitrogênio e fósforo. Nestes pontos também foram encontrados os níveis mais baixos de oxigênio dissolvido nas campanhas do monitoramento realizado.

Em um cenário de redução de vazão defluente de Xingó para 1100 m³/s, recomenda-se a retomada imediata do monitoramento limnológico e de macrófitas aos moldes que foram discutidos no Seminário de Ecossistemas aquáticos realizado entre CHESF e Ibama em agosto de 2011 e que sejam incluídos pontos de monitoramento no trecho de rio entre Sobradinho e Itaparica.

Outro ponto ponto que deve ser observado é a qualidade da água utilizada para as captações de abastecimento humano. Este acompanhamento pode ser feito obtendo-se os dados dos monitoramento das empresas responsáveis pela captação da água.

2.3.4 Impactos na biota Aquática

A biota aquática do Rio São Francisco já se encontra em estado bastante alterado, haja visto o tempo de implantação dos empreendimentos hidrelétricos da CHESF, as atividades de uso e ocupação intensivo nas margens do rio São Francisco, a atividades de piscicultura, que causam a invasão por espécies alóctones, e as outras espécies inseridas propositalmente pela comunidade. Nesse aspecto, a redução de 1300 m³/s para 1100m³/s, ainda que em flutuações diárias (cenário de "carga leve" proposto pela ONS) não acarreta em efeitos deletérios diretos à ictiofauna. Tais efeitos podem decorrer de uma conjunção de fatores, como o aumento da concentração de efluentes líquidos em determinados pontos do rio São Francisco, ou ainda problemas na qualidade da água na região do reservatório de Paulo Afonso, em virtude dos tanques-rede lá existentes; e no rio Moxotó, dada a sua elevada carga de efluentes líquidos. Considerando esta situação, a



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

CHESF, no âmbito do monitoramento da qualidade da água, deve se atender às condições de DBO ocorrentes nestas regiões sensíveis, de maneira a monitorar quaisquer alterações prejudiciais à ictiofauna, e à biota aquática.

3. CONCLUSÃO

Em 2 ocasiões anteriores a Chesf operou as suas hidrelétricas no rio São Francisco com uma vazão defluente de 1100 m³/s e uma vez com 1000 m³/s. Após análise da documentação contida nos processos de licenciamento ambiental das hidrelétricas Sobradinho, Itaparica, Complexo Paulo Afonso e Xingó, não foram encontrados fatos ou problemas ambientais graves que inviabilizariam uma nova quebra dessa restrição da vazão defluente de Xingó a 1300 m³/s. Entretanto vale ressaltar que nunca foram apresentados estudos robustos que avaliem os impactos dessa redução de vazão. Toda esta análise foi feita considerando registros e monitoramentos dos outros episódios de redução de vazão.

Os principais impactos que podem ser gerados estão relacionados ao uso múltiplos das águas do rio São Francisco, é competência da ANA decidir sobre os conflitos gerados pelos uso e da quantidade disponível de água.

Caso o pleito da Chesf para a redução vazão defluente da UHE Xingó para 1100 m³/s seja aprovado, recomenda-se que sejam feitas as seguintes ações:

- 1- A Chesf deverá apresentar documento formal comunicando que os demais usuários das águas do Rio São Francisco têm capacidade de operar com as vazões a serem praticadas.
- 2- Monitoramento da cunha salina em todos os períodos de maré sizigia.
- 3- Apresentar proposta de pontos para monitoramento da qualidade de água nos trecho de rio entre Sobradinho e Itaparica.
- 4- Retomar o monitoramento da Qualidade de Água no Rio São Francisco e executá-lo mensalmente nos períodos de redução de vazão.
- 5- Apresentar mensalmente relatório consolidado sobre os impactos gerados pela redução de vazão, contendo minimamente seguinte os seguintes tópicos: Navegação, Captações de Água, Qualidade de Água, Processos Erosivos e outros que forem julgados necessários. Deverá ser feito um acompanhamento da qualidade da água utilizada nas captações de abastecimento humano utilizando-se os dados de amostras das empresas de tratamento de água.
- 6- Estabelecer um meio de comunicação eficiente entre os usuários e os responsáveis pela tomada de decisão das vazões a serem praticadas, com o objetivo de solucionar eventuais conflitos de uso.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Observadas estas condições, sugere-se que as seguintes condições de operação estejam presentes na referida autorização especial:

1. Condicionantes Gerais:

1.1. Esta Autorização Especial somente será válida a partir do momento em que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF comunicar ao Ibama que já foram adotadas todas as ações de responsabilidade das diversas entidades e usuários, a jusante de Sobradinho, que possibilitam a redução da restrição da defluência:

1.2. Esta Autorização Especial será suspensa no momento em que o regime hídrico do Rio São Francisco atingir a vazão que permita as Usinas Hidrelétricas operarem com uma vazão residual mínima de 1300 m³/s;

1.3. Esta Autorização Especial será prorrogada automaticamente até que se atinja o disposto na condicionante 1.2;

1.4. Quaisquer alterações nas informações prestadas com relação à atividade deverão ser precedidas de anuência do IBAMA;

1.5. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- graves riscos ambientais e de saúde;

2. Condições Específicas:

2.1. Mediante os impactos ocorridos nas operações de redução de vazão realizadas anteriormente, proceder à comunicação direta dos atingidos no episódios anteriores previamente ao início da operação, apresentando no relatório da condicionante 2.4, a data da comunicação, meio de comunicação utilizado, e registro fotográfico.

2.2. Retomar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água do Rio São Francisco, e executá-lo mensalmente nos períodos de redução de vazão, incluindo proposta e execução de monitoramento de qualidade da água nos trechos lóticos entre Sobradinho e Itaparica.

2.3. Monitorar o status da cunha salina em todos os períodos de maré sizígia.

2.4. Encaminhar relatório mensal informando a ocorrência de problemas na navegação, captções de água, qualidade de água, processos erosivos, e outros usos múltiplos, no



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 Coordenação de Energia Hidrelétrica

Páginas
 nº 33
 4
 AGA Peixe Vivo

Páginas
CANCELADA

período onde a vazão será reduzida para 1.100 m³/s, descrevendo o ocorrido, sua causa e a solução adotada, apresentando um relatório consolidado ao final da operação.

2.5. Estabelecer um meio de comunicação eficiente entre os usuários e os responsáveis pela tomada de decisão das vazões a serem praticadas, com o objetivo de solucionar eventuais conflitos de uso.

4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SCHMIEGELOW, João M. Miragaia. **O Planeta Azul Uma Introdução às Ciências Marinhas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 202 p.

Brasília, 28 de março de 2013

Marcelo Duarte da Fonseca

Analista Ambiental do(a) IBAMA/DILIC/CGENE/COHID

Henrique Cesar Lemos Jucá

Analista Ambiental do(a) IBAMA/DILIC/CGENE/COHID

A CGENE, para
 divulgação e
 manifestação
 28.3.13

A Agência
 Manifesto sobre os acordos com
 a pesca e encaminhar a
 minuta de Aforçamento Especial
 para sua aprovação
 28/03/13

Henrique Cesar Lemos Jucá
 Chefe de Equipe
 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Adriano Rafael Arraia de Queiroz
 Coordenador Geral de Infraestrutura de
 Energia Elétrica
 Substituto
 CGENE/DILIC/IBAMA

01/04/2013

De acordo,
 A PRESA



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Auditoria Interna do Ibama
Coordenação de Ouvidoria



e-SIC

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

RESPOSTA DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Número SISLIV:	00583/2014	
(X) Pedido de Informação	() Recurso 1ª Instância	() Recurso de 3ª Instância
Referente ao documento:	MEM 731/2014 SIC/IBAMA	

TEXTO DE RESPOSTA PARA O CIDADÃO/SOLICITANTE

Prezado Sr. Carlos Eduardo Ribeiro Junior (Canoa de Tolda - Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco),

Em atendimento ao pedido de informação nº 00583/2014, informo que não houve a elaboração de um EIA/RIMA específico para a redução da vazão defluente da UHE Xingó para 1100 m³/s.

O procedimento de redução de vazão supracitado foi autorizado pelo Ibama com a emissão da Autorização Especial 01/2013. Essa autorização foi emitida em caráter excepcional devido ao pouco volume de chuvas do ano 2012 e a previsão de pouca chuva para o ano de 2013.

No âmbito da redução de vazão em questão, a Chesf envia mensalmente ao Ibama relatórios operacionais e ambientais de acompanhamento das condicionantes da Autorização 01/2013, que podem ser acessados conforme especificado abaixo:

- Entrar no site "www.ibama.gov.br/licenciamento/";
- Clicar em "EIAs - Relatórios - Monitoramento disponíveis";
- Clicar em "Hidreletricas";
- Clicar em "Xingo";
- Clicar em "Reducao de Vazao 2013".

Considerando as garantias dos usos múltiplos das águas do rio São Francisco, informo que a Chesf recebeu autorização para a diminuição de vazão da Agência Nacional de Águas – ANA, através da Resolução nº 442/2013, de 08 de abril de 2013.

Atenciosamente,

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão do Ibama

SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02 Ed. Sede do Ibama Bloco: I CEP: 70.818-900 - Brasília -DF

sic@ibama.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 442, DE 8 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a redução temporária da descarga mínima defluente dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, incisos III e XVII, do Anexo I da Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 483ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de abril de 2013, que

considerando o disposto no art. 4º, inciso XII e § 3º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que estabelece caber à ANA definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e que no caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos a definição será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

considerando a importância dos reservatórios de Sobradinho, Itaparica (Luiz Gonzaga), Apolônio Sales (Moxotó), Complexo de Paulo Afonso e Xingó, para a produção de energia do Sistema Nordeste e para o atendimento dos usos múltiplos da bacia do rio São Francisco;

considerando os elementos constantes no Processo nº 02501.000500/2013-59, resolve:

Art. 1º Fica reduzida a descarga mínima defluente instantânea dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, de 1.300 m³/s para 1.100 m³/s.

§ 1º A CHESF promoverá a ampla divulgação, sobretudo nas cidades ribeirinhas do Baixo e Submédio São Francisco, das reduções de vazão a serem praticadas.

§ 2º A medida será efetivada após a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF comunicar à ANA que já foram adotadas todas as ações de responsabilidade das diversas entidades e usuários, a jusante de Sobradinho, que possibilitam a redução da restrição de defluência.

§ 3º A estação de controle das defluências do reservatório de Sobradinho de que trata o caput será a estação fluviométrica de Juazeiro (código ANA 48020000).

§ 4º A estação de controle das defluências do reservatório de Xingó de que trata o caput será a estação fluviométrica de Propriá (código ANA 49705000).

Art. 2º O ONS voltará a respeitar a vazão mínima defluente de 1.300 m³/s a partir de 1º de dezembro de 2013.

§ 1º A ANA poderá, mediante decisão fundamentada, antes do prazo disposto no caput, suspender ou revogar a presente Resolução, caso informações técnicas recomendem cessar a flexibilização da defluência dos reservatórios de Sobradinho e Xingó.

§ 2º Quando previamente comunicada à CHESF a necessidade de prática da vazão mínima de 1.300 m³/s para a navegação de comboios hidroviários, no trecho entre Sobradinho e o porto de Juazeiro, a CHESF voltará a respeitar esta vazão defluente mínima durante o tempo necessário à passagem do comboio.

Art. 3º Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção, pela CHESF, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 4º A CHESF se sujeita à fiscalização da ANA, por intermédio de seus agentes, devendo franquear-lhes o acesso à documentação relativa à operação dos reservatórios objetos desta Resolução.

Art. 5º A CHESF deverá apresentar à ANA relatório mensal de acompanhamento da operação das UHEs Sobradinho e Xingó, durante o período de vazões defluentes mínimas reduzidas, o qual será divulgado pela Agência por meio de seu sítio na Internet e subsidiará reuniões periódicas de avaliação a serem promovidas pela ANA.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


VICENTE ANDREU

CANOA DE TOLDA

SOCIEDADE SÓCIOAMBIENTAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO



RELATÓRIO FINAL		NÚMERO DOCUMENTO CT-RE-002-2008
NOME DO PROJETO - EVENTO - ATIVIDADE 1ª. Viagem de Avaliação dos Impactos Causados Pelo Período de Baixas Vazões		DATA REALIZAÇÃO 12 a 23.04.2008
CONVENIO - PATROCÍNIO - APOIO INSTITUCIONAL Sem convênio - Utilização de recursos próprios		No. CONTRATO Sem contrato
REALIZADOR (ES) Canoa de Tolda - Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco		
RESPONSÁVEL (EIS) Carlos Eduardo Ribeiro Junior	CARGO-FUNÇÃO Presidente - Coordenador de Projeto	
ETAPA(S): Pré-produção, produção e pós-produção	STATUS: Revisto em 27.05.08	USO: Canoa de Tolda e divulgação

1. Introdução e antecedentes

A partir da decisão da CHESF- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - comunicada através dos faxes nº **SOC00382007** e **SOC0039207**, - de reduzir a vazão do rio São Francisco para cerca de $1.100 \text{ m}^3/\text{s}^1$ abaixo das barragens de Sobradinho e Xingó - num período de cerca de 4 (quatro) meses - que finda no próximo dia 30, a Sociedade Canoa de Tolda lançou um ofício circular onde claramente se posicionava contra tal medida, além de fornecer uma listagem cronológica de todos os antecedentes - com respectivos comentários - relativos à crise do colapso hídrico no Baixo São Francisco².

O sério quadro já existente no Baixo São Francisco, agora agravado, lamentavelmente não foi desta forma compreendido tanto pelo governo federal - e seus organismos e empresas como a própria CHESF, a ANA - Agência Nacional de Águas, o ONS - Operador Nacional do Sistema, a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e menos ainda pelo MMA - Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, este último o licenciador da redução da vazão abaixo do estabelecido pelo Comitê da Bacia; pelos governos estaduais, cujas reações contrárias não foram satisfatórias, e menos ainda pelas prefeituras municipais do Baixo São Francisco, que até o momento, permanecem em silêncio oficial.

Todas as decisões, tomadas pelos reais gestores dos recursos hídricos do São Francisco, foram sacramentadas sem participação popular, engrossando ainda mais o passivo sócioambiental para com as populações das margens. Prevaleceram os relatórios e pareceres dos técnicos dos mesmos organismos e/ou empresas públicas que ditam as regras de manobras das barragens. Prevaleceram os parâmetros onde é a *demandade energia elétrica* que deve ser atendida a qualquer custo - o que aliás vem ocorrendo desde a operação das primeiras barragens no rio São Francisco -, independente do fato de que a oferta deveria, rigorosamente, ser vinculada a limites estabelecidos - e não respeitados - por danos ao Baixo São Francisco - largamente comprovados e solenemente ignorados pelas políticas de estado para esta região.

Com base nesta situação, e além das diversas manifestações sobre a mesma por parte da Sociedade Canoa de Tolda, era inadiável que fossem devidamente elaboradas e divulgadas as impressões sobre o que se passa na região. Desta feita, por quem vê o rio da margem, de seu veio, ao nível do espelho d'água ou do pé da serra, sofrendo diretamente todas as conseqüências negativas do processo de degradação provocado pelas operações das barragens. Estas impressões aqui descritas são a versão documental das observações e avaliações obtidas em navegação recente em todo o trecho do Baixo São Francisco compreendido entre a foz e o alto sertão de Alagoas e Sergipe. Navegação esta que nada mais é do que uma atividade cotidiana, de um número enorme de moradores e passantes da região, seguindo - ou tentando-se seguir - as *carreiras*³ tradicionais entre os diversos portos em todo o trecho baixo deste rio de São Francisco. Apesar de tudo, o rio ainda é meio de ligação.

¹ A vazão mínima estabelecida pelo plano decenal construído pelo CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco é de cerca de $1.300 \text{ m}^3/\text{s}$.

² Ver Ofício Circular CT - 017/07 - 24.12.2007 **A Redução da Vazão no Sub-Médio e No Baixo São Francisco** em anexo ou no sítio www.canoadetolda.org.br.

³ As carreiras são as rotas por onde devem passar as embarcações em determinado local ou região, onde o calado permite a navegação com segurança.

Ainda que colocando em risco calculado e moderado a canoa de tolda Luzitânia⁴, reconhecidamente um dos mais importantes símbolos do patrimônio afetivo, histórico e cultural do Baixo São Francisco, parte integrante de sua paisagem, foi entendido que era fundamental que a viagem de avaliação fosse feita a bordo da mesma, posto que trata-se do exemplo remanescente de um modelo de embarcação que ao longo de dezenas de anos foi sendo adaptada às condições de navegação no rio de baixo.

É importante que fique explícito que a convivência das populações ribeirinhas – rurais e mesmo as das cidades maiores das margens - do Baixo São Francisco sempre esteve ligada à observação dos sinais naturais que anunciavam cheias, vazantes, trovoadas, as carreiras d'água, épocas das aparições das mais variadas espécies de peixes, o enchimento das várzeas. Sinais estes que até a implantação das grandes barragens seguiam o ritmo e a temporalidade de uma outra escala de tempo, hoje vista como obsoleta, sem lugar no mundo dito desenvolvido. Por sua vez, este "tempo lento", como já mencionou Milton Santos⁵ permitia a gradativa adaptação dos diversos modos cotidianos às mudanças, também gradativas, das alterações do rio e seu impacto natural em entorno, na vida de cada um.

Com a advinda das operações e manobras de barramentos, do controle das vazões planejados e decididos longe daqui, à completa revelia dos interesses das populações locais, e atendendo a um modelo intitulado pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico, a realidade da região do Baixo São Francisco foi profunda e gravemente - e permanece - sendo alterada de forma negativa e muito provavelmente irreversível. O quadro atual a que se chegou, já bem exposto, é contundente, gravíssimo, gerador de conflitos que só tendem ao acirramento. É um panorama bem conhecido.

No caso particular da situação resultante dos 4 (quatro) meses de uma vazão incompatível com qualquer sustentabilidade e compromisso com as gerações futuras, mais uma vez prevaleceu a visão de quem pouco ou nada conhece da vida diária na margem desse rio, da necessidade de serem respeitadas e ouvidas as populações que aqui têm suas moradias.

Ainda no início de 2008 a Sociedade Canoa de Tolda encaminhou à ANA – Agência Nacional de Águas ofício⁶ onde listava e quantificava os inúmeros prejuízos causados pelo quadro das baixas vazões, que impossibilitava a realização de diversos projetos desta entidade⁷. Em todos os projetos, nossa embarcação, a tradicional canoa de tolda Luzitânia, é elemento indissociável, sendo que está impossibilitada de navegar normalmente para atender a uma programação elaborada. Até a presente data não tivemos o ressarcimento solicitado⁸.

Em contato mais recente com a ANA, em Brasília, antes da partida da canoa Luzitânia em 12 de abril passado, comunicamos que estávamos subindo até o sertão, para documentar a *nossa visão* da situação, uma vez que todo o processo de avaliações e decisões que nos levaram a esta calamidade foi exclusivamente apoiando nos pareceres técnicos dos cidadãos funcionários do órgão, vindos de Brasília, ou ainda dos técnicos da CHESF, etc.⁹. Daquele órgão, nesta conversação, tivemos o comentário de que "*os técnicos estiveram aí e não viram calamidade alguma*"...(sic), o que seria corroborado pelos relatórios que em seguida colocados na página da ANA na Internet.

Da parte da CHESF, também em contato mais recente, logo após a chegada a Brejo Grande, e para sacramentar nossa indignação com o que estamos vivendo, tivemos o eterno, enfadonho e desgastado comentário ..."*de que a CHESF opera dentro de padrões estabelecidos e dentro de restrições rígidas...dentro de condicionantes...do que é permitido...e é importante que utilizemos o fórum do Comitê da Bacia para as discussões...as operações que permitiram estas vazões estão dentro das restrições estabelecidas pelos órgãos como o IBAMA, o ONS, a*

⁴ Restaurada através do Projeto Canoa de Tolda, durante um período de cerca de 10 anos, e hoje, com suas navegações e projetos a ela vinculados, fiel depositária da até então em risco de extinção atividade naval tradicional e memórias naval e sócio cultural do Baixo São Francisco.

⁵ "*A força dos fracos é o seu tempo lento*"...Milton Santos

⁶ Enviado através do CBHSF, o ofício CT-008/08 de 31.01.2008, ao Sr. Joaquim Gondim, da Superintendência de Usos Múltiplos.

⁷ A impossibilidade da realização dos projetos Cine Beira Rio® - Cinema Itinerante do Baixo São Francisco: Rota das Canoas® - Navegações Tradicionais do Baixo São Francisco (dentro de atividades ligadas ao Programa TRAF – Turismo Agrícola na Agricultura Familiar): navegações de rotina da canoa de tolda Luzitânia como parte de sua reintegração à paisagem do Baixo São Francisco, elemento básico e de alto valor do patrimônio afetivo de todas as populações da região.

⁸ Através do ofício CE-SOC-029/2008 de 07 de maio de 2008 (recebido no dia 12 de maio de 2008), a CHESF comunica que não poderá atender ao ressarcimento dos prejuízos, conforme a nota de rodapé de no. 06 acima, pois, segundo a empresa, não há previsão de recursos para situações desta natureza. Assina o ofício o Sr. João Henrique de Araújo Franklin Neto da Superintendência de Operações e Contratos.

⁹ Ainda que tenhamos a figura do Comitê da Bacia do São Francisco, ainda assim é fundamental e indispensável que sejam conhecidas e ouvidas – e respeitadas suas posições - as diversas populações do Baixo São Francisco. Isto nunca ocorre.

ANA...já tivemos avanços neste diálogo”...

Vindo ainda da CHESF, lembramos que recentemente o presidente da empresa, o Sr. Dilton da Conti voltou a mencionar o projeto da Barragem/UHE de Pão de Açúcar, AL¹⁰ em entrevista para a imprensa. Trata-se de uma manifestação extremamente infeliz, unilateral, sobretudo em seguida a discussões¹¹ das quais participou a Sociedade Canoa de Tolda expondo a irreabilidade do projeto, seu caráter inegociável, sua violência sob todos os aspectos. A volta de tal empreendimento como tema em momento atual é grave, e reforça a avaliação que podemos fazer sobre o pouco interesse, por parte do governo federal e seus órgãos e empresas que atuam no São Francisco, em uma forma de convivência de respeito para com as populações das margens.

É, portanto, dentro deste panorama que a viagem de avaliação em todo o Baixo São Francisco foi elaborada e realizada pela Sociedade Canoa de Tolda, justificando a devida e inadiável reflexão sobre o passado (recente), presente e o futuro de nossa região.

2. Objetivos e Justificativas

2.1 Objetivo geral

Observar e documentar os diversos impactos – socioambientais e físicos – causados pela manutenção de vazões hídricas de 1.100 m³/s¹² no Baixo São Francisco – entre a foz e o alto sertão de Alagoas e Sergipe – entre janeiro e abril de 2008.

2.2 Objetivos específicos

- a- Avaliar as condições de navegabilidade no trecho baixo do rio São Francisco – entre a foz e a Boca do Saco¹³;
- b- Avaliar o quadro do assoreamento na calha do baixo São Francisco entre a foz e o alto sertão;
- c- Avaliar o processo erosivo;
- d- Recolher as impressões de moradores das populações ribeirinhas;
- e- Coletar e organizar subsídios para que sejam adotadas medidas legais que defendam os interesses das populações atuais e futuras do Baixo São Francisco;
- f- Tentar compreender a forma como são feitas as avaliações do quadro de nossa região por parte dos técnicos vinculados à CHESF, ANA, ANEEL, ONS e MMA/IBAMA.

3. Estratégias de Ação

3.1 Pré-Produção do projeto

Durante cerca de dois meses anteriores a data prevista para a viagem, a canoa Luzitânia foi preparada para sua segunda a missão de volta ao sertão¹⁴. A embarcação foi colocada em seco em Piaçabuçu, AL, onde foi

¹⁰ Segundo o Sr. Mozart Arnaud, um dos diretores da empresa, durante a 11ª. Plenária do Comitê da Bacia do São Francisco, o estudo de inventário se encontra finalizado.

¹¹ Em 2004 a Sociedade Canoa de Tolda foi chamada para expor posição sobre o projeto na CTAP – Câmara Técnica de Análise de Projetos. do CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em Brasília, DF.

¹² Houve um pequeno período, já em meados de abril, onde tivemos um acréscimo da vazão, que foi, no entanto, retornada aos 1.100 m³/s no dia 19 de abril.

¹³ A Boca do Saco, logo abaixo do povoado Jacaré, SE, é o início do trecho conhecido como “as pedras”, que se estende até o porto da cidade de Piranhas Velha. Neste trecho, pela constituição rochosa do mesmo, além de sua grande profundidade, há menor dificuldade de navegação com vazões reduzidas.

¹⁴ Entre outubro e novembro de 2007, durante 28 dias, a Luzitânia restabeleceu a rota de navegação entre a praia e o sertão do Baixo São Francisco, em viagem de apresentação da canoa pós-restauro.

feita revisão de seu casco, tendo sido o mesmo inteiramente repintado com tinta antiincrustante¹⁵. Diversas melhorias também foram feitas, como bancos, cabos de controle das bolinas, ferragens diversas, etc.

Ainda que com grandes dificuldades provocadas pela demorada tramitação do pedido de ressarcimento dos prejuízos advindos da impossibilidade de operar com as vazões de 1.100 m³/s e conseqüente liberação dos recursos¹⁶, a preparação e logística da viagem foram perfeitamente realizadas, o que possibilitou, sem dúvida, o sucesso da iniciativa.

3.2 Produção

A produção desta ação consistiu na navegação entre a foz do São Francisco (municípios de Brejo Grande, SE e Piaçabuçu, AL) e o povoado do Mato da Onça, município de Pão de Açúcar, AL, onde a Sociedade Canoa de Tolda possui um núcleo de atividades desde 1997, e a volta ao município de Brejo Grande, SE, sede legal da entidade. O período da viagem foi compreendido entre os dias 12 e 23 de abril do corrente ano.

A viagem foi feita inteiramente a bordo da canoa de tolda Luzitânia, embarcação recém restaurada por esta entidade, cujas características principais são:

Canoa Luzitânia - Ficha técnica	
Comprimento (do casco apenas)	15,80 m
Comprimento (com a mastreação)	25,60 m
Boca (largura total)	2,44 m
Calado (condição leve/carregada)	0,45/0,80 m
Capacidade de carga	200 sacos (sacos de 60 kg - 12.000 kg)
Pontal	0,98 m
Área das velas	65 m ²
Propulsão	Velas
Ano de construção	por volta da década de 10 do século passado
Tripulação	2 tripulantes (piloto e proeiro)
Passageiros	22
Construção	madeira
Período de restauro	entre 2000 e 2007

Toda a navegação de subida foi feita exclusivamente a vela, durante o dia, seguindo o regime de ventos da região e da estação, sendo que a navegação de volta, foi realizada inicialmente pela noite - pois os ventos são ausentes - e parte da manhã, com o uso do reboque com a lancha de apoio. Com a situação de degradação do rio é impossível a navegação a vela (de rio abaixo) de forma eficiente e segura entre Pão de Açúcar, AL e a Saúde (Santana do São Francisco, SE).

É importante considerar que no Baixo São Francisco os ventos gerais sopram do quadrante de Este, Nordeste, e Sudeste com variações locais de acordo com acidentes geográficos naturais (como morros, serras, ilhas, serrotes, gargantas, etc.) ou com interferências antrópicas (canaviais, zonas desmatadas, etc.). Durante a noite, e em casos particulares (trovoadas, por exemplo), pode haver a vinda de ventos de Oeste (os "ventos de cima"), moderados ou muito fortes. Nesta época do ano, considerada "inverno", os ventos são moderados, soprando na faixa de 10 a 15 nós, podendo haver rajadas mais fortes (as "refregas") também provocadas pelos exemplos de acidentes acima mencionados, ou pela passagem de nuvens carregadas (cúmulos) vindas do litoral. Em geral os ventos começam a soprar (o vento "cai") por volta das 09h00min, 10h00min da manhã, na região mais próxima ao litoral, sendo que tal regime pode ser observado até a jusante de Propriá, na região do Morro Vermelho. Na região de transição entre o agreste e o semi-árido (a "boca do sertão"), como Munguengue, AL e Escurial, SE, o vento pode se

¹⁵ Tinta venenosa que impede a aderência de organismos nocivos ao casco (busanos, algas, etc.).

¹⁶ A pré-produção e a produção do projeto aqui apresentado foram realizadas com recursos próprios da Sociedade Canoa de Tolda, a qual, ainda que enfrentando dificuldades, cumpriu corretamente seu compromisso.

manifestar ainda mais tarde. Já no alto sertão, pode se verificar, desde cedo, uma brisa muito fraca, com cerca de 5 nós já na madrugada. Há uma denominação local genérica para os ventos como de "norte", quando vindos da margem alagoana, ou de "sul", quando da margem sergipana.

Foi escolhida uma época de lua em sua fase cheia, para possibilitar a navegação noturna com maior segurança. Esta prática é corrente em todas as navegações a bordo da Luzitânia, seguindo o bom senso da navegação na região. Deve-se mencionar que a Sociedade Canoa de Tolda conta com experiência de navegação constante em todo o Baixo São Francisco desde 1997, acompanhando as modificações e deslocamentos das carreiras e croas (bancos de areia) e encalhes e remoções naturais de troncos, paus e destroços durante todo este período.

A época em que foi feita a navegação relatada é tida, tradicionalmente, como o "tempo em que o rio começa a voltar", ou seja, o início da baixa das vazões provocadas por cheias, sendo que as águas ficam toldadas sobretudo por trovoadas locais. Em condições normais, ainda haveria volume de água suficiente para a navegação com total segurança apesar da água turva.

Por esta razão, explicitamente, e como a grande maioria de todos os moradores do Baixo São Francisco - sem acesso às informações via internet, ou sem que as mesmas lhes sejam devidamente transmitidas da forma correta - não foi feita qualquer consulta sobre as vazões praticadas durante o período da viagem. Todos os procedimentos de navegação seguiram rigorosamente as técnicas do "movimento na margem", utilizadas por todos aqueles que utilizam o rio para seus deslocamentos.

Foram participantes da ação, os membros da entidade abaixo listados por ordem alfabética:

Antônio Felix Neto (Neto) - Morador do povoado Niterói, Porto da Folha, SE. Apicultor na região de Niterói e de Pão de Açúcar, e membro formal da Canoa de Tolda há vários anos, tendo participado de diversos projetos da entidade. É sua segunda navegação longa a bordo da Luzitânia, já tendo participado de parte da viagem de apresentação da embarcação em outubro e novembro de 2007. É hoje o responsável pela reestruturação de sistemas, sítio da internet da Canoa de Tolda e capacitação de nossos membros em informática.

Carlos Eduardo Ribeiro Junior - Divide sua permanência entre Brejo Grande, SE, Piaçabuçu, AL e o povoado Mato da Onça, AL. Projetista naval, sócio fundador da Sociedade Canoa de Tolda.

Daiane Fausto dos Santos - Pescadora de Brejo Grande, SE, membro da Canoa de Tolda e da Colônia de Pescadores Z16 de Brejo Grande. Já é sua terceira navegação de longo curso a bordo da canoa Luzitânia.

Maria Roziana Barreto dos Santos (Rosa) - Pescadora de Brejo Grande, SE, membro das diretorias da Canoa de Tolda e da Colônia de Pescadores Z16 de Brejo Grande, SE. É o seu primeiro embarque a bordo da Luzitânia.

3.3 Diário de bordo da canoa Luzitânia

Com o objetivo de facilitar a compreensão deste documento, e conhecer a forma de operação da entidade foi adotada a forma cronológica tipo diário de bordo, com os relatos dos eventos e impressões sobre os mesmos.

1º. Dia (12 de abril - sábado)

De Brejo Grande, SE a Ilha do Gondim, porto de S. Zé Moré, través do Bongue, Ilha das Flores, SE

Porto de Brejo Grande, SE. Na parte da manhã foi feito o embarque final de materiais e equipamentos para a viagem a bordo da canoa Luzitânia. Estes preparativos já haviam sido iniciados há dois dias antes, para que tudo fosse executado com calma. Aguardávamos a chegada de Neto, vindo de Pão de Açúcar, que se encontrava retido por problemas de força maior. Ainda na parte da manhã, bem cedo, foram feitas as compras de víveres frescos na feira de Piaçabuçu, AL (a feira se realiza todos os dias de sábado no centro de Piaçabuçu).

Por volta das 11h20min Neto chegou a Brejo Grande e foi feito o almoço na sede da Canoa de Tolda. Logo em seguida tivemos a chegada de Rosa, que se juntou à tripulação para o arranjo final de todo o material a bordo da canoa Luzitânia.

Com todo o trabalho de embarque finalizado, e para ganharmos tempo, deixamos o porto às 16h33min, optando por descer o canal de Brejo Grande¹⁷ até o canal da ilha do Monte, aproveitando em seguida a maré que enchia¹⁸, para nos ajudar a subida para o primeiro pernoite. O vento soprava de ENE, fraco, cerca de 10 nós, com tendência a enfraquecer.

Foi contornada a ilha da Tereza (que forma o canal de Brejo Grande, abaixo da ilha do Gondim), que está rapidamente, em sua borda no canal principal do São Francisco (conhecido como "rio Grande" ou "rio de fora"), sendo devorada por violento processo de erosão. Nesta margem da ilha, com raras exceções, o desmatamento é generalizado – o que aliás se verifica em todo o Baixo São Francisco. Mesmo na extremidade "de cima" da ilha, onde há uma certa presença de mata secundária, mangueiras, embaúbas, cajazeiras, ingazeiras, aningas e outras espécies, a erosão é incontrolável.

Ao mesmo tempo, verifica-se (provavelmente com o material transportado da zona de erosão mencionada acima), o prolongamento de duas croas, agora duas verdadeiras ilhotas, a jusante da ilha da Teresa, na entrada inferior do canal de Brejo Grande, e no través da propriedade conhecida como Bandarra (Brejo Grande, SE) respectivamente. Tais ilhotas estão com suas superfícies cobertas com capim enraizado, calumbis, aningas, varas-de-bode e outros tipos de vegetação. Com o curso do rio correndo em baixíssimas velocidades, é impossível a não fixação destas croas, além de qualquer processo natural que impeça sua evolução em "ilhas".

Prosseguindo a viagem, sempre com o vento tendendo a morrer, chegamos ao través da ilha do Gondim (a maior das ilhas nesta região do Baixo São Francisco, abrangendo os municípios de Brejo Grande, Piaçabuçu e Ilha das Flores – mas juridicamente vinculada à comarca de Piaçabuçu, AL), na margem voltada para o município da Ilha das Flores, SE, mais exatamente no través do povoado Bongue (Ilha das Flores). Fundeamos às 18h29min, no porto em frente à propriedade do S. Zé Moré, morador antigo do local, que junto com sua família produz banana, mangas e arroz, dentre outros produtos, que são comercializados por seus filhos nas feiras de Piaçabuçu, AL, Brejo Grande, SE e da Ilha das Flores, SE, respectivamente aos sábados, domingos e segundas-feiras. A navegação foi muito tranqüila, com um trecho noturno, muito bem clareado pela lua crescente.

Nota – É indispensável a observação de que a percepção física (... "o rio tá com pouca água...") do menor volume de água em função da baixa vazão na região da foz, abaixo de Penedo, é dificultada pela forte influência das marés¹⁹. Não há referenciais conhecidos como marcas em pedras, leito do rio a descoberto, etc. Em geral, tal conhecimento é gerado por outros indícios como a pouca velocidade da correnteza (... "o rio está sem carreira nenhuma..."); a flagrante maior influência das marés sobre a correnteza (... "veja que a maré de enchente coloca a balsa que vem lá para cima...tem mais força que o rio..." ou "...oi os balsero subino de rio acima"...); a penetração de plantas marinhas dentro do estuário a pontos nunca antes verificados; o aumento da salinidade da água, comprometendo o seu uso em povoados como o Cabeço, Saramem e Resina – incluindo trecho do riacho da Paraúna – em Sergipe, e Pixaim e Potengy em Alagoas. Estas observações são sacramentadas sempre pelos mais velhos (com idade superior a 40 anos), que conheceram os períodos anteriores ao barramento de Sobradinho e as demais barragens que vieram em seguida.

Uma referência visual importante que mostra a "fraqueza do rio" é o recuo de dezenas de metros da linha da costa no povoado Cabeço recentemente. O depoimento de Da. Adai, a mais antiga moradora do Cabeço, com cerca de quase 80 anos é muito objetivo, sobretudo pelo conhecimento de sua insistência em permanecer no local há anos: ... "meu filho, desta vez eu já estou arrumando a tralha...o mar está chegando mesmo, já bateu no curral, está quase rasgando o mangue, e não vai sobrar nada não...agora lhe digo de certeza: não vai sobrar mais nada, e neste inverno ninguém não se assuste não se o mar vier lamber o pé da igreja..."

Há um estudo que vem sendo feito pela equipe da UFAL, pelos professores Arno Marshmann e Paulo Peters, de acompanhamento e avaliação da cunha salina, sob solicitação da CHESF, que no entanto jamais foi devidamente divulgado. A Sociedade Canoa de Tolda já solicitou cópia de todos os relatórios através de ofício encaminhado ao Sr. Franklin, do SOC²⁰.

¹⁷ A Luzitânia, quando em Brejo Grande, fica fundeada no porto conhecido como Porto da Marinha. o porto mais a jusante da zona urbana. Este porto, na verdade, consistiu no aterramento de um riacho – até hoje existe um braço do mesmo, completamente degradado e sofrendo as mais diversas agressões – que seguia do canal de Brejo Grande, até o local da feira. Era um canal que servia de acesso para as embarcações fazerem seus descarregos e embarques de material. Ver a dissertação de mestrado do Prof. Luiz Mott, sobre a Feira de Brejo Grande, que fala da pujança do comércio na cidade, antes das barragens.

¹⁸ No Baixo São Francisco há influência de maré verificada até a localidade da Saúde (Santana do São Francisco, SE). Até a cidade de Penedo, AL, é possível – e aconselhável – o aproveitamento da maré nas navegações, prática secular utilizada por pescadores, barqueiros, lancheiros e antigos canoeiros de toda a região da foz, conhecida como "a praia".

¹⁹ Temos ainda na região duas várzeas significativas, que adentram consideravelmente tanto em Sergipe como em Alagoas, respectivamente as várzeas do rio Betume e da Marituba, por onde a água se espalha nas marés altas e durante os períodos de cheias.

²⁰ A cópia (em mídia eletrônica) do relatório parcial (período de 2005 a 2007) foi recebida em 12 de maio de 2008.

2º. Dia (13 de abril - domingo)

Da Ilha do Gondim, porto de S. Zé Moré, través do Bongue, Ilha das Flores, SE até o encalhe na Croa ao largo do Xinaré, Penedo, AL

A rotina a bordo da Luzitânia consiste em levantarem-se todos muito cedo, para a distribuição de atividades, onde todos colaboram se revezando, independente de cargos, e/ou hierarquias dentro ou fora da entidade. Às 08h36min o ferro foi levantado, e aproveitando o primeiro sopro do vento, fomos subindo colados à margem da ilha do Gondim. O vento fraco, de ENE, cerca de 5 a 10 nós, ainda não era muito estável.

Neste trecho da margem da ilha do Gondim, há uma situação de conservação da margem que pode ser considerada medianamente razoável, se comparada com outras zonas de margens em todo o Baixo São Francisco. Porém tanto a erosão como o assoreamento são cada vez mais evidentes. Em algumas propriedades, como na localidade conhecida como Ilha do Cachimbão (praticamente em frente à cidade da Ilha das Flores), houve um desmatamento em frente à residência do proprietário, que hoje se vê as voltas com ações que não surtirão qualquer efeito: derrame de cascas de coco, sacos de areia, pneus e outros dispositivos que não só não controlam absolutamente nada, mas também degradam o local. A residência do cidadão está com seus dias contados.

Em outros trechos gravemente assoreados, sempre junto à margem da ilha do Gondim, com a água cada vez mais clara (sem material de aluvião transportado), temos o crescimento acelerado de vegetação (junco, capins, rabo de raposa, e outros). Os pescadores aproveitam tais croas para a pesca de camarões com covos (feitos em sua maioria com garrafas PET²¹).

Ao cruzarmos o povoado Serrão, na margem sergipana, demandamos o canal que nos leva ao povoado da Ponta Mofina (município de Penedo, AL). Este caminho significa considerável redução no percurso, ao invés de seguir contornando por Sergipe, passando pelo povoado Betume.

A partir da Ponta Mofina, há duas possibilidades:

- a) ou segue-se por Alagoas, pelos canais rentes aos canaviais (que ocupam até o derradeiro milímetro de terra da margem, sem qualquer respeito – prática corrente em todo o Baixo São Francisco – ao que possa ser uma mata ciliar) até abaixo de Penedo (é a rota quando o vento é forte, o mar se forma, e há calado suficiente para passar, pois por essa rota, abaixo de Penedo há um forte crescimento de bancos de areia)
- b) ou corta-se pelo canal que vai ter logo abaixo do morro do Aracaré (Neópolis, SE), já se colocando com facilidade para a entrada na carreira do Carrapicho, e passar com segurança sob a linha de alta tensão da CHESF.

Como o tempo estava favorável (vento e mar²² calmos), seguimos pela segunda opção. Tendo toda a atenção para a formação de uma grande croa a jusante do morro do Aracaré, localizada praticamente no meio do rio (braço de Sergipe), com cerca de 0,30 m de calado em sua maior parte. Esta croa vem crescendo rapidamente, e só é visível com a água clara, ou quando determinados sinais na água indicam a sua presença.

Com a água relativamente calma, mas já mais turva, vê-se o “quebrante”²³, que naturalmente delimita o perímetro da croa.

Esta croa foi deixada por boreste²⁴ – rumo obrigatório para embarcações de maior porte como a Luzitânia – em rumo direto para a fazenda abaixo do morro do Aracaré – o canal é mais profundo na zona mais próxima a margem.

Uma vez deixado para trás o morro do Aracaré, a rota natural, em direção ao canal do Carrapicho é praticamente colada a Sergipe.

A passagem da Luzitânia próxima a terra, numa tarde calma, bonita, como sempre torna-se motivo de gente parando para admirar. Ao longo do cais de Neópolis diversas pessoas se colocavam para apreciar a passagem da embarcação. Os diversos pescadores fundeados em pequenos barcos ao longo do caminho – em frente a cidade –

²¹ Esta técnica de pesca é caracterizada pela ausência de qualquer controle do tamanho dos espécimes capturados, em sua larga maioria exemplares de porte muito pequeno, fêmeas ovadas frequentemente. Temos ainda que os covos que são considerados “velhos”, são abandonados no local, ou, jogados à margem simplesmente. O discurso que “justifica” a captura de pequenos e/ou jovens exemplares, de camarão, caranguejos ou de peixe, é generalizado em todo o Baixo São Francisco: “se eu não pegar o outro vem e pega...”

²² As expressões “...mar calmo...” ou “...mar com maretas...” se refere, ainda que sendo no caso a navegação fluvial, ao jargão comum em todo o meio naval (marítimo e fluvial), ao estado da superfície das águas.

²³ Termo designado para as pequenas ondulações da água que se formam em geral na borda inferior (a jusante) da croa, do banco de areia. De acordo com as condições de vento, vazão do rio, luminosidade e posição do sol, pode ser mais ou menos perceptível, sendo no entanto necessária a devida experiência em navegação na região para a sua perfeita identificação.

²⁴ Boreste – termo naval para identificar o lado, a borda direita da embarcação. O lado esquerdo é denominado bombordo.

acenavam e faziam comentários facilmente audíveis de bordo como: ...*"pense numa coisa bonita que é de se ver uma canoa assim no rio..."*; ...*"que tempo que eu não colocava os olhos numa tolda..."*; ...*"andei tanto em canoa assim, prá praia, pro sertão..."*; ...*"essa é a canoa que passou por aqui rebocada afundada e foi terminada lá em Brejo Grande..."*.

Com o povoado da Passagem pelo través, tem-se que encostar à ilha do Aurélio, entre o Carrapicho²⁵ e a Roqueira (Penedo, AL), onde está situada a torre central da linha de alta tensão da CHESF. Normalmente a passagem com os panos em cima é feita com a canoa colada à margem direita da ilha – margem esquerda da carreira do Carrapicho – para que não haja problemas junto aos cabos elétricos. Porém exatamente na zona sob os cabos verifica-se a formação de um extenso banco de areia – originado na margem direita da ilha – que avança em direção ao Carrapicho. Exatamente na posição contrária há uma formação rochosa, com cascalhos e cabeços de pedra, o que deixa uma canal cada vez mais restrito navegação.

Já a outra passagem possível para fazer o percurso pelo lado de Penedo, seja subindo o rio ou vice-versa, fica impraticável para embarcações médias e grandes na condição das vazões atuais. Trata-se de um canal que foi rasgado pelo rio há alguns anos, que parte – ou chega, de acordo com o sentido do percurso –, no lado alagoano, em frente ao Bairro Vermelho e Roqueira, tendo a outra barra pouco acima da cidade de Santana do São Francisco. Oferece risco a navegação nas condições atuais. Este canal secundário entre a carreira do Carrapicho e a carreira de Penedo vem sendo constantemente assoreado pela erosão violenta em suas duas margens, sobretudo na margem de baixo.

Foi feita a passagem sobre a croa com todo o cuidado, vendo-se nitidamente o fundo de areia, mesmo com a água turva pelas chuvas na região.

Mais acima, chegando próximos ao povoado Saúde, a carreira está consideravelmente estreita pelo avanço de um grande banco de areia. Esta croa está repleta de plantas aquáticas onde, por sua vez, os pescadores locais a encheram de covos e varas de covos. Também nesta zona a navegação é restrita.

Tivemos em frente às barracas ditas "projeto turístico" e instaladas inadequadamente sobre a croa – que já está sendo devorada pela erosão – do povoado, o encontro com S. Antonio Macedo, de Neópolis, que passeava com sua esposa a bordo de seu barco a motor de nome Zeus. S. Antonio é conhecido nosso há vários anos, possui uma lanchonete em Neópolis, e acompanhou a história da Luzitânia, e conhece diversos de nossos amigos canoários. O encontro com S. Antonio foi particular, pois era um final de tarde, e ao nos ver – ele se encontrava mais acima da posição da Luzitânia, que vinha com os dois panos desgalhados – veio em nossa direção, manobrou seu barco e seguiu um bom trecho bordo a bordo, aplaudindo, dizendo palavras de agradecimento, de admiração, e batendo no peito: ...*"maravilha, lindo...obrigado por trazer esta canoa de volta para a margem...eu estou emocionado, o coração está batendo forte, pois achava que ia morrer e não ver isso nunca mais...parabéns...ainda bem que tem gente que sente paixão por estas coisas...não há coisa mais linda na margem..."* Era visível sua emoção, e, de nossa parte, não podia ser também diferente. Uma manifestação tão autêntica como a de S. Antonio Macedo, fazendo valer, mais uma vez, o esforço tão grande para recuperar esta embarcação.

O trecho entre as barracas da Saúde e a boca do largo (zona mais aberta que vai do Xinaré ao Morro Vermelho, do lado de Alagoas, e da Bomba ao perímetro Cotinguiba/Pindoba, em Propriá, margem sergipana) está ainda mais assoreado na zona a partir de cerca de 100 m da margem sergipana, em direção a Alagoas. A erosão na margem alagoana é muito acelerada, sendo claro o destino de uma grande casa de fazenda, em frente à fazenda Mãe Natureza (propriedade de Chico Barreto), acima do povoado Saúde: o barranco está cada vez mais próximo, é impossível agora o controle do processo erosivo, restando apenas contar os dias até a destruição total da edificação.

Neste trecho há ainda muitos "paus"²⁶ semi-submersos, visíveis, parcialmente visíveis, ou invisíveis (neste caso, pela prática na navegação local, é indispensável a observação de pequenas movimentações na superfície da água, o que denuncia a presença da galha submersa).

Quando adentramos no largo mencionado acima, tomamos a opção de seguir a carreira de Alagoas, como nas viagens anteriores, bem colados a margem esquerda do rio. Porém rapidamente ficamos tomados pela dúvida. A visão de todo o espelho d'água é dominada por dezenas e dezenas de "paus" encalhados, de uma margem a outra, configurando o processo de assoreamento galopante nos últimos meses. Com as águas do rio ainda sujas pelas chuvas locais, a navegação é extremamente delicada. Este sinal dos galhos e troncos de árvores encalhados de margem a margem é sintomático: trata-se de um processo normal quando na época das trovoadas, que com chuvas grossas tudo arrastam das terras. Porém, em situação normal, o rio estaria com a vazão mais elevada, arrastando os troncos de rio abaixo (e, naturalmente, os bancos de areia).

O que temos agora é uma situação muito diferente das condições encontradas em final de 2007, quando, mesmo

²⁵ Carrapicho é a denominação antiga da atual Santana do São Francisco. mas ainda normalmente utilizada pelas populações da região.

²⁶ Paus – denominação genérica a troncos, galhos, árvores, e destroços de madeiras encalhados dentro do leito do rio.

com a existência das extensas croas no centro desta região, ainda era possível a navegação por sobre as mesmas.

Para prosseguir nossa viagem nos vimos obrigados a desviar de inúmeros "paus", tendo um tripulante em permanência na proa da canoa para a observação dos sinais de suas presenças (ou ainda de quebrantes das croas). Com as águas ainda sujas, final de tarde com o sol baixo a ofuscar a visão, a navegação se revelou muito difícil. Como o vento estava brando, a canoa seguia com calma, o que diminui os riscos de impactos com danos maiores.

Ainda assim por volta das 16h30min, numa manobra para desvio de uma grande croa e de um "pau" na cabeça da mesma (vindos de Alagoas, buscando uma rota cortando o largo, em direção a Sergipe), ocorreu nosso primeiro encalhe. A canoa, pela força dos ventos, e mesmo em seguida a manobra para aproá-la²⁷, imediatamente se atravessou colocando-se de través tanto para o vento, como para a força da correnteza. De pronto abaixamos os panos, para sofrer menos a ação do vento, que assim teria apenas as obras mortas²⁸ como área de impacto.

Naquele momento alguns pescadores em um bote vieram nos oferecer ajuda, mas como havíamos manobrado rapidamente, foi possível empurrar a canoa de volta para baixo, livrando-a da croa. Os pescadores nos disseram que toda a região se encontrava completamente aterrada (já vinham acompanhando as passagens da Luzitânia por ali) e que as carreiras que sempre utilizávamos não mais eram possíveis. As únicas carreiras que permitiam a navegação para uma embarcação daquele porte eram coladas, cada uma delas às margens de Sergipe e de Alagoas, sendo que o canal por Alagoas era precário. Disseram ainda que desde as trovoadas de final de 2007 e início de 2008, havia um número enorme de "paus" enganchados de lado a lado, e desde o Morro Vermelho até abaixo do Xinaré. Deixaram claro que a situação era muito ruim, que ...*"o rio está morto, seco...nunca o vi tão seco numa época destas...como é que pode uma coisa assim?!..."*

Como a tarde findava (era muito difícil de navegar buscando o canal já com pouca luz), decidimos fundear ali mesmo, já fora da croa, para seguir a viagem no dia seguinte, sem maiores riscos.

Fizemos uma rápida revisão na canoa, onde não havia danos graves provocados pelo encalhe. O prejuízo maior (que iria se agravando com os encalhes posteriores) era o desgaste da tinta antiincrustante do fundo, "lixada" pela areia da croa.

Esta constatação, e visto o custo alto de tal pintura, fora o trabalho de colocar uma canoa como a Luzitânia no seco, nos deixou profundamente aborrecidos, nos levando a tomar a decisão de encaminhar ofício/aditivo ao nosso pedido inicial de ressarcimento pelos prejuízos causados pelas baixas vazões.

3º. Dia (14 de abril – segunda)

Da Croa ao largo do Xinaré, Penedo, AL ao Povoado Tibiri (São Brás, AL)

Levantamos ferro às 08h33min, e, seguindo a indicação dos pescadores da tarde anterior, seguimos com todo o cuidado colados a margem de Alagoas. O vento estava muito fraco, abaixo dos 10 nós, vindo de E, N, ENE. A canoa tinha apenas a força para romper, muito vagarosamente, a correnteza. O sol muito forte, nuvens esparsas.

Seguimos assim até o pé do Morro Vermelho, onde, de terra, o Jairo, um dos proprietários (povo de S. Assis de Penedo), nos chamou, para alertar sobre as croas mais acima, no meio do rio. Aconselhou que seguissemos colados a Sergipe ou a Alagoas, pois uma canoa deste porte não passaria pela zona aterrada. Como estávamos praticamente parados, com a velocidade da canoa quase igual à carreira da água, pudemos ainda conversar um pouco. Jairo estava ciente de que passaríamos, pois sendo irmão de Junior (tem uma loja de fotocópias em Piaçabuçu, com a esposa, a Neide), fora avisado. Nesta conversa lembrou ...*"o velho Eduardo da Paladina²⁹ não gostava de jeito nenhum de passar de junto do morro vermelho...dizia que ficava muito sombreado, atrasando a viagem"...*

Ficamos um bom par de horas neste trecho, sendo que por diversas vezes o vento se acabava por completo, e éramos obrigados a abaixar o ferro, para não perder altura. Logo em seguida, com o vento chegando, levantávamos o ferro e subíamos mais um pouco. Já por volta do meio dia o vento se estabilizou, mas sempre fraco, e conseguimos subir devagar. Subimos colados a Sergipe, onde a situação da margem com as marcas escalonadas das manobras das vazões era flagrante.

²⁷ Aproar – jogar a proa da embarcação contra o vento, para fazê-la parar, ou pairar num determinado ponto.

²⁸ Obras mortas – áreas de uma embarcação acima da linha d'água (linha de flutuação).

²⁹ Paladina – canoa de tolda de cerca de 350 sacos – ainda a vimos navegando, mas já muito deteriorada – que naufragou no porto do Bonsucesso, Poço Redondo, SE, em 1998. Foi completamente destruída pelas pessoas do povoado, que retiravam pedaços de cavernas, mastros, etc. para diversos usos. Esta canoa, quando ativa, fazia a linha entre as salinas e o sertão.

Acima do Morro Vermelho, o rio faz uma grande guinada para oeste, próximo ao povoado Tapera. Neste ponto temos uma zona que do final de 2007 para cá ficou completamente comprometida pelo assoreamento. Todas as carreiras até então existentes, e que seguiam praticamente por Sergipe até a ponte de Propriá, sofreram enormes transformações. O número de "paus" enganchados nos bancos também é muito grande. Com o sol já mais baixo, ofuscando completamente, a navegação era difícil pois a percepção dos quebrantes e rebojos de paus submersos era muito dificultada. Ainda assim, preferimos seguir - supondo que haveria a costureira carreira - ainda que aterrada - por Sergipe.

Ao chegarmos na altura (pelo través) do dique da Codevasf no lado de Sergipe, buscamos a carreira tradicional, que seguia até o pé da croa que tem início um pouco abaixo do morro onde está localizado o Hotel Velho Chico. Porém, não encontrávamos a passagem. Esta busca difícil, com muitas dúvidas nos levou a novo encalhe em uma grande croa no meio do rio, sobre a qual vários paus se encontravam completamente fora da água. Da mesma forma que no Xinaré, no dia anterior, abaixamos os panos para facilitar as manobras. Descemos para fora da canoa, com a água abaixo da coxa, e empurramos a canoa pela borda do barranco da croa, buscando o canal, em direção ao lado sergipano. Nossa preocupação era com o tempo passando, sabendo que teríamos dificuldades para passar além do Porto Real do Colégio.

Conseguimos, apesar das dificuldades, e sempre nos preocupando com a perda de tinta do fundo (mais uma vez era grande a quantidade de material literalmente lixado pela areia da croa), puxar a canoa até um canal raso, onde levantamos os panos e colocamos a canoa para navegar novamente. Com muita calma, e sobre uma região completamente aterrada (onde no final de 2007 passávamos sem qualquer problema), com o leito do rio perfeitamente visível, nos aproximamos do vão dos arcos da ponte de Propriá.

A situação da estrutura da ponte de Propriá mostra muito bem o quadro crítico do rio: as sapatas completamente expostas, totalmente em seco, se bem que as grandes croas estivessem cobertas por uma mínima lâmina de água.

A passagem sob a ponte é delicada, pois há o sombreamento causado pelo morro do lado sergipano. Como sempre, há gente que de passagem sobre a ponte que para um pouco para ver a passagem da Luzitânia. Não é para menos. É algo que sempre impressiona, destes os tempos das grandes canoas. Tudo correu sem maiores problemas.

A partir da ponte, há que se seguir mais por Sergipe até a altura da rampa de Propriá. Do lado de Alagoas a zona se encontra aterrada, diversamente do final de 2007. Ocorreu um processo erosivo acelerado, porém o rio não teve vazão suficiente para descer com o material, que se desloca muito pouco, ou muito vagarosamente, ou ainda, quando sofre a ocorrência de vegetação, é definitivamente (até a ocorrência de uma cheia) fixado. Um desastre. Não há como deixar de insistir nesta qualificação.

Para quem vem de baixo, a visão acima de Propriá e do canal do Colégio não é das melhores. Uma extensa croa, totalmente exposta, de fora a fora, deixando uma passagem restrita por Propriá, e uma outra, semelhante, por Colégio. Como tínhamos a intenção de dormir no Tibiri, povoado de São Brás, atravessamos para Alagoas a partir da rampa de Propriá, seguindo a carreira das lanchas da linha local. Esta carreira chega a Alagoas um pouco abaixo da cidade, onde havia um antigo estaleiro.

A partir dali deve-se seguir colado a Alagoas, até a imagem do Bom Jesus, no ressaco acima de Colégio, e já pouco abaixo da entrada da aldeia Cariri-Xocó. Porém, mais acima, grande modificação na carreira. Não há como prosseguir pelo canal colado a Alagoas: tudo completamente fechado, inclusive com gente andando a cavalo sobre a croa. Tem-se que tomar um pequeno canal central, deixando a ilhota mais abaixo por boreste, contorná-la, seguir para a ilha/croa mais acima, sempre deixando por boreste e voltar para Alagoas. Tudo muito raso, com muitos paus fincados. Navegação também muito delicada. A erosão nas ilhas entre a rodagem para São Brás e a Jundiá (SE) é muito grave, e cada vez mais acelerada.

Com a noite chegando, o vento também vai enfraquecendo, o que é normal nesta região. Porém já estávamos mais acima da segunda ilha/croa, e voltamos a navegar mais próximos a margem alagoana. Às 18h40min fundeávamos abaixo do povoado (Tibiri), tendo feito um percurso conhecido em um tempo muito grande, se comparado a viagens anteriores.

Desde o dia anterior, com a visão das croas no Xinaré, que já vínhamos imaginando a dificuldade para se fazer esta viagem (normalmente fazemos o percurso Foz-Mato da Onça em cerca de 3 dias, sem maiores problemas). Estava claro que a partir da região do morro do Gaia (São Brás, AL) até abaixo de Pão de Açúcar o rio deveria estar muito modificado, completamente aterrado. O que se confirmaria em seguida.

Após o café descemos a terra para ver nossos amigos do povoado e ter informações sobre a situação e a vida sob as condições atuais do rio.

4º. Dia (15 de abril - terça)

Do Povoado Tibiri (São Brás), AL a Localidade do Bode (Traipu, AL)

Levantamos o ferro às 09h45min por absoluta falta de vento no início da manhã. Ainda assim o vento que entrou (sempre de E, NE), muito fraco, mal chegando a 10 nós, e irregular. Este trecho de navegação, até a entrada do canal de São Brás – que na condição atual não permite a navegação, estando completamente assoreado e tomado por vegetação – está repleto de croas. Restava-nos seguir muito próximos ao lado alagoano, beirando a margem, aproveitando a contracorrente do remanso. Assim foi até um pouco acima da entrada do canal de São Brás, quando decidimos buscar águas um pouco mais profundas, na margem sergipana.

Atravessamos em direção aos povoados Crioulo e Cruzeiro, em Amparo, e já próximos da captação de água do DESO, tivemos a passagem de uma nuvem de chuva, acompanhada por muito vento e mar, sendo que o vento vinha ainda mais de norte, dificultando o retorno da canoa para o lado de Alagoas, onde estava a passagem livrando a enorme croa hoje em frente à praia de Amparo. Esta croa defronte a Amparo atinge proporções muito avantajadas, já com diversos paus enterrados sobre a mesma, e prolonga-se de rio acima até quase o morro do Gaia (morro rochoso onde fica a captação de água da CASAL – Cia. De Água e Saneamento de Alagoas).

Com o vento forte, quase que de proa, nos jogando sobre a croa, fomos obrigados a utilizar a lancha de apoio para rebocar a canoa e levá-la para a margem alagoana em segurança. O tempo entre a chegada do mau tempo e a passagem da nuvem não chegou a 50 minutos.

Já na margem alagoana, seguimos a carreira com calma, o vento tendo retornado ao quadrante de E, NE, franco, mas firme.

Logo acima do morro do Gaia, no largo que se abre abaixo do povoado Lagoa Comprida (São Brás, AL), novas dificuldades se apresentavam: toda a área, até a croa que se prolonga descendo do Munguengue (Pov. Bom Jardim, Traipu, AL), está completamente assoreada – onde antes passávamos com relativa tranqüilidade. A única carreira razoável é um canal estreito, mas não muito profundo, entre a grande croa do meio do rio (uma verdadeira ilha, com cerca de mais de metro de altura, com capim, mato, e arbustos, e atualmente em processo intenso de erosão), e os baixios logo acima do morro do Gaia. Em seguida há que se guinar diretamente para o povoado (Lagoa Comprida), e ir contornando a croa de areia, submersa, mas a poucos centímetros da superfície, que vem do meio do rio para o povoado, como se a atravessar o rio para a Borda da Mata.

Com o sol baixo, já poente, fica muito difícil a divulgação dos quebrantes, por isso a navegação deve ser feita em baixa velocidade. Contorna-se a parte submersa (calado impraticável) da croa que desce do Munguengue, e volta-se a navegar pela carreira de Alagoas.

Todo o meio do rio está fechado por croas, submersas e expostas, até acima do povoado Lagoa Funda, em Sergipe. Para quem demanda portos em Alagoas, é necessário se permanecer na carreira na margem esquerda. Para quem demanda as Aningas, ou ainda o povoado Escurial, é necessário atravessar para Sergipe, pois mais acima hoje é impossível.

Seguimos, portanto, junto a margem alagoana, onde resta um canal estreito, que se aperta ainda mais próximo ao Oiti.

No final da tarde fundeamos no Bode, localidade alagoana exatamente em frente ao povoado Escurial (Nossa Sra. de Lourdes, SE). O porto deste povoado está hoje dominado por croas em todo o seu entorno, com exceção de um acesso pelas Aningas (Pedro Chaves), e dentro a água é praticamente parada. A rampa de embarque e desembarque da balsa está em seco completamente. O rumo que fizemos com a Luzitânia há poucos meses atrás, vindos da Tabanga, é impraticável, pois o calado na croa que se formou em frente ao povoado é de alguns poucos centímetros, com larga faixa já permanentemente em seco, com vegetação se fixando. Um desastre.

5º. dia (16 de abril - quarta)

Da Localidade do Bode (Traipu, AL) a Barra do Ipanema (Belomonte, AL)

Cedo pela manhã tivemos a visita de S. Valdemar, grande canoieiro³⁰ (iria completar 82 anos no dia 22 de abril) morador do Escurial (e possuidor de uma memória excelente, tendo um impressionante repertório de histórias e conhecimentos profundos sobre a vida nas margens), trazido pelo amigo Jacaré³¹, também canoieiro. Vieram num bote com motor de rabeta.

³⁰ S. Valdemar foi canoieiro de barra a barra. Navegava da barra das Araras (a barra sul do São Francisco, na água salgada, para além do canal da Parapuça e do Funil, onde estavam as salinas.) onde ia pegar sal, até Piranhas, no alto sertão alagoano no Baixo São Francisco. Começou a navegar com 12 anos, com o pai ... "nunca embarquei em popa de canoa dos outros"... Sua última canoa de tolda foi a Vênus.

³¹ Jacaré, antigo proprietário da canoa de tolda Oriente – a Oriente, transformada em lancha, hoje pertence a S. Antero, também do Escurial, fazendo linha entre Penedo e Neópolis.

Jacaré: ...“o homem tava aperreado para ver a canoa...achava que vocês não iam ficar, que iam subir sem descer ou chamar ele...velho é um negócio danado...vive se aperreando”...

Seu Valdemar: ...“eu via a canoa ontem, na hora em que vinham subindo ali pelo Oitizeiro. E fiquei pensando, pode ser que eles fiquem por lá, pode ser que atravessassem por cá... e achei melhor atravessar para cá...ver a Luzitânia...essa canoa hoje, aqui na margem...pois, tem a canoa que foi de Pezão, lá em Piranhas...mas esta aqui é uma canoa furnida...feita para sobrar...como canoa boa daquele tempo...um fundo desse dá para carregar farinha...tudo enxuto”...

Enquanto tomávamos o café, S. Valdemar, pensativo e admirativo, sentado no banco do piloto, corria os olhos, mais uma vez, por cada detalhe da canoa, discorrendo suas memórias. ...“essa era a vida boa nesse rio, poder subir e descer numa popa de canoa...parar num porto, ficar...ver os amigos...seguir numa noite clara...bom é o que vocês fazem nesta canoa...essa é a vida boa”...

Um pouco depois, fomos levá-lo a terra, e fazer algumas pequenas compras para prosseguir a viagem. Ainda no meio do rio, o velho piloto nos mostrava o estrago do aterramento generalizado de toda a região. Para chegarmos ao porto do Escurial tivemos que descer da lancha (lancha de apoio de alumínio), levantar o motor e puxá-la pela mão até o que restou do canal que corria junto à margem (e que tornava inclusive, pela força da correnteza d'água, difícil a manobra de atracação e permanência naquele porto – isto há pouco tempo atrás). Um remanso de água parada, agravado pelos inúmeros esgotos lançados pelas casas do povoado, que dão de fundos para o rio, no alto do morro. Situação grave. Esta croa que hoje isola o povoado, em sua zona mais acima, e por uma longa extensão, está tomada por vegetação densa, bem enraizada, de calumbis, juncos, e outras variedades. Transformou-se em terra firme.

A rampa da balsa – que faz a travessia para Alagoas dando passagem para a localidade de Mombaça – está completamente fora d'água, e semi destruída. Todo o porto é muito sujo, e aparentemente sem qualquer tipo de cuidado por parte dos próprios moradores e da municipalidade. Há um posto da DEAGRO-SE, para controle sanitário dos animais em trânsito, mas, com a situação atual do porto, com as operações da balsa transferidas para outro local, não sabemos como se opera a fiscalização.

A permanência em terra foi breve, para deixarmos os panos preparados para o momento da chegada do vento. Às 08h55min o vento chegou, e de imediato levantamos o ferro e demos prosseguimento a nossa viagem.

Do Bode a melhor alternativa é atravessar para a praia no pé do Barandão, povoado logo abaixo da Lagoa Funda, ambos em Sergipe. Há um canal ainda relativamente fundo, bem próximo da margem sergipana, além de se navegar longe da sombra dos morros, que corta o vento.

Acima da passagem de um lado para o outro (do Bode para o Barandão e Lagoa Funda), inúmeras croas baixas, mas secas, também com bastante vegetação e com penetração extensa de partes submersas seguem até acima da entrada do canal que vai dar no povoado Tijuco, em Sergipe. Para se subir até Traipu, resta um pequeno canal, colado à margem alagoana, que se inicia na localidade conhecida como Cuscuz. No entanto logo próximo ao assentamento Marcação (Alagoas e abaixo de Traipu), está completamente aterrado. Neste ponto é obrigatória a travessia para Sergipe, para a passagem pelo canal colado ao barranco (uma croa arenosa, já devastada pela erosão, que sobe até o pé da serra da Tabanga), contornando mais um bloco grande de croas no meio do rio (completamente a seco e com pedaços de paus, vegetação, em processo avançado de transformação em ilhas), voltando para Alagoas (exatamente em frente a Traipu), para logo em seguida retornar ao lado sergipano.

Neste trecho, até o través do povoado Lagoa Primeira (Gararu, SE), são inúmeras croas, que inviabilizam uma navegação simplificada.

A partir da Lagoa Primeira, passando pelo povoado Patos (município de Traipu, AL em frente a cidade de Gararu, SE), e até a virada do rio na localidade das fazendas Jacobina e Mundo Novo (hoje transformadas em assentamentos e/ou ocupações pelo MST), apesar de o rio ser consideravelmente “reto”, a navegação é difícil, pois toda a região é ocupada por bancos e mais bancos de areia. Um antigo canal, colado a margem alagoana, a partir do povoado Cazuqui, não é mais navegável, como há poucos meses atrás. Há, como mais abaixo, diversas croas em processo de transformação em ilhas, pelo avançado estágio de vegetação que nelas não para de crescer e se alastrar. A navegação é obrigatoriamente sinuosa, exigindo a permanente presença de um tripulante na proa, orientando a existência dos quebrantes, croas, canais e paus enterrados. A navegação noturna é praticamente impossível, salvo com perfeito conhecimento local, e com baixíssima velocidade, além, claro, de visibilidade boa.

Acima de Traipu, toda a margem alagoana está consideravelmente bem mais degradada do que a margem sergipana. Acima do Cazuqui há restos de zonas calcinadas (relativamente recentes), onde nada mais restou.

Atingindo-se as fazendas Jacobina e Mundo Novo, em Alagoas, é obrigatória a passagem, inicialmente, pelo canal existente mais ao norte (Alagoas). Há também um número enorme de croas submersas (calado mínimo e não praticável) e a seco, com vegetação bem fixada. No lado sergipano, croas grandes não permitem a passagem.

Até a fazenda Itamaraty (Alagoas, e hoje ocupada), há um número grande de paus fincados, a meia água (praticamente invisíveis salvo por observadores experimentados). A partir da Itamaraty, passando pelas Intãs (Sergipe), e chegando ao Aió (garganta rochosa logo abaixo da Ilha do Ouro (município de Porto da Folha, SE) e Barra do Ipanema (município de Belomonte, SE) encontramos toda a região assoreada por croas submersas, com passagem impraticável, e paus fincados. Logo acima das Intãs há um enorme tronco, mais próximo a Sergipe, com cerca de 0,80 m fora da água. Alguém colocou deliberadamente um saco plástico branco para sinalizá-lo. É um grande perigo aos navegantes e pescadores. Somente uma vazão considerável poderá removê-lo de rio abaixo antes que apodreça em sua extremidade exposta.

A passagem do Aió para a Ilha do Ouro e/ou Barra do Ipanema tem de ser obrigatoriamente por 2 canais: um margeando Sergipe, e outro mais próximo a Alagoas. Todo o largo, e indo até a ilha dos Prazeres (Barra do Ipanema) está tomado pelas croas submersas, com cabeços de areia expostos, bem a seco, e pontos onde há crescimento acelerado de vegetação. Toda a região que circunda a ilha dos Prazeres está tomada por croas submersas muito rasas, impraticáveis, e muitos paus fincados. É obrigatória a passagem muito próximo a margem sergipana, para então atravessar o rio, já em direção à parte alta da Barra do Ipanema, pois apenas ali tem-se o canal que permite a navegação.

A difícil navegação entre o Bode e a Barra do Ipanema mostrou a rapidez das transformações do leito do rio.

Chegamos a Barra do Ipanema na boca da noite, fundeando em frente ao povoado exatamente às 18h30min.

Tomamos nosso café e em seguida descemos a terra para ter com nossa representante, Sheila, que é agente de saúde no povoado. Discutimos sobre a situação do rio, do povoado (que pertence a Belomonte, que até hoje não conta com uma escola de 2º. Grau, obrigando os alunos a se deslocarem para Pão de Açúcar, Batalha ou Porto da Folha) além de deixarmos computador e baterias para recarga.

6º. dia (17 de abril - quinta)

Da Barra do Ipanema (Belomonte, AL) ao Mato da Onça (Pão de Açúcar, AL)

O ferro foi levantado às 09h17min. Iniciávamos esta parte da viagem muito apreensivos quando a situação de assoreamento entre a Barra do Ipanema e a Vila Limoeiro (Pão de Açúcar, AL).

O Neto acordou com muita febre, dores pelo corpo (suspeitávamos de dengue, que assola Sergipe) não podendo participar das atividades. Ficaria acamado durante todo o percurso até o povoado Niterói.

Por medidas de segurança começamos a navegação apenas com o pano de popa montado (para manter a velocidade baixa e com maior controle da canoa Luzitânia). Carlos ficou na proa, divulgando quebrantes, croas e paus, com Rosa e Daiane se revezando no leme, seguindo a rota de navegação de acordo com as instruções vindas da proa.

Acima da Barra do Ipanema, e até a fazenda Varzinha (Alagoas), é impossível a navegação pelo meio do rio. São indispensáveis os inúmeros contornos de croas (submersas e com zonas a seco, sempre com vegetação fixadora e em processo de alastramento) e paus fincados.

Como o sol estava ainda por detrás, a navegação foi ajudada pela coloração da água, que já nesta altura do Baixo São Francisco está consideravelmente sem material em suspensão.

Pouco abaixo de Belomonte (AL) e no través da fazenda Julia (Porto da Folha, SE), tivemos que optar por seguir pelos pequenos canais do lado sergipano, pois a visão que tínhamos de rio acima era de impedimento total do caminho, por croas completamente a seco. Sabíamos da existência de um pequeno canal bem próximo a Belomonte, e seguindo por Alagoas até a Vila Limoeiro (por nós utilizado há poucos meses, na primeira viagem ao Sertão), porém em função das fotos aéreas que obtivemos via SEMARH-AL, o temor de encalhe foi grande.

Seguimos, portanto, pelos canais estreitos e repletos de croas (submersas, muito rasas e expostas), ilhotas, paus por todos os lados, passando pelo Araticum, e Belém, indo até a extremidade mais baixa da Ilha de São Pedro (é importante notar que nesta extremidade há um cascalho, com pedras consideráveis, que na situação atual oferece risco ainda maior do que há poucos meses atrás - todo o cuidado é pouco). O trecho da Julia até o través da Ilha de São Pedro e do Povoado Santiago (Pão de Açúcar, AL), em frente ao porto da ilha, foi de navegação muito delicada, com contornos e mais contornos de todos os obstáculos.

A partir da Ilha de São Pedro, temos que contar ainda, logo acima, com as pedras (até então cobertas) expostas em frente ao povoado Espinho (Pão de Açúcar, AL), e a formação de uma verdadeira ilhota, também em frente a este povoado.

O vento enfraqueceu mais um pouco e já com mais espaço para manobras, levantamos o traquete de proa, para acelerar a viagem, pois o estado do Neto nos preocupava. A intenção era deixá-lo logo em Niterói, para que fosse

ao posto médico em busca de diagnóstico e tratamento.

Já na ponta de cima da ilha de São Pedro, cruzamos com a lancha que trazia as professoras (Nadja, Edvalda, Beata, Jussara) para a escola da comunidade indígena. Como sempre, pelo tempo de amizade, a cada encontro a festa é grande.

Abaixo e em frente ao povoado Mocambo (Porto da Folha, SE) e a localidade Farias (Pão de Açúcar, AL) o rio está completamente fechado. Há um canal colado ao Mocambo, que depois sobe atravessando o rio, se afastando da localidade Floresta. A passagem pelo meio do rio é impossível. A partir da Floresta, se o objetivo é prosseguir viagem, é necessária a travessia para o povoado Niterói (Porto da Folha, SE).

Na fazenda Niterói demos porto rapidamente para desembarcar o Neto. Despedimos-nos e seguimos viagem.

Em frente ao Cristo, no lado sergipano, formou-se uma grande croa, que sobe até o limite superior do Saco Grande, na Caieira (em frente ao Pau Ferro, AL). Mantivemos a navegação por Alagoas, para depois passarmos para Sergipe, para livrar a enorme croa (repleta de pedras, cascalho e paus consideráveis) que se formou na foz do Riacho Grande. Esta situação é a pior nos últimos 5 anos, quando por ocasião das cheias de 2003, 2004 e 2005, houve a remoção (pela força das águas em período de vazões de até 6000 m³/s) de boa parte desta grande formação. Esta verdadeira ponta semi-submersa é muito perigosa e só será removida, pelas observações anteriores com vazões da ordem de 4000 m³/s ou mais. Há muito material pesado, denso.

A partir do Riacho Grande, o cuidado é com paus submersos, e com a croa que se agravou na extremidade de baixo da ilha do Belmonte (Ilha do Ferro), já bem em frente aos povoados da Ilha do Ferro (Pão de Açúcar, AL) e Bonsucesso (Poço Redondo, SE).

A navegação, a partir do Morrinho, Barriguda, Pau da Canoa, Capim Açu (Pão de Açúcar, AL) e Riacho das Antas, Cocho, Curralinho Velho (Poço Redondo, SE) é mais tranquila.

Às 16h58min, logo abaixo do riacho de cima do Mato da Onça, fundeávamos a Luzitânia, com um ferro pela proa e um outro jogado em terra.

Imediatamente a criançada se jogou na água para subir a bordo. A canoa ficou cheia, alegre. A vida, ali, tentava seguir seu ritmo normal.

7º. dia (18 de abril - sexta) - Permanência no Mato da Onça, Pão de Açúcar, AL.

8º. dia (19 de abril - sábado) - Permanência no Mato da Onça, Pão de Açúcar, AL.

9º. dia (20 de abril - domingo) - Permanência no Mato da Onça, Pão de Açúcar, AL.

Entre os dias 18 e 20 de abril, houve permanência no povoado Mato da Onça para discussões de assuntos ligados a projetos da Canoa de Tolda e projetos em conjunto com a associação local.

Discutiu-se muito, naturalmente, a situação atual do rio. É consenso com todos com quem tratamos, de que a situação deste período de baixa vazão é de enorme prejuízo, e de que nada é avisado às comunidades. Aliás este ponto - a comunicação entre a CHESF e as comunidades ribeirinhas - é muito claro: não há ligação formal estabelecida entre a empresa e as populações das margens³². Esta situação é a mesma em relação a entidades - e aqui, de forma repetitiva e insistente mais uma vez listamos - como a ANA - Agência Nacional de Águas, a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, o ONS - Operador Nacional do Sistema, o IBAMA, o MMA. Com todas as pessoas com as quais tivemos contato, sobretudo acima de 35 anos (mulheres e homens), que conhecem com mais detalhes a vida antes e depois das grandes barragens, a sensação era de incompreensão total de ver o rio, em plena época de cheia, completamente seco, e de revolta, em verem-se todos, com suas vidas alteradas, de longa data, e para pior, sem esclarecimentos, discussões.

De forma generalizada, o discurso, em todo o Baixo São Francisco se repete em ... "o povo da CHESF e em Brasília faz o que quer desse rio...só passa por aqui de helicóptero...quando é para soltar água, solta tudo de uma vez, não é como na cheia, que vinha chegando...tudo de uma vez, esbagaçando com tudo...e agora, segura a água toda...o rio virando um fiapo...e ainda querem falar em transposição...barragem em Pão de Açúcar...na onde isso vai parar? Só se for quando acabarem com a raça do povo da margem"...

Neste dia observamos uma grande vazante no rio, mas a associamos à manobra do dia de domingo, quando a vazão é reduzida junto com a menor produção de energia. É a "maré"³³ no sertão do Baixo São Francisco.

³² A situação da distancia da empresa - com sua sede no Recife -, que toma suas decisões de operação das barragens sem a indispensável participação democrática das populações diretamente atingidas, é algo que há anos a Sociedade Canoa de Tolda vem questionando.

³³ Esta "maré" é considerável entre Piranhas e a região de Belmonte. No porto de Piranhas Velha chega quase a 2 metros de variação de nível, o que nos surpreendeu quando aportados na localidade, em outubro de 2007 - ficamos, durante a noite, com a canoa quase que

**10º. dia (21 de abril – segunda) – Descida para Pão de Açúcar, AL.**

Na segunda de madrugada descemos cedo para Pão de Açúcar, para compra de materiais para a viagem (aproveitando a feira e mercado), mais combustível e tratar de assuntos diversos da Canoa de Tolda.

Neste dia, Daiane apresentava sintomas de dengue. Dores pelo corpo, febre e manchas vermelhas pelo corpo. Durante todo o dia permaneceu deitada no fundo da canoa.

11º. dia (22 de abril - terça)**De Pão de Açúcar, AL a Proximidades do Dique da Codevasf, abaixo de Propriá, SE**

Na madrugada da terça feira, às 00h10min levantamos o ferro no porto de cima de Pão de Açúcar e iniciamos a descida.

A navegação de descida no Baixo São Francisco é inteiramente diversa da de subida. Como colocamos nos descritivos acima, o vento dominante no Baixo São Francisco vem da costa, normalmente dos quadrantes de NE, E, SE. Há variações locais (os ditos ventos de Norte e de Sul), e em algumas épocas do ano, o vento vem "de cima", durante certo período do dia³⁴.

Para se evitar a navegação "bordejando"³⁵ de rio abaixo, e, geral se desce muito cedo, pela madrugada, para se aproveitar a carreira d'água. Com esta técnica, canoa é literalmente impulsionada pela correnteza do rio. Como as canoas não são motorizadas, eram utilizadas, nos períodos de vazão menor, as zingas, grandes remos que são manejados na popa da canoa, proporcionando a velocidade mínima para manter a ação do leme.

No caso específico da Luzitânia, temos uma embarcação de apoio³⁶, uma lancha de alumínio de 6,50 m equipada com motor de popa de 25hp, que obrigatoriamente faz parte de nosso procedimento de operação com a canoa. A lancha de alumínio é atracada a boreste (lado direito da canoa), na zona da popa onde pneus – defensas – são instalados para que não ocorram danos à Luzitânia. Com este sistema de reboque, temos uma propulsão semelhante ao que ocorreria com a instalação de um motor de centro na canoa³⁷, com as limitações naturais deste sistema. O motor de popa é operado com aceleração suficiente para a manutenção da ação do leme, o que significa uma velocidade sempre superior a da correnteza do rio. O calado da rabeta do motor é de cerca de 45 cm, praticamente igual ao do leme³⁸ da canoa carregada em configuração "leve".

No caso atual da navegação do rio, tínhamos todos os agravantes possíveis a dificultarem a navegação de rio abaixo demandando o porto de Brejo Grande:

- 1- Assoreamento generalizado em todo o trecho até a Saúde (Santana do São Francisco, SE) impedindo a navegação a vela, pois não só não há qualquer condição de bordejar com a embarcação – não há espaço físico entre as croas e nos canais estreitos, além dos inúmeros destroços que oferecem perigo -, e tampouco condições de serem abaixadas as bolinas para a navegação contra o vento;
- 2- Impossibilidade de navegação pelo dia a reboque, pois com o estabelecimento do regime dos ventos contrários a motorização disponível não teria a eficiência adequada para a propulsão da canoa.
- 3- O aumento do risco de encalhe, e/ou impacto com destroço, pois a noite, ainda que com lua, a visibilidade é consideravelmente reduzida.

totalmente em seco, correndo o risco de apoio indevido no casco. com possibilidade de danos -. Esta manobra, diária, com maior amplitude no final de semana, não é comunicada às populações da margem.

³⁴ Os ventos "de cima" ocorrem com mais frequência na madrugada na região da praia – de Escurial, Propriá e Penedo até a foz – brandos. na transição do verão para o outono. No sertão, o vento vem "de cima", em época das trovoadas. Em geral isto ocorre após um dia extremamente quente, com uma calma característica antes do vento descer. Este vento "de cima" nas trovoadas é em geral muito violento e temido pelas pessoas.

³⁵ Bordejando – Na navegação "contra o vento", o vento vem pela proa da embarcação, que é obrigada a ziguezaguear de rio abaixo, por isso as bolinas laterais, que são dispositivos para evitar a deriva, o "derrapagem" lateral da embarcação.

³⁶ Pelas características da canoa Luzitânia, uma embarcação única, fruto de um minucioso restauro – ao longo de dez anos - que além do status de patrimônio histórico – tombamento em tramitação – é objeto de diversos projetos no Baixo São Francisco (Rota das Canoas® - Navegações Tradicionais do Baixo São Francisco; Cine Beira Rio® - Cinema Itinerante do Baixo São Francisco; Rio de Baixo® - Centro de Audiovisual do Baixo São Francisco, são alguns exemplos), que deve ser protegida a todo o custo, e operada dentro de todas as condições de segurança. é indispensável a sua operação com embarcação de apoio.

³⁷ A canoa Luzitânia não é motorizada para a perfeita manutenção de suas características originais.

³⁸ Todas as canoas de tolda, por motivo de segurança – foi um processo evolutivo do desenho destas embarcações – têm o leme com sua extremidade inclinada para baixo, o que o deixa com seu calado mais fundo do que o próprio casco. Desta forma o leme "dá o sinal" da croa, ou de algo submerso, antes de o casco topar o fundo.

Contávamos, portanto, com o (novo) conhecimento das (poucas e arriscadas) modificadas rotas no Baixo São Francisco, adquirido na viagem de subida. O principal ponto favorável era a fase da lua³⁹, cheia, que proporcionava a mínima e indispensável visibilidade noturna para o reconhecimento dos sinais dos canais navegáveis e todas as restrições à navegação.

Já abaixo do Povoado Niterói demos um raspão prolongado com o leme na grande croa no través da localidade Floresta (acima do Mocambo, SE), o que achamos muito estranho, pelo fato de termos passado por ali poucos dias antes.

A descida prosseguia com calma, com o motor na potência mínima necessária, para minimizar as conseqüências de um possível impacto contra um pau submerso, uma croa.

Inicialmente, a idéia era percorrer o mesmo caminho efetuado na viagem de subida. Ou seja, abaixo da ilha de São Pedro, seguir por Sergipe até abaixo de Belomonte, onde as condições seriam um pouco menos piores.

Porém, uma vez passada a ponta de baixo da ilha de São Pedro, o cascalho, e seguindo pelo canal percorrido, em direção ao Belém e ao Araticum, topamos com uma croa, também em local passado nos dias anteriores. Este novo encalhe reforçou a insegurança, pois não estávamos entendendo o que ocorria: a rota percorrida não mais era válida. Tive que desembarcar da canoa, desligar o motor, e empurrá-la para o lado de Sergipe, o mais próximo possível da margem, pois ali sempre houvera um pequeno canal, estreito, beirando toda a costa até acima da Júlia. Rosa e Daiane acordaram, mas pouco podiam fazer. Entre o encalhe e o desenralhe perdemos cerca de 25 minutos. A tripulação voltou a dormir, e retomamos a navegação de descida, com preocupação profunda sobre as condições de navegação a jusante.

Pelo encalhe ocorrido, era muito insegura a busca pelos canais (com inúmeras curvas) do lado de Sergipe. As croas eram muitas, os paus também, e em função desta modificação da batimetria do rio, não dispúnhamos de segurança mínima para arriscar a viagem pela rota de subida.

Aproveitando o reflexo da lua e das luzes do Jacarezinho (Pão de Açúcar, AL) e da Vila Limoeiro (Pão de Açúcar, AL), foi possível ver a sombra das croas no meio do rio (com a água trêmula pela refrega do terral noturno, e uma pequena mudança na textura da superfície nas beiradas inferiores das croas - onde ocorrem os quebrantes), as ilhotas e os paus fincados. Não restava alternativa outra que não tentar a travessia para Alagoas, e seguir pelo canal colado àquela margem, menos sinuoso. Assim foi feito. Com todo o cuidado, de pé de croa em pé de croa, atravessamos, até colocar a Luzitânia no canal beirando a margem alagoana, aproveitando ainda o reflexo da lua nas areias secas tanto das croas como em terra, na zona em processo de erosão.

Com a canoa no canal, com a proa para baixo (e contra a luz do povoado) conseguimos assim chegar a vila Limoeiro, contornando as grandes croas exatamente em frente ao porto. Mantivemos o mesmo procedimento de navegação para demandar Belomonte. O espaço de manobra era mínimo, e grande foi o número de paus deixados para trás - e passados com grande proximidade da embarcação.

Próximos a Belomonte, que possui uma iluminação feérica (e completamente desnecessária), tivemos que fazer uma série de contornos em frente a cidade, mode as grandes croas e paus, para então retomar a descida, sempre por Alagoas, colados à margem rochosa.

Já perto da fazenda Varzinha (completamente às escuras, o que surpreendeu), pouco abaixo, vimos uma embarcação que subia, com uma pequena luz branca de navegação. Voltamos a ligar nossa lanterna, constatando a mudança de rumo da embarcação. Ao passarmos mais próximos vimos que era uma balsa com gado embarcado. De onde vinha, para onde ia, não imaginamos, e, sobretudo em um horário tão avançado.

A viagem prosseguiu calma, retomando os canais utilizados na subida, até a Ilha do Ouro. Na travessia de Alagoas para Sergipe, também em trecho já navegado, voltamos a topiar com o leme no fundo do rio, conseguindo voltar para o canal sem ter que empurrar a canoa.

Perto - e abaixo - da captação de água do DESO abaixo da Ilha do Ouro, voltamos a procurar um dos canais mais para o centro do rio. Há uma enorme croa que vem de Sergipe, indo quase até a metade da largura do rio. Nosso temor era o grande número de cabeças de areia completamente expostas, na boca do Aió, e logo abaixo, o grande tronco de árvore que havíamos identificado na viagem de subida. Com algumas manobras de contorno das croas, sempre ajudados pela luz da lua, entramos no Aió, tomando a opção de seguir pelo costão de pedras de Alagoas. É um lugar que sempre impressiona ao ser percorrido, seja de noite ou pelo dia.

O dia anunciava uma claridade quando chegamos na Itamaraty, onde alguns dos ocupantes mantinham um fogo acesso na beira do rio. Viram-nos - a lua estava muito clara - e ficaram observando nossa passagem.

Com a força da luz da lua, e a luz difusa da névoa baixa que vinha de E, passamos com calma e apreensivos no verdadeiro "arquipélago" de ilhotas, croas expostas, submersas e paus da Jacobina, Mundo Novo, para tomar a

³⁹ Em geral sempre agendamos as viagens da Luzitânia durante a lua cheia, por razões claras de segurança a navegação.



carreira do costão de pedras baixas acima do Cazuqui (Traipu, AL). Ainda pegamos algumas nuvens carregadas com chuva fina, que diminuía muito – mas momentaneamente – a visibilidade.

Já com o claro do dia chegamos ao Cazuqui, passando pela carreira pelo lado da Genipatuba (Gararu, SE). O dia estava encoberto, mas, com um sereno fino, mas era possível divulgar a carreira que tomamos na subida.

Por volta das 06h00min da manhã passávamos pelo través de Gararu, sempre seguindo pela carreira já conhecida.

Na Tabanga, no Buraco da Maria Pereira (Gararu, SE), avistamos nossos amigos, Da. Deildes e S. Zé da Serra, e, pela primeira vez em anos, não demos o porto – com a situação da Daiane, sempre acamada, o objetivo era o retorno rápido a Brejo Grande.

E assim prosseguimos a viagem passando por Traipu, Tijuco, Marcação, Lagoa Funda, Barandão, Bode, Oiti, Munguengue. No Munguengue avistamos nossa colega e contato, Joelma de Marilene, lavando panos, e pudemos avisá-la de que era impossível a parada naquele momento. Sempre seguindo por Alagoas, passamos pela Lagoa Comprida (São Brás) e pelo Morro do Gaia (idem). Por volta das 09h20min, já na manobra de contorno das croas abaixo de Amparo (SE) para tomarmos a carreira do Tibiri, começamos a adentrar – mais próximos da boca do canal de São Brás – para Alagoas, no través da captação de água do DESO. O tempo estava com bom, com nebulosidade, e nuvens esparsas, carregadas, com chuvas bem localizadas – vínhamos tomando estas pancadas d'água desde o Escurial (Nossa Senhora de Lourdes, SE). Às 09h40min, descendo para buscar a carreira por Alagoas, encalhamos numa croa, por onde antes havíamos passado.

Rapidamente a canoa atravessou, com a proa para Sergipe, e, ainda que com a vazão muitíssimo reduzida, a força da água era o suficiente para impedir qualquer tentativa de retornar e safar a croa por cima. O motor foi desligado, pulei para a água, apeei o leme⁴⁰ e tentei ir girando a canoa, para “andar” de rio abaixo, centímetro a centímetro. Com as costas apóias na proa da canoa, ia empurrando, apontando para cima, e assim ao fazer o giro, a própria água ajudava a completar a manobra.

Ainda conseguimos avançar alguns metros, mas a distância que nos separava da água funda ainda era da ordem de 25 a 35 metros. Rosa também desceu para ajudar, mas chegamos a um ponto onde a água passava sob a canoa e formava um monte de areia, calçando a embarcação, que ficava apoiada com o canto do casco. Estávamos numa situação grave, sem perspectivas de sair dali num espaço de tempo curto. Havia ainda um doente a bordo, não em estado sério, mas necessitando de chega logo a bom porto.

O quadro não era nada favorável a um bom término, e inaceitável, pois o que naquele momento estava bem claro é que o rio se encontrava ainda mais seco.

Foi quando resolvemos tentar comunicação – via telefone celular – com a CHESF, e saber de fato o que estava ocorrendo. A dificuldade de se obter um sinal era grande – há uma torre em Amparo, SE, mas o sinal é muito fraco – e tive que subir sobre a verga de popa, para melhorar a recepção. Depois de muito buscar a melhor posição para o aparelho, orientando a antena para diversas direções, conseguimos uma melhora de sinal e tentamos uma ligação com a CHESF, para a SOC – Superintendência de Operações e Contratos de Transmissão de Energia, para tentar falar com algum responsável pela operação das barragens. Após esperar algum tempo, a secretária do departamento nos colocou em contato com a Sra. Ana Regina Tavares Cavalcanti, da Assessoria da SOC. Através dela ficamos sabendo que a CHESF, no dia 19 passado, havia feito as manobras para o retorno à vazão (crítica) de 1.100 m³/s. Ainda segundo a Sra. Ana Regina, a SOC havia passado fax no dia 17⁴¹, ela lamentava que como estávamos em viagem, não tínhamos sido avisados.

Com problemas de bateria – prestes a se esgotar -, naturalmente tensos pela situação, solicitamos apoio para que pudéssemos encontrar uma solução, e deixando claro que mais uma vez a empresa delegava o ônus da comunicação com as populações a terceiros. Indo mais além, explicitamos nossa reprovação a uma manobra – onde o nosso caso era apenas um exemplo de uma consequência pontual – anunciada com antecedência de aproximadamente 48 horas apenas. Explicamos também que havíamos passado pelo mesmo local há poucos dias, nos encontrávamos completamente imobilizados, num exemplo muito significativo de como as manobras das barragens levadas a termo a partir de decisões unilaterais – os atingidos nunca tiveram qualquer voz nas decisões – afetavam a vida das pessoas. Foi colocado que necessitaríamos, num período de aproximadamente uma hora, de cerca de mais 25 a 30 cm de água para tirar a canoa dali, não víamos outra forma de evitar o pior.

A assessora da CHESF, tendo sido colocada a par de nossa situação – conseguimos passar nossa localização -,

⁴⁰ Apear o leme – manobra de diminuir a área do leme dentro da água, guinando-o completamente para um dos bordos. e. com o auxílio de um cabo (corda), fixá-lo com os olhais (no leme e na popa) previstos para isso. Como a popa das canoas de tolda e chatas é inclinada, ao guinarmos o leme, parte dele fica fora da água, oferecendo menor área de resistência.

⁴¹ Era o Fax SOC Circular 007/2008, onde a CHESF, se apoiando na Resolução no 602/2007 da ANA – Agência Nacional de Águas, e nos estudos do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico – estes, segundo o fax, relativos à necessidade energética na região Nordeste. Tradicionalmente, a CHESF solicitava – a nós, na margem – o ônus das ... “providências pertinentes à prática da vazão mínima, e exemplo das medidas implementadas em fevereiro e março passados, bem como dar ampla divulgação junto às comunidades ribeirinhas”...

inclusive de que havia uma pessoa incapacitada por motivo de doença a bordo, e do risco que nossa embarcação corria, disse que para uma solução como liberar água, estávamos a dia e meio de Xingó. Respondemos que não havia problema, que sendo este o caminho, nos prepararíamos para tal. Em seguida a Sra. Ana Regina disse que por estarmos próximos a São Brás, o melhor era que pedíssemos socorro naquela localidade. A ligação foi interrompida e ficamos ali, entregues a própria sorte.

Para mais uma tentativa de contato, ligamos para a ANA em Brasília, mas ninguém atendeu. Em seguida, conseguimos um contato com a colega Ana Paula, da TV Sergipe e explicamos nossa situação. Mais uma vez a ligação foi interrompida, e decidimos, visto o cansaço de todos, almoçar logo, para então tentar alguma outra iniciativa.

Enquanto Rosa preparava o almoço, o tempo se fechava pelo sul, com uma grande nuvem carregada, muito baixa, se aproximando por Propriá e ampliando seu raio de ação pelo interior (Telha, Canhoba e Amparo). Imediatamente comecei a arrumar a canoa, para enfrentar a chuva e o vento, que se anunciava muito forte, a exemplo do temporal que pegamos na subida, praticamente no mesmo local. Imaginei ainda que se o vento fosse consideravelmente forte, as ondas vindas de jusante aumentariam, por alguns minutos, o calado sobre a croa. Seria nossa única oportunidade para sair dali e chegar a uma zona mais profunda, cerca de 100 metros adiante, em direção a Sergipe. Estava, naturalmente, levando em conta que seria impossível, com a força do vento, de deslocar a canoa de rio abaixo, onde o canal estava muito mais próximo. Imaginei uma navegação forçada, com o vento atuando apenas sobre a área exposta da canoa, como uma vela rudimentar.

A tripulação foi avisada da chegada do temporal, que de fato veio rasgando de baixo, com muita intensidade. A visibilidade em direção a Alagoas e Sergipe foi muito reduzida pela chuva e ventos muito fortes. O mar começou poucos minutos depois do impacto do vento a se formar e a bater no costado de bombordo (lado esquerdo) da canoa, que já se encontrava com a proa virada para Sergipe, o que auxiliava a manobra. Com a força do vento, a canoa adernou para boreste (lado direito), e as ondas começaram a agir sobre a croa, aumentando o calado, e ao mesmo tempo, com a movimentação, suspendendo a Luzitânia, que começou a se soltar do caroço de areia que havia se formado. Ainda dei um solavanco, pela popa, soltei o leme, e embarquei para o leme. Em poucos segundos estávamos navegando, derrapando para cima, mas navegando, e devagar nos aproximando da zona mais profunda. Não muito mais dos que os 30 cm de onde estávamos, mas o suficiente para a Luzitânia flutuar normalmente uma vez a nuvem tendo passado. Tudo foi muito rápido, pois o vento aumentava de intensidade - o que ao mesmo tempo ajudava a nuvem a se deslocar mais rápido -, significando que tínhamos pouco tempo para sanar o problema. Já na zona mais profunda, me joguei para a água, já puxando o ferro (âncora) com o cabo previamente encurtado, para garantir que a canoa, uma vez fundeada, não fosse deslocada para zona mais rasa.

Com o vento forte, a manobra era difícil, e voltamos ficar medianamente encaixados num local menos raso que anteriormente. Mas a essa altura o ferro já estava cravado, e também o vento acalmava. Não havia tempo a perder. Num derradeiro esforço, ia empurrando a canoa, corria para a proa, soltava e adiantava o ferro, que era cravado mais longe, tudo muito rápido, para que a canoa não fosse empurrada - ainda soprava o vento com força superior a da correnteza - para zona mais rasa da croa. E nessa sucessão de empurra, solta o ferro, corre com o ferro nas costas, crava o ferro e volta para a popa da canoa, conseguimos, finalmente, colocar a Luzitânia na beira da croa, em lugar de profundidade suficiente para sairmos com segurança do local. E seguir viagem.

Quando conseguimos esta situação, a manhã já havia passado, o relógio marcava por volta das doze e tanto da tarde.

Prosseguimos nosso almoço, fizemos uma breve arrumação de material solto, que havia se deslocado com o vento forte, e voltamos tentar prosseguir com nossa navegação. Nesse momento subia, pelo canal da Jundiaí, uma lancha que faz linha entre Propriá e Traipu. Com a notícia da vazão de 1.100 m³/s, a passagem de volta para a carreira do Tibiri era arriscada. Muito provavelmente não conseguiríamos passar novamente por onde havíamos subido. Jogamos então a Luzitânia para a carreira da Jundiaí, cruzamos a lancha que subia, descendo com o máximo de cuidado.

Aquela carreira era conhecida, muitas vezes havíamos passado por ali, porém a nova configuração do rio não permitia mais qualquer recurso a experiências anteriores. Sabíamos também que naquela carreira era grande a concentração de paus, sobretudo mais abaixo, perto da fazenda Jundiaí.

A derradeira virada da carreira, de quem vem de cima, antes da propriedade de Amorim (acima da fazenda Jundiaí), foi contornada com cuidado, porém, logo abaixo, o canal se bifurcava, pois o rio havia rompido a croa que corre paralela a Sergipe (croa já em estado de transformação em ilha, repleta de vegetação e arbustos), e, onde antes passávamos, uma formação de areia enorme, vinha de terra e se lançava carreira adentro. O tempo em que ficamos em dúvida foi fatal. Como estávamos com o motor sem muita potência, mode os destroços submersos, não tivemos força para fazer a manobra de escape, e fomos arrastados para uma croa submersa, prolongamento da formação vinda de Sergipe, e ficamos completamente encravados. Em situação muito pior do que pela manhã. Ali não teríamos vento para ajudar (estávamos sombreados pelo morrote e árvores da margem sergipana), e a distância a percorrer até o canal profundo era em sentido contrário a correnteza.

Porém, desta vez a reação foi mais rápida, e já com o aprendizado anterior. De imediato o ferro foi cravado, com mais folga no cabo. Comecei então a virar a proa para cima (para montante), sendo que a cada movimento da proa, tesava o cabo, para garantir uma melhor posição para a canoa. O leme também foi apeado para aliviar mais a popa. Porém, pela própria dinâmica do lugar, a velocidade da deposição da areia era maior. Rapidamente a canoa começou a ficar aterrada sob o casco, do lado de jusante, formando um volume de areia impressionante.

Já fatigados das horas de trabalho ao longo da manhã - o dia começara às 00h10min, em Pão de Açúcar, ao levantarmos o ferro para a viagem de volta -, num local ainda mais difícil e isolado, tudo se mostrava ainda muito pior.

Voltamos a ligar para a CHESF, e a secretária da SOC disse que todos estavam almoçando. Deixamos recado, e solicitamos urgência em sermos atendidos, tão logo os responsáveis voltassem. A secretária nos transmitiu que assim que as pessoas voltassem, ligaria de volta. Nunca tivemos a ligação de retorno. A nossa única alternativa, naquela situação, era o aumento do nível da água para fazer a canoa flutuar corretamente. Porém, vimos que uma solução via CHESF era inviável, pois sentimos o desinteresse da empresa com a situação. Forçosamente tínhamos que encontrar uma alternativa emergencial. O tempo passava e a cada minuto a situação piorava.

Como estávamos agora diretamente em frente ao Tibiri (São Brás, AL), mas na margem oposta, não era inviável ir até o povoado, contatar nossos amigos do local, e tentar juntar um número grande de homens e fazer um grande esforço para arrancar a canoa da croa. Ou era isso, ou teríamos o caminho de uma discussão difícil, claramente antagônica, conflituosa e de sucesso não garantido com a CHESF com o objetivo de se conseguir mais água por algumas horas.

A decisão de ir ao Tibiri foi comunicada para a tripulação, que estava muito calma. A lancha de apoio foi solta da popa, e segui para o povoado, chegando em poucos minutos. De fato, toda a região estava completamente assoreada.

Chegando ao porto de cima, muito sujo, fui em busca de Pedro Carpinteiro, amigo, canoeiro velho nascido na Capivara (Brejo Grande, SE) e hoje proprietário da chata Iris Raiane, que se encontra em seco. Pedro ainda se encontrava em Aracaju, segundo moradores. Busquei então por Ademir, outro amigo, que se encontrava em casa com sua esposa. Rapidamente expus a nossa situação, canoa encalhada, doente a bordo, tudo muito difícil, o risco de se ficar ali sem perspectiva de solução em curto prazo.

De imediato, tanto Ademir como a esposa propuseram-se a juntar uma equipe de homens para ir arrancar a Luzitânia da croa. Disseram-me que voltasse com nossa lancha, preparasse a canoa, que chegariam em seguida, com o barco de Ademir. Os dois já saíram em campo de pronto, em busca dos companheiros para a operação. Foi um exemplo imediato da solidariedade ainda existente no Baixo São Francisco, sobretudo na região do interior.

De volta a Luzitânia, com as boas novas, a tripulação se mostrou mais animada. Tínhamos uma possibilidade, real, de sair daquele lugar. A canoa foi preparada, cabos, a lancha para rebocá-la já pronta para ser novamente atracada a popa. Constatamos, após tanto tempo de encalhe, que toda a tinta antiincrustante do fundo havia partido. A água em torno da canoa era tingida pelo material lixado pela areia que passava. Um grande prejuízo em tempo, dinheiro, esforço para fazer as coisas da melhor maneira.

Em poucos minutos chegavam Ademir, Damião e os companheiros - num total de 11 homens - para efetuar o resgate. Todos se admiravam da canoa, e os comentários sobre a Luzitânia era de aprovação.

Dividimos a equipe, em dois grupos: os que puxariam, com o cabo, sendo que um rapaz mais jovem ficaria com o ferro, para deslocá-lo e cravá-lo, se tivéssemos sucesso, tão logo a canoa se encontrasse em água mais profunda, e os que empurrariam, na proa, para acabar de girá-la para cima, e na popa.

Desde o momento em que encalháramos o volume de areia acumulado abaixo da canoa, formando um calço enorme, havia aumentado com grande rapidez. Ou tirávamos a canoa, ou corríamos o risco de vê-la completamente apoiada pela areia, por tempo indeterminado, até que se conseguisse mais água - por vias de negociação ou através de alguma medida extrema.

Todos se colocaram, e de início conseguimos apenas girar um pouco mais a Luzitânia, livrando-a de parte do apoio na areia. Foi feito novo esforço, com o pessoal que segurava o cabo e o ferro, sustentando a posição mais aprovada para cima. Novo movimento, que livrou um pouco mais o casco, e permitindo uma pequena movimentação para a frente. Foi o suficiente para aumentar o ânimo geral, e num grande esforço, víamos a canoa se deslocando, se livrando do apoio na areia, se arrastando, deixando sua tinta de fundo, mas se deslocando, e, centímetro a centímetro, ganhando alguns dedos de calado, em direção a zona mais profunda, na bifurcação do canal, cerca de 30 metros acima. E foi. Com mais alguns empurrões firmes, todos iguais, e gritando juntos, a Luzitânia foi arrastada sobre a areia até o canal navegável. Uma cena que certamente há muitos anos não ocorria, a de uma canoa ser desencalhada - lembrando que época de rio seco é durante o período de inverno no Baixo São Francisco - . A canoa flutuava.

Não tínhamos como agradecer tão grande esforço dos amigos. Todos estavam satisfeitos, e recusaram

terminantemente uma ajuda para uma rodada de cana no Tibiri. Ali tínhamos a demonstração da ainda existente tradição naval do Baixo São Francisco, de ajuda entre barqueiros, algo que lamentavelmente, na região da praia é extremamente raro nos dias de hoje.

Ademir nos passou as indicações sobre a carreira seguindo por Sergipe, e logo em seguida atracamos a lancha à popa da Luzitânia e seguimos viagem. Encalháramos naquela croa às 13h30min, e às 15h54min continuávamos nossa descida para a praia.

Ainda restava a região abaixo da ponte de Propriá, indo até o Xinaré, onde certamente as condições de passagem seriam as piores possíveis, rememorando os encalhes na subida.

E, de fato, o quadro, ao chegarmos a ponte de Propriá foi desanimador: toda a região estava completamente fechada por croas expostas, submersas e paus fincados. Todas as carreiras que havíamos utilizado na subida se verificaram impraticáveis naquelas condições.

O dia se aproximava do fim, e tínhamos que encontrar um local seguro para passar a noite. Havia também um volume enorme de balseiros que desciam, dificultando muito a navegação, pois se enganchavam no hélice do motor de popa.

Observamos dois pescadores que preparavam suas redes, na zona seca que se formara abaixo da ponte, do lado de Sergipe. Fundeamos a canoa, e, com a lancha, fui ter com os pescadores para indagar sobre as carreiras de rio abaixo. Não poderíamos mais correr o risco de novos encalhes. A decisão foi boa, pois os dois - da Saúde - haviam chegado há pouco, vindos com um barco com motor de rabeta: *... "mal deu para passar da Tapera para cá...nem a rabeta passava...teve que puxar o barco pela corda...o rio secou de pouco, mudou tudo, de um jeito que a gente não entende nada...e a carreira agora é toda por Alagoas...você segue a carreira que leva os balseiros, por aquela quebrada de areia, em Alagoas...chegando naquele mato mais por baixo, rompe para Sergipe, por riba daquela outra croa, cheia de mato por cima...tem de cuidar, pois a croa vai, por debaixo d'água, quase até Sergipe e tem uma ruma de pau afundado"...* E assim foi.

De volta a Luzitânia, levantamos o ferro e seguimos a carreira d'água que arrastava os balseiros, indo dar por Alagoas, numa zona completamente devastada pela erosão. Da mesma forma que antes o rio devorava a região abaixo de Propriá - a Codevasf construiu alguns molhes/espigões com pedras de enrocamento -, hoje temos o mesmo processo na margem alagoana. Vimos ainda, numa pequena entrada, uma draga engajada em trabalho de bombeamento de areia - teria licença ambiental? Dragava o que, e com que objetivo? Mais abaixo, já contornando por baixo da grande croa no meio do rio, que estava reduzido a um enorme espriado, seguimos por um pequeno canal, que a separava de outro grupo de croas, ainda mais consolidado - com vegetação firmemente fixada, paus, destroços - em direção ao dique da Codevasf. Ainda roçamos com o leme um pouco da croa inferior, mas conseguimos passar.

A noite já chegava, quando fundeamos a Luzitânia logo acima de uma grande bomba de irrigação, montada em um flutuante, já em um trecho de Sergipe onde há uma mata ciliar muito degradada. Várias pessoas pescavam. Demos por encerrada a navegação daquele dia, longo, cheio de acontecimentos, às 17h55min.

12º. dia (23 de abril - quarta)

Das Proximidades do Dique da Codevasf, abaixo de Propriá, SE a Brejo Grande, SE

Tão logo o dia raiou, começamos os preparativos para a partida. Ainda tínhamos um trecho de difícil passagem, que era o largo do Morro Vermelho até a Bomba, logo abaixo do Xinaré, e acima da fazenda Mãe Natureza, na Saúde (Santana do São Francisco, SE). Às 05h44min o ferro foi levantado e começamos nossa navegação derradeira. Seguíamos a carreira por Sergipe.

Ainda antes da virada do rio, na Tapera topamos outra croa, submersa, que, nas condições atuais mal permitia a passagem por um estreito canal colado a Sergipe. Tive que descer da canoa, para dar um tranco, puxá-la por alguns metros e colocá-la no canal, mas foi tudo rápido.

Logo após a virada da Tapera, nos colamos na margem alagoana, até abaixo do Morro Vermelho. A visão que tínhamos de todo o largo era ainda muito pior do que na subida. Com o rio completamente seco, eram visíveis dezenas de paus fincados, galhas, cabeças de areia, numa imagem mais do que lamentável. Por alguns minutos ficamos na dúvida da melhor opção a tomar. Nestas condições, a carreira que havíamos tomado na subida, por Alagoas, já no limite, deveria estar sem possibilidade de navegação. Todo o meio do rio estava fechado por areia, destroços. Partimos então em busca de passagem colados na margem sergipana, que também está sofrendo um violento processo erosivo. A quantidade de paus e árvores derrubados junto a terra é impressionante. Também impressionante é a quantidade de pedaços de árvores espalhados por todo o rio. Este trecho é delicado, pois muito provavelmente há muita coisa submersa que escapa mesmo a observadores experientes e atentos.

No través do Xinaré, conseguimos uma passagem para Alagoas, pois mais abaixo, por Sergipe, o rio se fechava. Na margem alagoana prosseguimos agora por carreira conhecida até o próximo largo, já no través da fazenda

Mãe Natureza. Toda a zona a cerca de não mais de 100 metros da margem sergipana, da fazenda até abaixo do povoado da Saúde está completamente assoreada, com muita vegetação aquática, sendo impossível a navegação para embarcações de porte pouco acima de pequeno, ou com calado acima de 0,40 cm.

Seguimos pela carreira de Sergipe, até acima do Carrapicho, sempre colados a ilha do Aurélio, já pensando na passagem sob a rede elétrica. Justamente com o rio seco, a croa que está exatamente alinhada com os cabos da rede de alta tensão, partindo da ilha, e em direção o Carrapicho, estava muito rasa. Ainda assim conseguimos passar. Na margem oposta há uma série de pedras, deixando apenas uma estreita passagem para embarcações de maior calado pelo centro do rio. No caso da Luzitânia há a altura dos mastros. Nesta passagem cruzamos com Baixinho, da lancha Luz do Dia, que foi um dos participantes, na mesma lancha, do resgate da Luzitânia⁴² no sertão, em 2005.

Com tantas manobras, a preocupação era com a gasolina restante no tanque para o término da viagem. Pelo conhecimento preciso do consumo do motor, o volume disponível era suficiente, porém o vento começava a soprar da costa, pela proa, e nesta condição o motor seria forçado e consumiria mais um pouco. Deixamos como alternativa para parada a Ilha das Flores, onde há um posto de gasolina próximo ao porto.

A partir da Passagem, e passando por Neópolis, a viagem prosseguiu de forma rotineira. No morro do Aracaré atravessamos para a Ponta Mofina, em Alagoas, e de lá cortando pelas ilhas, para o Serrão, Bolívar, e finalmente a Ilha das Flores. Em frente a esta, na ilha do Gondim, ainda que perto de Brejo Grande, fundeamos a canoa, e rapidamente foi-se a terra adquirir um pouco mais de gasolina – por medida de segurança - que não foi utilizada, finalmente. Foi uma parada rápida, de pouco mais de meia hora. Logo em seguida a partida para Brejo Grande, ainda almoçamos, e, no início da tarde a Luzitânia estava atracada em seu porto-base de Brejo Grande.

Todo o equipamento foi descarregado e levado para a sede, a tripulação desmobilizada, sendo que a arrumação final da canoa foi transferida para o dia seguinte, pois tínhamos que medicar Daiane, que apesar de estar bem, deveria ter os devidos cuidados médicos.

Fechava-se então, uma das viagens mais difíceis já feitas ao longo destes onze anos de navegação no Baixo São Francisco.

Nota- Veja ainda os anexos onde serão encontradas informações complementares sobre a viagem (tabelas, imagens, vídeo, etc.)

4. Conclusão

Antes de prosseguir, é importante que fique claro que todos os pontos de vista aqui colocados são de pessoas comuns, que observam o que se passa a sua volta, procurando, da melhor forma possível perceber a interação entre todos os elementos que formam um lugar, sejam vivos, não vivos, objetivos e subjetivos, visíveis e não visíveis, porém perceptíveis. Desta forma pode-se muito bem acompanhar os processos de mudanças, para melhor ou para pior - o bom senso e a experiência ainda têm serventia – de forma inegavelmente profunda e válida. Tais pontos de vista podem e devem ter peso em decisões que afetam nossas vidas. Um lugar e todo o conjunto dos elementos que o formam não podem, de forma alguma, ser traduzidos apenas por planilhas repletas de números, estatísticas, coeficientes e gráficos. Sem problema algum, a associação das mais diversas formas de observação e interpretação do espaço que nos cerca é positiva: objetivo e subjetivo podem se juntar.

No caso específico deste lugar – e o caso do Baixo São Francisco não é único -, em momento algum o patrimônio afetivo, o bem estar de se morar em um lugar bom, bonito, com suas paisagens e seus efeitos profundamente enraizados nas vidas de seus moradores, em momento algum, repetimos, tal patrimônio sofreu o devido reconhecimento – trata-se sim, de algo real, ainda que intangível – de sua legitimidade e a valorização. Poder viver bem em seu lugar, do seu jeito, liberto, tem preço incalculável, que as tais mitigações, indenizações, compensações - ou qualquer que seja o nome dado a esta falsa moeda de troca – jamais poderão cobrir. Por esta razão a abordagem deste documento não poderia ter outro formato.

É perfeitamente clara, para as populações moradoras das margens nos Baixo São Francisco, a gravidade dos impactos causados pelas operações das barragens, e a piora após a redução da vazão à jusante de Xingó para os 1.100 m³/s⁴³ entre janeiro e abril de 2008. Tivemos um agravamento de uma situação já muito ruim, que há anos vem sendo denunciada. Mesmos os 1.300 m³/s, em época de vazões maiores, são visivelmente

⁴² Ver apresentação do Projeto Canoa de Tolda.

⁴³ Talvez o único aspecto positivo desta manobra recente, foi justamente expor completamente a real situação do Baixo São Francisco.

insuficientes para a navegação e tantas outras atividades que fazem parte do cotidiano da margem.

O lugar onde vivemos está pior, cada vez pior, tudo cada vez mais rápido e não vemos atitudes positivas que seriam demonstradas nas políticas públicas para a região. O quadro que já era preocupante até dezembro de 2007 agora se mostra sem solução em curto prazo, a não ser o aceleração do processo de degradação. Não temos, até o momento, notícia de nenhuma iniciativa, vinda dos responsáveis e promotores da situação, que busque imediata e urgente reparação: tanto para o rio como para com as pessoas que aqui moram.

No entanto o governo federal, através de seus organismos e empresas (já citados na introdução deste documento), que por sua vez, apoiados unicamente em pareceres de seus técnicos para cá enviados⁴⁴, ou em visões a partir de sobrevôos de helicóptero⁴⁵, insiste em ações que não contribuem para a melhoria da realidade local.

O simples direito inalienável de ir e vir, pelo rio, se encontra ameaçado em curto prazo, pelo comprometimento, próximo do irreversível, da navegabilidade de grande parte do trecho baixo do São Francisco⁴⁶. Os grandes e inúmeros bancos de areia, cada vez mais fixados tanto pela proliferação de plantas aquáticas, favorecidas pela eutroficação, como também - nas áreas em seco - com o crescimento e alastramento de vegetação se transformam em ilhas. Este processo tem a contribuição do acúmulo de destroços (paus, troncos, cascalhos) encalhados - comuns nos períodos de trovoadas, porém, nas épocas das cheias, arrastados pelas altas vazões. Temos milhares de metros cúbicos de areia e detritos na calha do rio, que a cada dia não param de aumentar.

A cunha salina⁴⁷, gradativamente tem seu avanço registrado em localidades já mais afastadas da foz. Diversas comunidades da região enfrentam problemas constantes de abastecimento de água potável (Saramem, Resina, Capivara no município de Brejo Grande, SE, e Pixaim e Potengy, em Piaçabuçu, AL). Segundo observações recentes, a salinidade da água já alcançaria níveis considerados altos, já próximo da ilha da Fitinha, pouco abaixo da cidade de Piaçabuçu, AL.

Na região do povoado Cabeço, na ilha do Arambipe, em Brejo Grande, SE, registra-se o acelerado recuo da linha costeira, com o mar já próximo do derradeiro local das casas remanescentes. Também nas localidades do Gato Preto e Saramem, igualmente em Brejo Grande, o impacto das ondas promove o recuo da margem do rio.

A grande maioria da população se encontra atônita, desesperançada e ao mesmo tempo revoltada pela forma como são feitas as manobras de operação das barragens, a soltura ou represamento das águas do São Francisco. São comunidades que ainda permanecem marginais aos processos de decisão sobre um elemento que é, sempre foi, a linha básica de suas vidas. Deve ser considerado - qualquer observador mediano pode assim perceber - que os conflitos irão doravante se intensificar no Baixo São Francisco, a exemplo do que ocorre na região das obras da transposição.

Um ponto já levantado insistentemente pela Sociedade Canoa de Tolda - sendo a ponta da profunda raiz de todos os problemas - é a forma como o governo federal vê, entende e acha que o rio São Francisco deve ser aproveitado. Ainda que os "usos múltiplos" sejam constantemente postulados pelo governo federal, através de suas entidades, organismos e empresas, como demonstramos em nosso Ofício Circular CT - 017/07 - 24.12.2007 **A Redução da Vazão no Sub-Médio e No Baixo São Francisco**, em todos os principais pronunciamentos, apenas a produção de energia elétrica era e permanece sendo o mote. É ignorado, não se entende o porque, o conhecimento da existência de vida humana, animal, vegetal e interações entre seres vivos, sejam os ditos inferiores e superiores, nos diversos ecossistemas ainda existentes no Baixo São Francisco.

Somos insistentemente obrigados a conviver com declarações, sempre presentes na mídia, como ...*"a demanda de energia tem de ser atendida...pois o desenvolvimento...pois a produção de automóveis...pois a produção de commodities...pois o agronegócio"*... Em momento algum vemos a menor menção, vinda de cima, daqueles que decidem por nós, de um mínimo de coerência e de respeito ao futuro de nossas gerações, de que a tal demanda

⁴⁴ Solicitamos a ANA - Agência Nacional de Águas, através de nosso ofício CT-023/08 de 24.04.2008, copia do relatório dos técnicos do órgão que estiveram no Baixo São Francisco recentemente, para a avaliação da situação. Até a data de fechamento deste relatório não recebemos qualquer documento. Os relatórios 001/2008/SOF-ANA e 005/2008/SOF/SUM foram obtidos na internet, após envio de correio eletrônico da ANA, em 12 de maio de 2008.

⁴⁵ Solicitamos a SOC - Superintendência de Operações e Contratos da CHESF, através do Ofício CT-009/08 de 04.02.2008, com o objetivo de tentativa de compreensão de como se constroem as avaliações daquela entidade, a participação em sobrevôo a bordo de seu helicóptero no Baixo São Francisco. Até o momento não recebemos qualquer resposta positiva. A alegação é de que a aeronave está constantemente com sua capacidade completa.

⁴⁶ Nos planos de desenvolvimento estabelecidos pelo governo federal, ao ser tratada a recuperação da Hidrovia do São Francisco, não há qualquer menção ao Baixo São Francisco. Oficialmente a navegação na região é desconsiderada. Durante a 11ª. Plenária do Comitê da Bacia do São Francisco, durante a mesa redonda sobre as Baixas Vazões, os representantes da CHESF, ANA e ONS deixaram muito claro que a navegação no Baixo São Francisco não faz parte do elenco de condicionantes para as operações das barragens.

⁴⁷ A UFAL, com a participação dos professores Arno Marshmann e Paulo Peter, executa, a serviço da CHESF, um projeto de monitoramento mensal da cunha salina. Tanto o projeto como os dados nunca foram divulgados à população do Baixo São Francisco. A Sociedade Canoa de Tolda solicitou cópia dos inúmeros relatórios através do ofício CT-024/08 de 24.04.2008.

deveria estar ferreamente vinculada, limitada, por uma oferta máxima também solidamente atracada a parâmetros de sustentabilidade. A demanda desenfreada, por essa energia tão cara a políticas públicas inadequadas para nossa região e pressões do capital, está aumentando, também de forma desenfreada o passivo sócio ambiental de nosso lugar. Passivo este que é oficialmente ignorado pelo governo federal e seus atores por ele designado para o rio São Francisco.

Perdura até o momento, sem perspectiva de melhoria – os acontecimentos recentes nos dão todo o direito a esta suposição negativa –, a inexistência de diálogo adequado, a busca por uma forma de convivência respeitosa e compartilhamento de decisões por parte dos gestores e tomadores de decisões quanto às manobras e ações⁴⁸ que modificam o rio, como:

- a) **a CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco** – Em mais de 50 (cinquenta) anos de operação no São Francisco, sequer tem um escritório na região para atendimento aos cidadãos locais e melhor conhecimento e entendimento de suas aspirações; não disponibiliza um telefone de comunicações gratuitas para contato direto, reclamações, e, por que não, até mesmo elogios, sugestões; não possui uma indispensável ouvidoria, onde os cidadãos diretamente atingidos por suas ações tenham a possibilidade de manifestação livre, a qualquer momento; não destaca, de forma permanente a presença de funcionários dedicados exclusivamente ao contato e conhecimento de como são e vivem as pessoas na região. A empresa, de forma incompreensível, não favorece em sua estrutura uma verdadeira Diretoria de Meio Ambiente: o DMA é um Departamento de Meio Ambiente que não atende às necessidades proporcionais ao impacto ambiental causado pelo sistema de barragens. Também não há uma estrutura, no nível da diretoria, que atenda às implicações sociais provocadas pelas operações das usinas. O único canal de acesso gratuito é um telefone 0800, destinado unicamente a denúncias de práticas que comprometam o patrimônio físico da empresa. O contato mais próximo, visível, da empresa com os moradores ao longo da região se resume aos sobrevôos com seu helicóptero⁴⁹. A empresa insiste que a ela não compete o ônus da divulgação pontual das manobras de operação das barragens, e da preparação da população para eventos emergenciais⁵⁰.
- b) **a ANA – Agência Nacional de Águas** – Apesar de traçar as diretrizes de como o rio deve ou não ser - a partir de análises cujo teor são desconhecidos⁵¹ pela grande maioria dos ribeirinhos e sequer são discutidos pela população de nossa região trata-se de um órgão do governo completamente desconhecido pela grande maioria da população ribeirinha. Como a CHESF, não dispõe de ponto de referencia físico na região, de um telefone de acesso gratuito, de gente dedicada ao conhecimento e contato permanente do que aqui se passa. Seus relatórios ANA 001/2008/SOF-ANA e 005/2008/SOF/SUM com o foco na questão das baixas vazões mostram a não relevância das atividades diárias das populações locais.
- c) **o ONS – Operador Nacional do Sistema** - Da mesma forma que a ANA, o ONS tem função de peso nas decisões sobre as operações do sistema de barragens. E, talvez mais que a própria ANA, é um órgão ainda mais invisível. Todas as observações elencadas no item b acima, com exceção dos relatórios da ANA aqui também cabem.
- d) **o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente** – A autorização do IBAMA para a redução da vazão nos quatro meses passados foi tudo o que o governo federal procurava para aumentar ainda mais o descrédito e a rejeição da população local para com a instituição. A presença do órgão - cujo objetivo primeiro é a fiscalização e a defesa de nosso patrimônio natural - que já é rara e desgastada na região,

⁴⁸ As ações que artificializaram o São Francisco, eliminando ciclos e anúncios naturais, trocando espaços temporais de dias, semanas, para algumas horas, nem ao menos contemplam em seus projetos a questão da comunicação antecipada, generalizada e profunda com as populações ribeirinhas.

⁴⁹ Em cerca de mais de 10 anos de atuação no Baixo São Francisco, tivemos um único encontro com uma lancha voadeira, baseada em Piranhas, durante a cheia de 2004. Isto ocorreu no través do Mato da Onça, município de Pão de Açúcar. Fizemos sinal para que parasse e viesse, com a equipe dos técnicos a bordo, a terra, para que discutisse com a comunidade sobre o que de fato ocorria. Não corresponderam: fomos obrigados a atravessar seu caminho com a lancha da Sociedade Canoas de Tolda, numa atitude aparentemente antipática de nossa parte, para parar a lancha e tentar alguma comunicação. Os técnicos a bordo visivelmente não apreciaram, e a contragosto nos deram alguns poucos minutos de atenção.

⁵⁰ É interessante notar que temos um exemplo, do TECARMO – Terminal de Carmópolis, da Petrobras, em Aracaju, que hoje se encontra em plena zona urbana. Pois coube a Petrobras a preparação de planos de evacuação dos bairros vizinhos, treinamento coma população, etc. A comunicação sobre aumento ou diminuição de vazões se restringe a faxes, muitas vezes a poucos dias das mudanças operacionais, para as prefeituras, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, algumas rádios, e outros pontos de contato. Não ocorre a comunicação de fato a toda a população da margem. A prova está nos encalhes que a canoa Luzitânia sofreu nos dias 22 e 23 passados, pois, como tantos navegantes da região, estávamos em viagem e não tivemos qualquer comunicação. Para tal tipo de ação não conhecemos que tenha sido engajada alguma vez as aeronaves e/ou embarcações da CHESF.

⁵¹ Há a eterna justificativa – comum aos diversos órgãos públicos - de que as informações se encontram disponibilizadas nas respectivas páginas da internet.

após a edição da licença para a operação da vazão de 1.100 m³/s, com certeza será ainda mais questionada. Não se tem conhecimento de que os autores dos pareceres tenham vindo antes de janeiro de 2008 a nossa região, e que, de forma ativa, tranqüila⁵², tenham discutido profundamente a situação com as populações locais. Jamais o relatório técnico que embasou os pareceres foi divulgado para nossas populações – que têm o direito nato de saber seu conteúdo e o processo de análise, com base em que se toma e se assina uma decisão com tamanho impacto. Não se tem também notícia de qualquer equipe (preferencialmente dos mesmos técnicos que assinaram a autorização, para que assistam ao quadro que permitiram ser desenhado) que tenha vindo recentemente, para avaliar como ficamos, perguntar o que achamos disso tudo.

Observamos ainda que:

- 1- Com a supressão das cheias naturais o Baixo São Francisco se encontra gravemente aterrado, conseqüência de erosão acelerada, em processo que não para de piorar, sem que vejamos qualquer eficiente política de estado para a busca de solução para tão grave problema.
- 2- A inexistência de canais com calado mínimo adequado, além de trazerem todas as implicações socioambientais bem conhecidas e todos os problemas de navegação já mencionados, aumenta o risco de calamidade em caso de cheia incontrolada. Esta é uma constatação que qualquer beiradeiro com um pouco mais de experiência, vendo o que se vê, chega de forma muito natural.
- 3- Com a situação de assoreamento generalizado em todo o Baixo, verifica-se que mesmo a vazão de 1.300 m³/s (sobretudo após uma prolongada vazão ainda mais reduzida) não possibilita a navegação segura na região. Este patamar de vazão deveria ser revisto, sobretudo para as épocas do período úmido, quando devem ocorrer as cheias no Baixo São Francisco;
- 4- Não cabe a colocação de que caso não houvesse barragens a situação seria pior⁵³, sabendo todos nós, pela maioria esmagadora de todos os depoimentos da população da margem de que "o rio ficava seco, mas não era aterrado, a gente tinha as carreiras para o movimento na margem"...
- 5- Há um plano nacional de previsão de cheias⁵⁴, que até o momento não foi apresentado, discutido, e devidamente construído com as populações do Baixo São Francisco;
- 6- Dentre as inúmeras condicionantes e restrições para as manobras de operação das barragens, para o Baixo São Francisco, não consta a questão da navegação⁵⁵ na região;
- 7- Vivemos a situação de que a UHE de Xingó opera a partir de um EIA/RIMA editado em 1993, quando a barragem estava praticamente prestes a operar;
- 8- O EIA/RIMA da UHE de Xingó estabelece que a zona de influencia direta da operação da barragem se estende apenas até pouco abaixo de Piranhas Velha, desconsiderando os graves impactos socioambientais em todo o Baixo São Francisco;

E assim, desta forma, os recursos hídricos do rio São Francisco vão sendo geridos. E assim, desta forma, caminhamos todos nós para um futuro muito incerto com grande possibilidade de tempos muito mais difíceis.

Todos os conflitos pelo uso da água estabelecidos no Baixo São Francisco são, em sua maioria, conseqüência das políticas de estado para a região. E, o pleito generalizado das populações ribeirinhas pode ser resumido, de forma simples, em "mais água para o Baixo São Francisco".

Naturalmente ocorrerão reações contrárias. Mas, o argumento de que o "aumento da vazão comprometeria a produção de energia e que sua demanda deve ser atendida ou teremos um colapso energético" não poderá ser aceito. O Baixo São Francisco, após mais um período de insustentável oferta de recurso hídrico, já aumentou seu saldo – que não é pequeno – de subvenção, com toda a sorte de prejuízos, a um modelo econômico sem coerência com o bem estar de nossas populações.

⁵² Decisões como estas jamais respeitam o tempo das populações locais. Há sempre a vitória da pressão dos imperativos da "demanda".


⁵³ Durante a 11ª. Plenária do Comitê da Bacia do São Francisco houve a menção, durante a mesa redonda sobre baixas vazões – após a exposição da Canoa de Tolda sobre a situação na região, com exibição de vídeo e imagens deste documento - de que mesmo sem as barragens a canoa teria encailhado em um período de tão baixa precipitação.

⁵⁴ Tivemos esta informação durante a mesa redonda na 11ª. Plenária do Comitê da Bacia do São Francisco, através da palestra do representante do ONS.

⁵⁵ Idem a nota no. 55.

Páginas
CANCELADO
AGB Peixe Vivo

Brejo Grande, 30 de abril de 2008



Carlos Eduardo Ribeiro Junior
Presidente

Canoa de Tolda – Sociedade Sócio Ambiental do Baixo São Francisco

Sede Sergipe - R. Jackson Figueiredo, 09 – Mercado Municipal
49995-000 Brejo Grande SE
Tel/Fax (79) 3366 1246

Alagoas – R. Mestre Francelino, 255 – Centro
57210-000 Piaçabuçu AL
Tel (82) 3552 1570

End. Eletrônico canoadetolda@canoadetolda.org.br e ygara@ygara.arq.br
Página Internet www.canoadetolda.org.br

Contatos:

Carlos Eduardo Ribeiro (presidente) – (79) 3366 1246 e (82) 3552 1570
Márcia Melo (vice-presidente) – (83) 3421 5299
Paulo Paes Andrade (secretário executivo) – (81) 3272 3166
Maria Roziana Barreto dos Santos (tesoureira) – (79) 3366 1423

Alto Sertão:

Antonio Felix Neto – netofelix@ig.com.br (82) 9969 5877 e (79) 3351 9002

Anexos



Anexo 1 - Tabela descritiva das condições observadas nos diversos trechos de navegação

Anexo 2 - Canoa Luzitânia - Informações gerais sobre operação e condições técnicas da embarcação

Anexo 3 - Divulgação da Iniciativa

Anexo 4 - Prejuízos materiais e financeiros da entidade

e CD contendo:

Anexo 5 - Apresentação em PowerPoint® da viagem com a canoa Luzitânia ocorrida entre 12 e 23 de abril de 2008

Anexo 6 - Mini vídeo com imagens colhidas durante a viagem (duração 5 minutos)

Anexo 1



Tabela descritiva das condições observadas nos diversos trechos de navegação

Na tabela abaixo temos a condensação das observações obtidas em cada trecho navegado, tanto na viagem de subida como na viagem de descida.

Trecho da Viagem 01	De: Brejo Grande, SE	A: Ilha do Gondim, porto de S. Zé Moré, través do Bongue, Ilha das Flores, SE.
Tempo real gasto: 02 04 min.	Partida: 16h33min	Chegada: 18h29min
Paradas no percurso:	Tempo de paralisação:	Propulsão utilizada: velas
Condições de navegação no trecho: razoável, com atenção	Quadro de assoreamento: pontual, porém crescente	Quadro de erosão: acelerada em ambas as margens e ilhas.
Quadro mata ciliar Sergipe: precário, com faixas estreitas de matas em alguns pontos, que não atendem à legislação que regulamenta tais áreas da União.	Quadro mata ciliar Alagoas: completamente degradada, com intensa utilização dos terrenos da União para atividades como plantio de cana de açúcar, pastagens, etc.	Quadro geral antes de janeiro de 2008 e após 23 de abril 2008: aceleração do processo erosivo.
Trecho da Viagem 02	De: Ilha do Gondim, porto de S. Zé Moré, través do Bongue, Ilha das Flores, SE.	A: Croa ao largo do Xinaré, Penedo, AL
Tempo real gasto: 08 24 min.	Partida: 08h36min	Chegada: 16h30min
Paradas no percurso: não houve	Tempo de paralisação:	Propulsão utilizada: velas
Condições de navegação no trecho: razoável porém com muitas restrições e com toda atenção indispensável. É possível navegação noturna com perfeito conhecimento local apenas até a Saúde.	Quadro de assoreamento: pontual, porém crescente até a Saúde. Generalizado no largo entre a Bomba (SE) e o Morro Vermelho (AL).	Quadro de erosão: acelerada em ambas as margens e ilhas. Em estado mais grave na margem alagoana mais próxima da fazenda Mãe Natureza, e na margem sergipana abaixo do Morro Vermelho e o Xinaré.
Quadro mata ciliar Sergipe: muito precário, com grandes faixas desmatadas e outras faixas estreitas de matas em alguns pontos, que não atendem à legislação que regulamenta tais áreas da União.	Quadro mata ciliar Alagoas: completamente degradada, com intensa utilização dos terrenos da União para atividades como plantio de cana de açúcar, pastagens, etc.	Quadro geral antes de janeiro de 2008 e após 23 de abril 2008: aumento visível da erosão, do assoreamento e encalhe de destroços no trecho.
Trecho da Viagem 03	De: Croa ao largo do Xinaré, Penedo, AL	A: Povoado Tibiri (São Brás), AL
Tempo real gasto: 09 37	Partida: 08h33min	Chegada: 18h40min

min.		
Paradas no percurso: encalhe em croa abaixo do dique da Codevasf, Propriá, SE	Tempo de paralisação: cerca de 30 minutos	Propulsão utilizada: velas
Condições de navegação no trecho: difícil, sobretudo no trecho abaixo da ponte de Propriá, e entre a praia da adutora e o Porto Real do Colégio. Navegação noturna muito delicada. Inúmeros destroços encalhados de difícil visibilidade.	Quadro de assoreamento: generalizado, com vegetação crescendo e fixando os bancos de areia. Abaixo de Propriá e acima do Porto Real do Colégio a situação é extremamente grave.	Quadro de erosão: acelerada em ambas as margens e ilhas. Em estado mais grave na margem alagoana.
Quadro mata ciliar Sergipe: muito precário, com faixas estreitas de matas em alguns pontos, que não atendem à legislação, ocupações irregulares, desmatamento.	Quadro mata ciliar Alagoas: completamente degradada, com intensa utilização dos terrenos da União para atividades como plantio de cana de açúcar, etc.	Quadro geral antes de janeiro de 2008 e após 23 de abril 2008: aumento visível da erosão, do assoreamento e encalhe de destroços no trecho. Mudança acelerada dos canais de navegação.
Trecho da Viagem 04	De: Povoado Tibiri (São Brás), AL	A: Localidade do Bode (Traipu, AL)
Tempo real gasto: 07 55 min.	Partida: 09h45min	Chegada: 17h40min
Paradas no percurso:	Tempo de paralisação:	Propulsão utilizada: velas
Condições de navegação no trecho: difícil, sobretudo no trecho entre o Tibiri e a entrada do canal (impraticável) de São Brás e entre o morro do Gaia e a localidade do Bode (AL).	Quadro de assoreamento: generalizado, com vegetação crescendo e fixando os bancos de areia.	Quadro de erosão: acelerada em ambas as margens e ilhas. Em estado mais grave na margem alagoana, sobretudo em toda a margem ao longo do povoado Munguengue (Traipu, AL).
Quadro mata ciliar Sergipe: muito precário, com faixas estreitas - ainda mais esparsas - de matas em alguns pontos, que não atendem à legislação, ocupações irregulares, desmatamento intenso.	Quadro mata ciliar Alagoas: semelhante ao de Sergipe	Quadro geral antes de janeiro de 2008 e após 23 de abril 2008: agravamento da erosão, do assoreamento da presença de destroços no trecho. Os canais mudaram e se aterraram.
Trecho da Viagem 05	De: Localidade do Bode (Traipu, AL)	A: Barra do Ipanema (Belomonte, AL)
Tempo real gasto: 07 55 min.	Partida: 08h55min	Chegada: 18h30min
Paradas no percurso:	Tempo de paralisação:	Propulsão utilizada: velas
Condições de navegação no trecho: muito difícil, sobretudo nos trechos entre a Lagoa Funda e Traipu, e em seguida, a partir da Lagoa	Quadro de assoreamento: generalizado, com vegetação crescendo e fixando os bancos de areia.	Quadro de erosão: acelerada em ambas as margens e ilhas.

Primeira até a Barra do Ipanema. Navegação noturna apenas com perfeito conhecimento local.		
Quadro mata ciliar Sergipe: praticamente inexistente. Inúmeras áreas desmatadas e queimadas.	Quadro mata ciliar Alagoas: semelhante ao de Sergipe	Quadro geral antes de janeiro de 2008 e após 23 de abril 2008: agravamento da erosão, do assoreamento e da presença de destroços no trecho. Mudança e aterramento dos canais de navegação.
Trecho da Viagem 06	De: Barra do Ipanema (Belomonte, AL)	A: Mato da Onça (Pão de Açúcar, AL)
Tempo real gasto: 07 41 min.	Partida: 09h17min	Chegada: 16h58min
Paradas no percurso:	Tempo de paralisação:	Propulsão utilizada: velas
Condições de navegação no trecho: muito difícil, sobretudo no trecho até a Julia (SE), e entre Belomonte e a extremidade mais baixa da Ilha de São Pedro. Navegação noturna muito delicada, apenas para embarcações de pequeno calado e perfeito conhecimento local.	Quadro de assoreamento: generalizado, com vegetação crescendo e fixando os bancos de areia.	Quadro de erosão: acelerada e generalizada em ambas as margens.
Quadro mata ciliar Sergipe: completamente degradado, com faixas estreitas - ainda mais esparsas - de matas em alguns pontos, que não atendem à legislação, ocupações irregulares, desmatamento.	Quadro mata ciliar Alagoas: semelhante ao de Sergipe	Quadro geral antes de janeiro de 2008 e após 23 de abril 2008: houve agravamento da erosão, do assoreamento da presença de destroços no trecho. Mudança e aterramento dos canais de navegação.
Trecho da Viagem 07	De: Pão de Açúcar, AL	A: Proximidades do Dique da Codevasf, abaixo de Propriá, SE
Tempo real gasto: 11 50 min.	Partida: 00h10min	Chegada: 17h55min
Paradas no percurso: 3 enclaves	Tempo de paralisação:	Propulsão utilizada: motor
Condições de navegação no trecho: muito difícil, com modificação (desaparecimento e/ou aterramento radical das vias navegáveis antes utilizadas. Navegação noturna delicada e apenas com perfeito conhecimento local, sobretudo entre a da Borda da Mata e a praia da Adutora (margem sergipana).	Quadro de assoreamento: generalizado, ainda mais visível, com vegetação crescendo e fixando os bancos de areia.	Quadro de erosão: acelerada em ambas as margens. Em estado mais grave na margem alagoana.



<p>Quadro mata ciliar Sergipe: completamente degradado, com faixas estreitas - ainda mais esparsas - de matas em alguns pontos, que não atendem à legislação, ocupações irregulares, desmatamento.</p>	<p>Quadro mata ciliar Alagoas: semelhante ao de Sergipe</p>	<p>Quadro geral antes de janeiro de 2008 e após 23 de abril 2008: houve agravamento da erosão, do assoreamento da presença de destroços no trecho. Nos trechos entre o Jacarezinho e Belomonte (AL); e até</p>
<p>Trecho da Viagem 08</p>	<p>De: Proximidades do Dique da Codevasf, abaixo de Propriá, SE</p>	<p>A: Brejo Grande, SE</p>
<p>Tempo real gasto: 07 41 min.</p>	<p>Partida: 05h44min</p>	<p>Chegada: 12h59min</p>
<p>Paradas no percurso: abastecimento na Ilha das Flores</p>	<p>Tempo de paralisação: 40 min.</p>	<p>Propulsão utilizada: motor</p>
<p>Condições de navegação no trecho: muito difícil na região do Morro Vermelho até acima da fazenda Mãe Natureza, na Saúde, SE.</p>	<p>Quadro de assoreamento: generalizado, com vegetação crescendo e fixando os bancos de areia, muitos paus fincados e submersos.</p>	<p>Quadro de erosão: acelerada em ambas as margens. Em estado mais grave na margem alagoana.</p>
<p>Quadro mata ciliar Sergipe: completamente degradado, com faixas estreitas - ainda mais esparsas - de matas em alguns pontos, que não atendem à legislação, ocupações irregulares, desmatamento.</p>	<p>Quadro mata ciliar Alagoas: semelhante ao de Sergipe</p>	<p>Quadro geral antes de janeiro de 2008 e após 23 de abril 2008: Houve agravamento da erosão, do assoreamento da presença de destroços no trecho.</p>

Nota: nos quadros de comparação entre o final de 2007 e final de abril de 2008, há diferenças nas observações ocorridas em trechos aparentemente semelhantes, porém, percorridos em carreiras distintas nas viagens de subida e de descida.



A2 Canoa Luzitânia – Informações gerais sobre operação e condições técnicas da embarcação

A2.1 Condições Gerais da Embarcação

Em todo o percurso, subindo e descendo o rio, a embarcação não apresentou maiores problemas técnicos. As duas correntes que sustentam as vergas, e que ofereceram problemas na viagem anterior foram substituídas, e funcionaram com todo o sucesso.

A pintura da embarcação (na verdade realizada em maio/junho de 2006, quando houve o problema de relacionamento com a prefeitura de Brejo Grande⁵⁶) teve alguns retoques realizados na fase de preparação para a viagem, e necessitará ser refeita no início de 2008. A embarcação apresenta diversos arranhões (que em sua maioria não comprometem esteticamente ou em sua conservação) na pintura, provocados, sobretudo por impactos com embarcações de pessoas das comunidades que acostavam. Apesar das defensas (em pneus), e de nosso maior cuidado e orientação para as tripulações, ainda assim a Luzitânia sofreu estes pequenos danos⁵⁷. Em poucos pontos ocorreram "feridas" mais profundas, onde a camada de resina foi removida. Nestes locais, por ocasião da docagem prevista no início de 2008, o adesivo epóxi será replicado sem maiores problemas.

A pintura (antiincrustante) do fundo deve ser refeita com urgência, pois mesmo tendo sido feita uma aplicação antes da viagem, os diversos encalhes a removeram completamente. Está sendo prevista docagem em calços nos próximos dias para esta operação – em Piaçabuçu, AL.

Com relação aos panos, tendo-se em conta de sua fragilidade⁵⁸, não ocorreram quaisquer danos ou por desgaste ou alguma manobra indevida. A cada parada eram cobertos para sua proteção contra o desgaste provocado pelos raios solares. Em apenas um local de cerca de 30 mm de comprimento, tivemos uma costura aberta, provocada por um rompimento da linha.

Sentiu-se grande necessidade de mais cabos de 14 e 16 mm a bordo, para manobras de fundeio. No total, cerca de 100 m de cada bitola. Também as adriças das vergas, em 12 mm, mereciam sua substituição por outras de 14 mm, para maior conforto de operação.

A cana de leme longa, de rio acima, foi modificada antes da viagem, após as recomendações apresentadas no relatório da 1ª. Missão ao Sertão.

As cunhas do mastro de proa também foram substituídas, e o comportamento da mastreação foi impecável.

Os cabos de controle das tábuas de bolinas foram substituídos por cabos com 14 mm, e foram instalados tarugos (pinos) na sobre beira, próximos às argolas de fixação dos aparelhos de comando do leme, para facilitar a manobra com as bolinas proporcionando melhor operação dos aparatos.

Foram feitas as extensões do toldão, entre este e tolda da proa, e entre a lona que cobre o convés de popa. O objetivo foi substituir as lonas plásticas provisórias, já deterioradas, mantendo a canoa sempre sombreada e protegida da água da chuva.

Ainda se faz necessário mais um ferro leve, almirantado, com cerca de 700 mm de comprimento, barras de 1", para fazer par ao ferro leve já existente.

A ferragem do toco – escota do traquete de proa – foi modificada, para permitir o giro da argola que fixa o moitão. Funcionou perfeitamente.

Deve ser lembrado que as vergas deverão ser substituídas por outras mais finas e mais leves. As atuais, em golandim, são pesadas. Já temos um par de vergas, em folha larga, vindo de uma serraria de Arapiraca, AL.

⁵⁶ Ver a apresentação do Projeto Canoa de Tolda, onde a questão é bem descrita.

⁵⁷ Tradicionalmente, pela rusticidade das embarcações tradicionais, não há grande cuidado com a questão de impactos e mesmo a manutenção – com raras exceções – de condições cosméticas. Apesar disso, pouco a pouco as pessoas ao longo das margens foram compreendendo o cuidado diferenciado que a canoa de tolda Luzitânia deve ter, a partir de agora.

⁵⁸ Temos uma embarcação cargueira – ainda que navegue leve atualmente – pesada, com cerca de seus 12.000 kg, movida por panos confeccionados com lonita de algodão, que sofrem tanto as ações do vento, como do sol e da chuva.



A2.2 Arranjo Interno da Embarcação

Nesta viagem a canoa Luzitânia já contou com melhorias em seu equipamento, como a inclusão em seu inventário, de dois bancos longos, que além de permitirem maior conforto – para trabalho e repouso -, favorecem a arrumação a bordo.

Permanece a necessidade da construção de um móvel/cozinha, em madeira, onde ficarão escamoteados o fogão de duas bocas e o botijão de gás. O tampo móvel terá utilidade como mesa e plano de trabalho.

Também deverão confeccionados caixões para acondicionamento de carga geral, proporcionando maior arrumação da mesma na embarcação. Sentiu-se a necessidade de engradados para o arranjo da carga no paiol da popa.

A necessidade da aquisição de um banheiro químico, com biodigestor é urgente.

A2.3 Energia a bordo

Não foi possível contar com energia auxiliar fornecida pelo painel solar, como na descida da primeira missão ao sertão, em outubro e novembro de 2007. Após o sucesso do teste com o painel solar a partir do Mato da Onça, fica claro que é fundamental a instalação de painéis leves, flexíveis de preferência, para alimentar um banco de baterias da ordem de 800 ampère/h. Este sistema elétrico possibilitará o uso do computador, comunicação, carga de baterias para aparelhos de filmagem, fotografia, impressora, etc. O uso dos painéis citados, sobre o toldão, não comprometerá o aspecto da canoa, pois são facilmente removíveis, além de poderem ser cobertos com outra lona similar.

A2.4 Comunicação

Não tivemos, desta vez, sistema de comunicação (Internet) a bordo, com conexão através das operadoras de telefonia celular (modem portátil). Este equipamento, já mencionado em relatórios anteriores, deve ser integrado ao sistema permanente de comunicação da Luzitânia, tanto por questões de segurança, como também para transmissão de dados e imagens sobre a situação no Baixo São Francisco, além da atualização de nossa página na Internet – proporcionando para quem acessar o sitio, o acompanhamento de nossas atividades.

A2.5 Segurança do patrimônio

Em momento algum, durante a navegação normal a canoa Luzitânia foi submetida a grandes riscos, a não ser os normais de uma navegação deste porte, e sob condições de ventos frescos. Todas as manobras eram bem antecipadas, sobretudo com os panos. Nesta navegação, tivemos ainda mais agilidade por parte da tripulação⁵⁹, que inclusive pode praticar – graças aos ventos mais brandos – e com toda a segurança, diversas manobras de passagem de panos, subida e descida dos mesmos, pilotagem, etc.

Porém, quando dos diversos encalhes, o risco imediato era a permanência da embarcação no local, com a possibilidade de posterior aterramento – no caso de impossibilidade de remoção da canoa – e danos a estrutura do casco. Todos os procedimentos efetuados para as manobras de livrar a embarcação dos bancos de areia obedeceram prioritariamente à proteção e manutenção da integridade da embarcação. Em todos os trechos de navegação difícil, tivemos tripulante na proa da embarcação com a responsabilidade exclusiva da observação do trecho a ser navegado.

Mais uma vez o uso de nossa lancha de apoio mostrou-se indispensável, garantindo muita rapidez em manobras de fundeio, lançamento de cabos, ferros, reboque da canoa, solicitação de socorro, etc.

Reiteramos que a Luzitânia, ainda que uma embarcação histórica de valor incalculável, não é coberta por qualquer seguro, o que exige dedicação e cuidados extremos.

⁵⁹ É interessante notar que a composição da tripulação nesta viagem era de 50% mulheres, e 50% homens. Uma das tripulantes estava em seu primeiro embarque. Todos participavam igualmente de todas as atividades e manobras, sem diferenças nas competências.

Anexo 3

A3 Divulgação da Iniciativa

A3.1 Contatos com as comunidades/divulgação

Através do informativo A Margem – Informativo do Baixo São Francisco e da Canoa de Tolda, rádios locais, mala direta via internet.

A3.2 Documentação da viagem

Foi realizada com fotografias digitais, além de mini-videos para disponibilização na página da Canoa de Tolda www.canoadetolda.org.br.

A3.3 Exibição de matéria na TV

A Sociedade Canoa de Tolda, graças a disponibilização de informações para as principais redes de televisão, proporciona ao público regional e nacional a possibilidade de veiculação de matérias sobre nossa região.



Anexo 4

**A4 Prejuízos materiais e financeiros da entidade**

Tanto os quatro meses com as vazões a 1.100 m³/s como a recente viagem de avaliação trouxeram prejuízos financeiros e materiais para a Sociedade Canoa de Tolda. No caso do período compreendido entre janeiro e abril passados, tivemos os principais impactos:

- a) O cancelamento, sem data de substituição, do Projeto Rota das Canoas®⁶⁰ - Navegações Tradicionais do Baixo São Francisco, de viagens com passageiros pagantes, ligados ao TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar, integrado a atividades com diversas comunidades;
- b) O cancelamento de eventos culturais, já tradicionais de exibição de filmes, pelo Projeto Cine Beira Rio® - Cinema Itinerante do Baixo São Francisco.
- c) Navegações de rotina tiveram que ser canceladas.

Com respeito à viagem de avaliação, tivemos os prejuízos abaixo:

- a) O dano total da pintura de fundo do casco da canoa, o que obrigará a nova operação de enalhe em Piaçabuçu, AL, significando um período de cerca de 05 (cinco) dias no mínimo com a embarcação no estaleiro, adicionando-se ainda dois dias para a manobra de transferência e retorno ao porto de Brejo Grande, SE. Incidirão no prejuízo: despesas com compra de tintas, rolos e trinças especiais para pintura, solventes, material de limpeza, lixas, combustível para deslocamentos, diárias de equipe engajada na operação, revisão do motor da lancha de apoio, que trabalhou em condições extremas, aspirando areia pelo sistema de refrigeração (o motor deverá ser levado para Aracaju, e para tanto há despesas de frete).

Nota: no início do ano, segundo convocação da ANA, via Comitê da Bacia do São Francisco, tivemos a instrução de encaminhar para a agência, ofício onde seriam listados os prejuízos provocados pela situação estabelecida, e valores para o devido ressarcimento. A Sociedade Canoa de Tolda enviou para o Sr. Joaquim Gondim, da ANA, com cópia para o CBHSF e diversas outras entidades o ofício CT-008/08 de 31 de janeiro de 2008 contendo o solicitado⁶¹.

⁶⁰ As viagens planejadas fazem parte do projeto Rota das Canoas® - Navegações Tradicionais do Baixo São Francisco, hoje em tramitação no Programa Monumenta/IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ver anexo – Rota das Canoas – Descritivo). O Projeto Rota das Canoas é destinado a manter a canoa de tolda Luzitânia, um dos mais significativos símbolos do patrimônio histórico naval e afetivo do Baixo São Francisco, restaurado de forma exemplar, ao longo de 10 (dez) anos de longa jornada. Nas condições do período de janeiro a abril a navegação no trecho acima de Penedo em condições mínimas de operação normal, com passageiros a bordo dentro de um regime de cumprimento de horários, etapas e outras programações, e lembrando que a canoa Luzitânia é um patrimônio único, de valor inestimável e impossível de ser protegido por seguro.

⁶¹ No dia 12 de maio recebemos da CHESF o ofício CE-SOC-029/2008 de 07 de maio de 2008, assinado pelo Sr. João Henrique Franklin Neto, onde consta que a empresa não poderá ressarcir os prejuízos pois a mesma não tem previsão de recursos para situações desta natureza.

CANCELADO

Ao CBHFS – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
a/c DIREC – Diretoria Colegiada do CBHSF
Rua da Aurora, n. 227 – Santa Luzia
CEP 57200-000 Penedo/AL



Objeto: requer a adesão ao Conflito de Uso relativo a navegação no baixo São Francisco, provocado pela Canoa de Tolda, através dos ofícios CT 16 e 17/2014.

Os cidadãos, empresas e entidades signatárias do presente ofício, na qualidade de usuários da Bacia do Rio São Francisco e conscientes da crise hídrica vivenciada no seu baixo curso, expõe e requerem o que segue.

Tomou-se conhecimento de que a Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco, Canoa de Tolda, provocou junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF – a instauração de conflito de uso em razão da impossibilidade de navegação no baixo São Francisco em decorrência da recente alteração no regime de operação das barragens de Xingó e Sobradinho.

Todos os signatários são usuários que dependem constantemente da navegação no baixo São Francisco e vêm sendo prejudicados diariamente pela situação em que se encontra o Rio.

São barqueiros que transportam passageiros diariamente entre as cidades de Penedo/AL e Neópolis/SE; Pescadores que tem enfrentado dificuldades maiores para o exercício de suas atividades;

Todos estes usuários vêm enfrentando maiores dificuldades e, por vezes, impossibilitados de exercer suas atividades adequadamente.

Além de todas circunstâncias já narrados pela Canoa de Tolda, acrescente-se o fato de já terem ocorrido dois encalhes das balsas que realizam a travessia entre Neópolis/SE e Penedo/AL.

Por concordarem com todos os termos dos Ofícios CT 16 e 17/2014 encaminhados pela Canoa de Tolda, requerem a adesão ao conflito de uso a ser instalado nos termos da Lei 9433/97.

Portanto, requer sejam adotadas as providências necessárias, no âmbito da competência administrativa do CBHSF para arbitrar conflito de uso, para equacionar o conflito instalado entre a redução

RECEBIDO

22/10/14
m

da vazão para garantia da operação ads barragens e a viabilidade da navegação no baixo São Francisco.



Penedo, 22 de Julho de 2014.



José Aderaldo Santos

José Aderaldo Santos

Associação de Transporte Aquaviário Penedo Neopolis e Santana do São Francisco

Travessa Fernando Peixoto n, 120, Penedo/AL

Wilson Bispo

Wilson Bispo

Colônia de Pesca Z-12 - Penedo

Av. Beira Rio, s/n (ao lado da marinha), Penedo/AL

CANCELADO

Ao

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
DIREC – Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
a/c do Ilmo. Sr. Presidente Anivaldo Miranda
Rua da Aurora, 227 – Santa Luzia
57200-000 Penedo AL

Páginas
nº 734

Ofício no. 03 – 21 de julho de 2014

Objeto: Manifesta prejuízos materiais provocados pelas condições de navegação na linha transversal Piaçabuçu – AL e Brejo Grande - SE

Prezado Senhor,

Em 4 de abril de 2014 a empresa de navegação fluvial Estrela Guia formalizou conflito de uso junto ao CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O Conflito de Uso foi denunciado pelo fato de que a redução de vazão autorizada pela ANA – Agência Nacional de Águas e IBAMA em 2013 veio agravar as precárias condições de navegação no Baixo São Francisco provocadas pela forma de operação das barragens.

Já em 2013, esta empresa também encaminhou ao Comitê do São Francisco um ofício onde comunicava as dificuldades de navegação entre Piaçabuçu e Brejo Grande, a linha operada pela balsa Estrela Guia. Esse ofício foi enviado depois que o Comitê anunciou na página da internet que as pessoas ou empresas que tivessem prejuízos com a redução das águas do São Francisco encaminhassem sua reclamação. Foi o que fizemos.

Este ofício de 2013 e o que foi formalizado no dia 04 de abril não foram respondidos até o dia de hoje.

Porém, a situação está a cada dia pior.

Ontem, dia 20, a balsa Estrela Guia, enquanto fazia linha para Brejo Grande, por volta das dezesseis horas, teve um impacto com o fundo do rio e isso provocou danos na caixa de marchas.

Empresa Fluvial Estrela Guia
CNPJ 08.655.461/0001-40
Rua Mariz e Barros, 149 – Centro
57210-000 Piaçabuçu Alagoas

RECEBIDO

22/07/14

A



Esse prejuízo, e não é o primeiro e nos obrigou a comprar peças e fazer reparos na caixa de marchas para manter a nossa atividade que já está difícil. O valor deste prejuízo é de mais de R\$3000 (três mil reais).

Há ainda a questão dos dias que ficaremos com a balsa Estrela Guia sem poder trabalhar.

Temos a informação que a CHESF está pagando por despesas para as empresas como a CASAL e DESO para que a água não deixe de chegar aos locais onde há abastecimento com água do São Francisco.

Então, a pergunta é uma – Como ficaremos com este prejuízo? Quem irá pagar esta despesa? Como e quando isso será feito?

Já sabemos também que em Minas a Marinha proibiu algumas travessias. E se isso acontecer aqui? Como ficará a nossa situação?

Atenciosamente,

José Antônio M. de Lisboa
José Antônio Meneses de Lisboa
Empresa Fluvial Estrela Guia

0019111

COMUNICAÇÃO INTERNA CTIL Nº 01/2014

Prezado Presidente Anivaldo Miranda,

Em resposta à demanda apresentada ao coordenador da Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL/CBHSF, este Colegiado, em reunião realizada no dia 25 de setembro de 2014, em Aracaju/SE, resolve recomendar que o procedimento a ser seguido para instauração do pedido de conflito de uso de recursos hídricos, requerido pelas entidades Canoa de Tolda e Estrela Guia, seja o seguinte:

1. O pedido de resolução de conflito de uso seja encaminhado pela Diretoria Executiva do CBHSF, à AGB Peixe Vivo, para autuação do processo e posterior encaminhamento à Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL para exame na forma do artigo 1º, inciso V, da Deliberação CBHSF nº 26, de 09 de dezembro de 2005.
2. Recebido o processo, a CTIL fará, em até 60 (sessenta) dias, o juízo de admissibilidade da demanda, resolvendo, por meio de parecer, a continuidade ou não do procedimento.
3. Inadmitido o procedimento, este será encaminhado à DIREX para arquivamento, dando-se ciência ao interessado.
4. Admitido o procedimento, a CTIL convocará as partes para comparecer em dia, hora e local determinado pela Câmara para tentativa de conciliação.
5. O coordenador da CTIL nomeará uma comissão de 03 (três) integrantes para a condução do procedimento, podendo convidar membros de outras câmaras técnicas.
6. Havendo conciliação, a CTIL lavrará termo que conterà a matéria objeto da conciliação e será assinado pelas partes e membros da CTIL, que encaminhará para o plenário.
7. Não havendo conciliação, a CTIL notificará ao demandado para apresentar sua resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
8. Findo o prazo de apresentação da resposta do demandado, a CTIL instruirá o feito com as informações que entender pertinentes e encaminhará o procedimento para análise da(s) câmara(s) técnica(s) competente(s), caso necessário.
9. A(s) câmara(s) técnica(s) realizará(ão) a(s) diligência(s) que julgar(em) necessária(s), considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa, essenciais ao atendimento da legalidade dos processos administrativos.
10. A(s) câmara(s) técnica(s) deverá(o) apresentar à CTIL, seu parecer, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

11. Recebido(s) o(s) parecer(es) da(s) câmara(s) técnica(s), a CTIL analisará e emitirá parecer para ser encaminhado ao Plenário do CBHSF, por meio da DIREX, que decidirá na forma prevista no regimento interno.
12. Recomenda que sejam observadas, subsidiariamente, a Deliberação CBHSF nº 19, de 27 de outubro de 2004 e a Deliberação CBHSF nº 39, de 16 de maio de 2008.

Recomendamos, ainda, que seja solicitado as entidades representantes, para fins de agilização de análise do processo de conflito, que encaminhem, além dos documentos que acompanham a petição inicial, outros documentos que tenham relação com o conflito suscitado.

Atenciosamente,

Luiz Roberto Porto Farias (Coordenador CTIL)
Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins
Denise Bernardes Couto
Luiz Alberto Rodrigues Dourado
Douglas Falcão Wanderley
Maria Socorro Mendes Almeida Carvalho
Antônio Fernandes de Jesus Vieira
Luiz Roberto Porto Farias
Sérgio Silva de Araújo
Wellington de Santana

Aracaju/SE, 25 de setembro de 2014.



Maceió, 13 de outubro de 2014.

Ofício SEC. nº 138/2014



A

Diretora Geral da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo
AGB Peixe Vivo

Prezada Dra. Célia Fróes,

A Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL/CBHSF, em reunião realizada no dia 25 de setembro de 2014, em Aracaju/SE, elaborou Comunicação Interna a esta Presidência, recomendando o procedimento a ser seguido para instauração do pedido de conflito de uso de recursos hídricos requerido pelas entidades Canoa de Tolda e Estrela Guia.

A recomendação é que o pedido de resolução de conflito de uso seja, inicialmente, encaminhado pelo CBHSF à AGB Peixe Vivo, para autuação do processo e posterior encaminhamento à Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL, para exame na forma do artigo 1º, inciso V, da Deliberação CBHSF nº 26, de 09 de dezembro de 2005.

Desta forma, solicito a esta entidade delegatária que faça a autuação do processo para que possamos dar resposta às entidades demandantes.

Desde já agradeço e coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente CBHSF



CANCELADO
78
AGB Peixe Vivo

Belo Horizonte, 20 de ^{outubro} novembro de 2014.

OFÍCIO AGBPV N° 142/2014



Ao
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Sr. Anivaldo de Miranda Pinto

Assunto: Resposta Ofício SEC nº 138/2014

Senhor Presidente,


Em atenção ao Ofício em epígrafe e no intuito de dar sequência ao à instauração do procedimento para a resolução conflito de uso solicitado pelas entidades civis Canoa de Tolda Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco, Estrela Guia Navegação Fluvial, Associação de Transporte Aquaviário Penedo Neopolis e Santana do São Francisco e Colônia de Pesca Z-12 - Penedo e, nos termos da comunicação da Câmara Técnica Institucional e Legal CTIL/CBHSF de 25 de setembro de 2014, encaminhado-lhe, o procedimento de resolução de conflito de uso nº 01/2014 com a respectiva documentação que nos foi encaminhada, devidamente autuado.

Cordialmente.


Célia Maria Brandão Frões

Diretora Geral da AGB Peixe Vivo

À Secretária José
Maíra para
providências junto
à CTIL e cópia
desta encaminhada
aos demandantes
em Salvador
23/10/2014





DESPACHO

Encaminhamos os autos do Processo de conflito de uso nº 001/2014 para que o coordenador da CTIL possa dar prosseguimento ao processo.

Penedo, 06 de novembro de 2014

Maciel Oliveira
Secretário do CBHSF

.....

CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2004



Deliberação CBHSF Nº 19, de 27 de outubro de 2004

Define procedimentos para a análise do conflito de uso de águas, apresentada pelas entidades civis que compõem o Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco, em relação ao projeto de transposição ou interligação da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Considerando a necessidade de definir procedimentos administrativos para a análise do conflito de uso de águas em questão;

Considerando a representação apresentada pelas entidades civis, que compõem o Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco, e as características do projeto *Interligação do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional*;

Considerando a análise preliminar de impactos potenciais na gestão dos recursos hídricos da bacia, no meio ambiente e na sustentabilidade do rio São Francisco;

Considerando o artigo 38, da Lei nº 9.433, de 1997, que estabelece as competências dos Comitês em arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos de usos de recursos hídricos no âmbito de sua bacia hidrográfica,

O Plenário deste Comitê **DELIBERA:**

Art. 1º Instaurar o processo nº001/2004, referente ao conflito de uso de recursos hídricos, conforme a representação constante dos considerandos.

Art. 2º A Diretoria Executiva do CBHSF encaminhará o processo para análise das Câmaras Técnicas competentes e para ouvir as partes envolvidas, considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa, necessários ao atendimento da legalidade dos processos administrativos.

Art. 3º As Câmaras Técnicas deverão apresentar, em 30 dias, o cronograma de atividades para análise do conflito e emissão de parecer.

Art. 4º O processo depois de analisado pelas Câmaras será submetido à deliberação pelo Plenário do Comitê, em data a ser decidida pela Diretoria Executiva.

Art. 5º Esta deliberação entrará em vigor a partir da aprovação pelo plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Salvador, Bahia, 27 de outubro de 2004.

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Presidente do CBHSF

LUIZ CARLOS DA SILVEIRA FONTES
Secretário do CBHSF

.....



Deliberação CBHSF Nº 26, de 09 de dezembro de 2005.

Dispõe sobre as atribuições, a estrutura e o funcionamento da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL DO Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, revogando a Deliberação nº 24, de 17 de junho de 2005.

O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF, criado pelo Decreto do Presidente da República s/n, de 5 de junho de 2001, no uso de suas atribuições,

DELIBERA:

Art. 1º A Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL, constituída por membros titulares ou suplentes do CBHSF, ou por representantes indicados formalmente pelo membro titular à Secretaria Executiva, os quais terão direito a voz e a voto, tem por atribuição o exame de matérias específicas, de cunho jurídico e institucional, para subsidiar a tomada de decisões do Plenário e da Diretoria Colegiada, competindo-lhes:

- I - elaborar estudos e formular as propostas relativas a assuntos de sua competência;
- II - emitir pareceres sobre assuntos que lhe forem encaminhados pelo Presidente do CBHSF;
- III - relatar e submeter à decisão do Plenário os assuntos que lhe forem apresentados;
- IV - convidar especialistas para prestar informações sobre assuntos de sua competência;
- V - examinar os processos administrativos de conflito de uso de recursos hídricos, suscitado com base no art. 38, inciso II, da Lei n.º 9.433/97, apresentando parecer ao Plenário;
- VI - examinar as matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas do CBHSF;
- VII - criar Grupos de Trabalho para tratar de assuntos específicos;
- VIII - propor a realização de reuniões conjuntas com outras Câmaras Técnicas do Comitê.
- IX - analisar as propostas de alteração do Regimento Interno e encaminhá-las ao Plenário para deliberação;
- X - coordenar a elaboração do Regimento Interno das Câmaras Consultivas Regionais.

Art. 2º A CTIL será constituída de, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 13 (treze) membros.

Unidade Central

☒ **BAHIA:** Avenida Prof. Magalhães Neto, nº1450, Ed. Millenium Empresarial,
SL. 1203 – Bairro Pituba - CEP. 41.810-012 – Salvador – Bahia
☎ (71) TEL/FAX: 3341 - 3559 / 3341-9370 / 3341-3562 / 3272-9710
E-mail: secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br

Unidade do Baixo

☒ **ALAGOAS:** Rua da Praia, nº 53 Sala 106 – Centro
CEP. 57.020-680 – Maceió - Alagoas
☎ (82) 3216-6239 FAX (82) 3216-6240

Unidade do Alto

☒ **MINAS:** Rua Carijós nº 150 - 10º andar Bairro Centro CEP 30.120-060 – Belo Horizonte -MG
☎ (71) TEL.: (31) 3212-6806 / FAX (71) 31-3212-6837



§ 1º A designação dos membros das Câmaras Técnicas será feita, exclusivamente, pelo membro titular do CBHSF.

§ 2º Poderão ser indicados representantes dos membros do CBHSF.

§ 3º O mandato dos membros das Câmaras Técnicas será coincidente com o dos membros do CBHSF;

§ 4º Caso o número de interessados em participar da composição da Câmara Técnica seja superior ao número previsto no *caput*, a Secretaria Executiva CBHSF poderá indicar membros em ordem progressiva, para eventuais substituições.

Art. 3º Na composição da CTIL deverão ser considerados os seguintes aspectos:

I - a natureza jurídica e institucional do assunto de sua competência;

II - a finalidade dos órgãos ou entidades representadas no CBHSF;

III - a formação técnica ou notória atuação dos membros a serem indicados, podendo contar com a colaboração de especialistas.

IV - a proporcionalidade entre os segmentos representados.

Art. 4º A CTIL será coordenada por um de seus membros, eleito entre seus pares, por maioria simples dos votos.

§ 1º Em caso de vacância, será realizada nova eleição em conformidade com o disposto no *caput* deste artigo;

§ 2º O Coordenador da CTIL terá mandato de dois anos, permitida a reeleição;

§ 3º Nos seus impedimentos e ausências, o Coordenador da CTIL será substituído pelo Secretário, eleito na forma do *caput* e com mandato coincidente com o mandato do Coordenador;

Art. 5º Compete ao Coordenador da CTIL:

I - estabelecer os procedimentos para manifestação dos presentes, submeter a ordem da pauta à aprovação dos membros e informar o *quorum*;

II - conduzir a reunião, solicitando que o Secretário lavre em ata as matérias discutidas e os encaminhamentos dados;

III - articular-se com a Secretaria Executiva do CBHSF a fim de definir as matérias que constarão da pauta das reuniões, bem como as datas e convocações para os encontros;

IV - solicitar, quando necessário, a presença de consultores ou especialistas para o esclarecimento de temas específicos;

V - criar oportunidades e facilidades para a participação democrática de todos os representantes setoriais presentes na CTIL;

VI - sugerir o processo de substituição de algum setor representado na CTIL quando ficar evidente, por faltas às reuniões, o desinteresse pelos trabalhos.

Parágrafo único. O Coordenador da Câmara Técnica poderá relatar matérias ao Plenário ou designar um relator.

Art. 6º Compete ao Secretário da CTIL:

- I - lavrar as atas das reuniões e encaminhá-las aos membros para conhecimento e sugestão de alterações;
- II - preparar e multiplicar todo o material a ser distribuído, tais como copias da pauta e relatórios previamente preparados;
- III - procurar, durante a reunião, juntamente com o Coordenador, seguir a pauta concluindo os assuntos e solicitando para registro os encaminhamentos;
- IV - articular-se com todos os membros da CTIL a fim de confirmar as presenças para reunião e garantir o *quorum* mínimo para sua realização;
- V - ser responsável pelo controle de frequência dos membros da CTIL;

Art. 7º Compete ao relator, designado pelo Coordenador conforme §5º do art. 3º, desta Deliberação, elaborar relatórios sobre matérias encaminhadas pelo coordenador e submetê-los à apreciação dos membros da CTIL;

Art 8º A CTIL se reunirá ordinariamente, a cada dois meses, mediante convocação da Secretaria Executiva do CBHSF, com, no mínimo, sete dias de antecedência, facultada a convocação de reuniões extraordinárias;

§ 1º A pauta e respectiva documentação das reuniões deverão ser encaminhadas no mesmo prazo da convocação.

§ 2º As reuniões da CTIL serão registradas em atas, redigidas de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas.

§ 3º Assim que aprovadas pela maioria dos membros da CTIL, as atas serão assinadas pelo Coordenador e pelo Secretário, ficando facultado àqueles que discordarem de algum ponto fazer constar o registro da divergência;

§ 4º As decisões da CTIL serão tomadas por consenso ou pela votação da maioria dos membros presentes, incluindo o seu Coordenador, a quem cabe o voto de desempate;

§ 5º A ausência não justificada de membros da CTIL por três reuniões consecutivas, ou por seis alternadas, no decorrer de um biênio, implicará exclusão da instituição por ele representada;

§ 7º As reuniões da CTIL deverão ser realizadas com, pelo menos, a metade de seus membros.

Art. 9º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua aprovação.

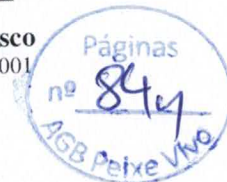
Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Deliberação nº 24, de 17 de junho de 2005.

ANIVALDO MIRANDA
Secretario

JORGE KHOURY
Presidente

CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001



Deliberação CBHSF nº 39, de 16 de Maio de 2008.

**Dispõe sobre a instituição do GRUPO de
TRABALHO PERMANENTE de
ACOMPANHAMENTO da OPERAÇÃO
HIDRÁULICA na bacia do rio São
Francisco.**

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, instituído pelo Decreto da Presidência da República, sem número, de 5 de junho de 2001, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que, conforme a lei nº 9.648, de 1998, compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS - o planejamento, a programação da operação e o despacho centralizado das usinas de geração de energia elétrica, inclusive as hidrelétricas, com vistas à otimização dos sistemas eletroenergéticos interligados;

Considerando que, conforme a lei nº 9.984, de 2000, compete à Agência Nacional de Águas – ANA - definir e fiscalizar, em articulação com o ONS, as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos Planos de Recursos Hídricos aprovados pelos Comitês das respectivas bacias hidrográficas;

Considerando que, conforme a lei nº 9.433, de 1997, compete ao Comitê de Bacia, na sua área de atuação, promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, bem como arbitrar, em primeira instância administrativa os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

Considerando que, conforme a lei nº 9.433, de 1997, constituem diretrizes gerais de ação para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, bem como a adequação de sua gestão às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do país, adequação esta que é atribuição dos comitês de bacia conforme a Resolução CNRH nº 5, de 2000;

Considerando que, conforme a Resolução CNRH nº 37, de 2004, as outorgas de recursos hídricos para barragens devem ser compatíveis com os Planos de Recursos Hídricos e que nos casos em que as outorgas alterem

CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001

significativamente o regime, a quantidade ou qualidade do corpo de água, deverão ser observadas as diretrizes emanadas do respectivo comitê de bacia hidrográfica;

Considerando que o Plano de Bacia do rio São Francisco foi aprovado em outubro de 2004, estabelecendo como vazão remanescente na Foz a vazão média anual de 1.500m³/s e a vazão mínima média diária de 1.300m³/s a jusante de Sobradinho e que a licença de operação da CHESF para a barragem de Sobradinho estabelece a vazão mínima média diária de 1.300m³/s;

Considerando que, nos anos de 2001, 2004 e 2008, foi autorizada pela ANA e IBAMA a prática de vazões inferiores a 1.300m³/s no trecho a partir do reservatório de Sobradinho, inclusive com autorizações da ANA e do IBAMA para o ano de 2008 e;

Considerando as manifestações da Câmara Consultiva Regional – CCR do baixo São Francisco evidenciando os prejuízos para os usos múltiplos e para o ecossistema aquático,

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do rio São Francisco - GTOSF.

Art. 2º O GTOSF tem como objetivos:

- I - antecipar e analisar situações de conflito envolvendo a operação hidráulica dos reservatórios, os usos múltiplos e a sobrevivência do ecossistema aquático;
- II - analisar e propor soluções alternativas para critérios de operação hidráulica dos reservatórios da bacia do rio São Francisco, visando ao atendimento às demandas de recursos hídricos da Bacia e sub-bacias;
- III - propor formas de garantir o atendimento dos usos múltiplos da água e a preservação do ecossistema aquático; e
- IV - divulgar informações correntes sobre os aspectos quantitativos dos recursos hídricos na Bacia.

§1º As propostas sobre alteração das condições de operação de reservatórios devem ser encaminhadas à aprovação do Plenário do CBHSF.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001

§2º A Diretoria Colegiada do CBHSF deverá encaminhar as propostas de alteração das condições estabelecidas para as operações de reservatórios, aprovadas pelo Plenário, para conhecimento da ANA, ONS e ANEEL.

Art. 3º O GTOSF será constituído por 15 (quinze) membros, com no mínimo:

- I - os agentes concessionários dos reservatórios da bacia - CEMIG e CHESF;
- II - os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos dos Estados com área abrangida pela bacia;
- III - um representante de cada Câmara Consultiva Regional - CCR;
- IV - outros membros que a Diretoria Colegiada venha estabelecer.

Parágrafo Único. Serão convidados permanentes ANA, ONS, IBAMA E ANEEL.

Art. 4º A coordenação e a secretaria do GTOSF serão realizadas por membros eleitos entre seus pares.

Art. 5º O GTOSF elaborará seu calendário anual de reuniões onde conste, no máximo, 3 (três) reuniões ordinárias e o local de sua realização, e enviará à Secretaria do CBHSF para programação e apoio logístico para sua realização.

Art. 6º As atas e documentos gerados pelas reuniões do GTOSF serão publicados, depois de aprovados, na página eletrônica do CBHSF e encaminhados a todos os membros e convidados às reuniões do Grupo.

Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Paracatu - MG, 15 de Maio de 2008.

Antonio Thomaz da Mata Machado
Presidente do CBHSF

Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes
Secretária do CBHSF



Processo nº 001/2014.

Assunto: Conflito de Uso no Baixo São Francisco.

Interessado (s): Canoa de Tolda e outros.

DESPACHO CTIL Nº 001/2014

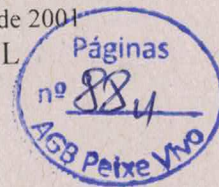
1. Cuida-se de solicitação de instauração de conflito de uso de recursos hídricos no Baixo São Francisco, suscitado pela entidade Canoa de Tolda e outros, encaminhado para exame da CTIL em face do disposto no inciso V do artigo 1º, da Deliberação CBHSF nº 26, de 09 de dezembro de 2005.
2. Nos termos do parágrafo único do artigo 5º, da citada deliberação, designo o membro da CTIL Breno Lasmar para relatar o presente processo, devendo emitir parecer a respeito da admissibilidade ou não da demanda, em cumprimento aos termos do item 2 da Comunicação Interna CTIL nº 001/2014.
3. À secretaria do CBHSF para encaminhamento dos autos ao relator.

Maceió, 18/11/2014.


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001
Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL



PROCEDIMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO DE USO Nº 001/2014

SUSCITANTES: Canoa de Tolda Sociedade Sócio-Ambiental do baixo São Francisco e Empresa Fluvial Estrela Guia.

SUSCITADO: CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

ADERENTES: Associação de Transporte Aquaviário de Penedo, Neópolis e Santana do São Francisco e Colônia de Pesca Z-12 – Penedo.

ASSUNTO: Conflito pelo uso das águas do Rio São Francisco.

RELATOR: Breno Esteves Lasmar

DESPACHO

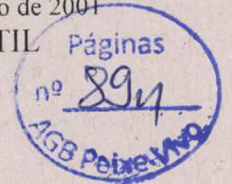
À Secretaria Executiva do CBH São Francisco.

A/C: Sra. Célia Maria Brandão Fróes

Encaminho o processo referente ao Conflito de Uso acima identificado, bem como o Parecer de Admissibilidade nº 001/2014 – CTIL – CBHSF, solicitando que o mesmo seja autuado e enviado aos membros da Câmara Técnica Institucional e Legal para subsídio à reunião da Câmara agendada para o dia 11/12/2014.

Belo Horizonte, 03 de Dezembro de 2014.

Breno Esteves Lasmar
Relator CTIL/CBHSF



PROCEDIMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO DE USO Nº 001/2014

SUSCITANTES: Canoa de Tolda Sociedade Sócio-Ambiental do baixo São Francisco e Empresa Fluvial Estrela Guia.

SUSCITADO: CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

ADERENTES: Associação de Transporte Aquaviário de Penedo, Neópolis e Santana do São Francisco e Colônia de Pesca Z-12 – Penedo.

ASSUNTO: Conflito pelo uso das águas do Rio São Francisco.

RELATOR: Breno Esteves Lasmar

PARECER DE ADMISSIBILIDADE Nº 001/2014 – CTIL – CBHSF

CONFLITO DE USO NO BAIXO SÃO FRANCISCO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. INSTRUÇÃO PROCESSUAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS. PEDIDO QUE DEVE SER CONHECIDO E PROCESSADO.

I - RELATÓRIO

Vem a esta Câmara Técnica Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco os autos de processo administrativo aberto para suscitar Conflito pelo uso das águas do Rio São Francisco, visando à emissão de Parecer de Admissibilidade.

Nos termos da Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, bem como da Deliberação do CBHSF n.º 26/2005, os autos do processo vieram instruídos com a seguinte documentação:

- 1) Termo de Abertura de Processo;
- 2) Requerimento de instauração do conflito de uso pela entidade Canoa de Tolda Sociedade Sócio-Ambiental do baixo São Francisco;
- 3) Requerimento de adesão das entidades Associação de Transporte Aquaviário de Penedo, Neópolis e Santana do São Francisco e Colônia de Pesca Z-12 – Penedo, ao conflito de uso suscitado pelas entidade Canoa de Tolda Sociedade Sócio-Ambiental do baixo São Francisco;
- 4) Requerimento de instauração do conflito de uso pela entidade Empresa Fluvial Estrela Guia;
- 5) Resolução n.º 131/2003, da Agência Nacional de Águas – ANA;
- 6) PAR. 004041/2013 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- 7) Pedido de informação realizado pelo Portal e-SIC, n.º 0583/2014;
- 8) Resolução n.º 442/2013, da Agência Nacional de Águas – ANA;

CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Instituído pelo Decreto Presidencial de-05 de junho de 2001
Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL

- 9) Relatório final da entidade Canoa de Tolda Sociedade Sócio-Ambiental do baixo São Francisco, referente a 1ª viagem de avaliação dos impactos causados pelo período de baixas vazões;
- 10) Comunicação Interna CTIL CBHSF n.º 01/2014;
- 11) Ofício SEC n.º 138/2014, da Presidência do CBHSF;
- 12) Ofício AGBPV n.º 142/2014, da Diretoria Geral da AGB Peixe Vivo;
- 13) Despacho s/n da Secretaria do CBHSF;
- 14) Deliberação CBHSF n.º 19/2004;
- 15) Deliberação CBHSF n.º 26/2005;
- 16) Deliberação CBHSF n.º 39/2008;
- 17) Despacho CTIL n.º 001/2014.



II – DA ADMISSIBILIDADE

Na ausência de normativa específica ao caso, a aplicabilidade da Lei Federal nº 9.784/99, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, torna-se imprescindível.

A citada lei estabelece, conforme preconiza o seu artigo 1º, normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

A função deste juízo de admissibilidade é verificar a presença dos requisitos necessários para possibilitar que a tramitação do Processo Administrativo consiga chegar até o julgamento do mérito, respeitando todos os corolários constitucionais, como o Devido Processo Legal e, via de consequência, a possibilidade de uma decisão justa e eficiente.

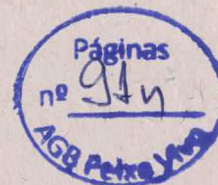
A criação desses requisitos, portanto, visa viabilizar à Administração que sejam cumpridas todas as obrigações atinentes a sua atividade com a maior eficiência, possibilitando um julgamento mais uniforme e satisfatório à sociedade, que é a beneficiária final de toda sua atividade.

Alguns requisitos devem ser observados quando da análise da admissão dos processos de conflitos de uso. Tais elementos podem ser assim definidos:

- I- referir-se à matéria de competência do Comitê;
- II- ser redigida com clareza;
- III- conter a qualificação e identificação do suscitante;
- IV- conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;
- V- indicar as provas que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado.

O controle de admissibilidade deve ser realizado com base nos princípios legais do processo administrativo, bem como nas normativas do CBHSF.

Quanto ao início do processo, a lei assim define:



“Lei Federal nº 9.784/99

Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do interessado ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.”

Doutrinariamente, vários autores pátrios militantes na área do Direito Administrativo abordam o conceito de parecer, de maneira ampla e genérica. O Mestre Celso Antônio Bandeira de Melo afirma que parecer “é a manifestação opinativa de um” órgão consultivo expendendo sua apreciação técnica sobre o que lhe é submetido.” Hely Lopes Meireles, a seu turno explica:

“Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva. O parecer, embora contenha um enunciado opinativo, pode ser de existência obrigatória no procedimento administrativo e dar ensejo à nulidade do ato final se não constar do processo respectivo, como ocorre, p.ex., nos casos em que a lei exige a prévia audiência. Nesta hipótese, a presença do parecer é necessária, embora seu conteúdo não seja vinculante para a Administração, salvo se a legitimidade do ato final, caso em que o parecer se torna impositivo para a Administração. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006).



CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001
Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL

Como se infere das lições extraídas dos mestres supracitados, a natureza do parecer, no sentido em que foi explicado, encerra conteúdo por essência opinativo, desenvolvido, pela sua natureza, sem princípios e garantias processuais, e ademais carente de qualquer atributo de decisão propriamente dita, o que afasta de plano, qualquer possibilidade de insurgir-se contra seu conteúdo por via recursal.

Assim, analisando a documentação autuada, especialmente a de natureza técnica, constata-se o cumprimento dos requisitos contidos na norma, o que autoriza a Admissibilidade do Conflito de Uso em questão, devendo a demanda ser processada nos termos da Deliberação CBHSF n.º 82, de 20 de novembro de 2014, e demais normas de aplicação subsidiária, se for o caso.

Portanto, o presente Parecer é pela Admissibilidade do Conflito de Uso, motivo pelo qual deverá o Requerimento ser recebido e conhecido pelo Comitê, dando continuidade ao processo.

II – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, como Relator designado para a matéria, e tendo em vista as normas acima citadas e a documentação acostada aos autos do processo administrativo, entendo que há materialidade suficiente para autorizar a admissão do presente Conflito de Uso, motivo pelo qual deve ser conhecido e processado pelo Comitê, na forma da lei.

É o meu parecer, s.m.j.

À consideração da CTIL.

Belo Horizonte, 03 de Dezembro de 2014.

Breno Esteves Lasmar
Relator CTIL/CBHSF

DELIBERAÇÃO CBHSF nº 82, de 20 de novembro de 2014

Institui e disciplina Procedimento Administrativo para a Resolução de Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos - PARH - no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

O **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**, instituído pelo Decreto Presidencial s/nº, de 05 de junho de 2001, no exercício da competência que lhe é outorgada, e

CONSIDERANDO que a água é bem de domínio público, limitado e dotado de valor econômico;

CONSIDERANDO que a gestão de recursos hídricos deve sempre, no âmbito da bacia hidrográfica, proporcionar o uso múltiplo das águas;

CONSIDERANDO que o artigo 38, inciso II, da Lei nº 9.433/97 atribui aos Comitês de Bacia Hidrográfica a competência para arbitrar em primeira instância administrativa conflitos relacionados ao uso de recursos hídricos;

CONSIDERANDO que o artigo 1º, inciso V, da Deliberação CBHSF nº 26, de 09 de dezembro de 2005, atribui competência à Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL do CBHSF para examinar os processos administrativos de conflito de uso de recursos hídricos e apresentar parecer ao plenário; e

CONSIDERANDO a necessidade de observar o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública e a Lei nº 9.784/98 que estabelece os princípios e procedimentos do processo administrativo geral;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e disciplinar Procedimento Administrativo para a Resolução de Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos - PARH - no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF.

Art. 2º O pedido de instauração de processo administrativo para instaurar possíveis conflitos de uso de recursos hídricos deverá ser encaminhado ao presidente do CBHSF, que posteriormente, o encaminhará à Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL para exame, na forma do artigo 1º, inciso V, da Deliberação CBHSF nº 26, de 09 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. O pedido a que alude o *caput* deste artigo deverá ser encaminhado por escrito e devidamente assinado, bem como conter o relato dos fatos acompanhado dos documentos pertinentes.

Art. 3º Recebido o processo, a CTIL fará, em até 15 (quinze) dias, o juízo de admissibilidade da demanda, emitindo por meio de parecer quanto a continuidade ou não do procedimento.

§ 1º Uma vez considerado não se tratar de um conflito de uso de água, este será encaminhado à Diretoria Executiva - DIREX para arquivamento, dando-se ciência ao interessado.

§2º Dessa decisão caberá recurso a ser interposto no prazo de 15 (quinze) para apreciação em plenário.

Art. 4º Admitido o procedimento, o coordenador da CTIL notificará os demandados para apresentar sua resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º O coordenador da CTIL nomeará uma comissão de 03 (três) integrantes da Câmara para a condução do procedimento, podendo convidar membros de outras câmaras técnicas do CBHSF.

§2º Apresentada a resposta, o coordenador da CTIL convoca as partes para a audiência de conciliação.

§3º Havendo conciliação, a CTIL lavrará termo que conterà a matéria objeto da conciliação e será assinado pelas partes e membros da comissão, que encaminhará para a DIREX.

Art. 5º Findo o prazo de apresentação da resposta do demandado, a CTIL instruirá o feito com as informações pertinentes e encaminhará o procedimento para análise da(s) câmara(s) técnica(s) competente(s), caso necessário.

Art. 6º A(s) câmara(s) técnica(s) realizará(ão) as diligências que julgar necessárias, considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa, essenciais ao atendimento da legalidade dos processos administrativos.

Parágrafo único. A(s) câmara(s) técnica(s) deverá(o) apresentar à CTIL, seu parecer, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

Art. 7º Recebido(s) o(s) parecer(es) da(s) câmara(s) técnica(s), a CTIL analisará e emitirá parecer para ser encaminhado a DIREX, que deverá submeter à deliberação do Plenário.

Art. 8º Esta deliberação entrará em vigor a partir da aprovação pelo plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Maceió/AL, 20 de novembro de 2014.

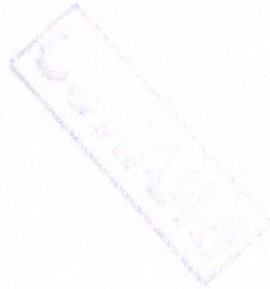
Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF

José Maciel Nunes de Oliveira
Secretário do CBHSF

ANEXOS

- Relatório Técnico da Campanha de Avaliação das Mudanças Socioambientais Decorrentes da Regularização das Vazões no Baixo Rio São Francisco – Formato CD

- Relatório Canoa de Tolda – Navegação 2013/2014. A navegação de longo curso no trecho Baixo do rio São Francisco em regime de Redução de Vazões de defluência a partir de Sobradinho. – Formato CD






Associação Executiva de Apoio à Gestão
de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo



Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2014.

ADENDO

Cumpre-nos informar à CTIL – Câmara Técnica Institucional Legal, que o processo de “Procedimento de solução de Conflito de Uso Nº 001/2014” do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco teve de ser renumerado, pois houve um erro na sequência da numeração do mesmo, das fls. 04 a 78.


Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral
AGB Peixe Vivo

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2014.

Of. nº 181/2014 - CBHSF

À Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF

A/C: Sr. Presidente,
Antônio Varejão de Godoy.

Assunto: Conflito de Uso das águas do Rio São Francisco.

Procedimento de Resolução de Conflito de Uso nº001/2014 CBHSF

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos.

Nos termos do Art. 4º da Deliberação CBHSF nº 82, de 20 de novembro de 2014, NOTIFICAMOS V. Sa. quanto à instauração do processo de conflito de uso das águas do Rio São Francisco suscitado pelas entidades Canoa de Tolda e Estrela Guia.

Encaminhamos cópia integral do processo aberto e abrimos o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste, para a apresentação de suas respostas e considerações, bem como a juntada da documentação que entender cabível.

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas e outros esclarecimentos, quando se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL